

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

JULIANA DOS SANTOS BETAT

**HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS:
narrativas na política de assistência social**

**PORTO ALEGRE
2020**

JULIANA DOS SANTOS BETAT

**HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS:
narrativas na política de assistência social**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz

PORTO ALEGRE

2020

JULIANA DOS SANTOS BETAT

**HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS:
narrativas na política de assistência social**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz – PPG Psicologia Social e Institucional UFRGS

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto

Profa. Maria de Fátima Bueno Fischer – Unisinos

Profa. Dra. Rosemarie Gartner Tschiedel – PPG Psicologia Social e Institucional
UFRGS

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – Programa de Pós-graduação em Saúde
Coletiva UFRGS

Dedico este trabalho as mulheres que caminharam comigo: Maria José, Maria da Conceição, Maria Aparecida, Suzana, Pérola, Safira, Conceição e tantas outras não nomeadas. Minha eterna gratidão, pois sem vocês esta escrita não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Quando me deparei com a tarefa de escrever esta parte da dissertação intitulada agradecimentos vi um filme passar em minha mente e as palavras surgirem assim como legendas. Porém, não se trata de um filme estrangeiro, mas sim de um bem brasileiro. E, que ainda vem carregado de encontros, afetos, lágrimas, lutas, desafios, fracassos, medos, surpresas e mais uma imensidão de palavras. Assim, tentarei aqui agradecer àquelas pessoas que foram essenciais neste processo, mas sabendo que, na ânsia de lembrar todas, minha memória pode fraquejar e esquecer alguém.

Em primeiro lugar preciso agradecer as famílias que são atendidas no Serviço de Atendimento, são elas as responsáveis por me desafiar a buscar o aprofundamento teórico sobre a Política Nacional de Assistência Social, a qual já havia sido apresentada há muito tempo e sobre a qual sabia tão pouco. Sem vocês minhas famílias, com suas mais diversas configurações e demandas não teria me desafiado a encarar um mestrado com todos os seus desafios.

Em segundo lugar agradeço as pessoas que aceitaram o convite desta pesquisadora desconhecida que na maioria dos casos nunca havia cruzado seu caminho. Vocês Suzana, Maria Aparecida, Ignácio, Pérola e Safira, tornaram possível esta pesquisa. A delicadeza em aceitar o convite de uma desconhecida só contribuiu para refletir sobre o trabalho cotidiano de forma implicada e qualificada. Agradeço aqui a Maria José que materializou em sua fala a multiplicidade de vozes que falam sobre a Política.

Assim, como as famílias compartilharam suas histórias agradeço as instituições que abriram suas portas para a realização da pesquisa, quais sejam o Clube de Mães Amizade e o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente. Obrigada também às profissionais dos respectivos SAFs, sem a contribuição de vocês esta pesquisa teria sido bem diferente.

Agradeço a minha orientadora, Lílian Rodrigues da Cruz, pelas leituras e contribuições, em especial, quantos aos pontos e vírgulas que, por vezes, engolia na escrita. Bem como agradeço as colegas do mestrado pelo acolhimento, em especial a Aline Kelly Silva, Thais Oliveira, Leonardo Regis e Jéssyca Barcellos pelas contribuições e principalmente pelos aprendizados que vão muito além do mundo acadêmico e adentram a vida e as relações humanas.

Imprescindível agradecer a minha dupla, Tatiane Ventura, uma assistente social comprometida com a defesa dos direitos das famílias de forma intransigente. Os embates que temos travado nestes anos de parceria nos têm feito compartilhar aprendizados e amadurecimento profissional, até mesmo aqueles mais doloridos. Obrigada também por compartilhar comigo todo o teu conhecimento do mundo acadêmico, respeitando as escolhas que fiz.

As amigadas e os laços de afeto que apareceram nas histórias que escrevi também povoam minha experiência de vida e só posso ser agradecida porque não faltam mulheres que me inspiram e acolhem em diversos momentos. Entre as minhas amigas e companheiras, estão mulheres também inspiradoras. Entre elas estão:

Bruna Battistelli que sempre com cuidado, serenidade, delicadeza e, principalmente fundamentação teórica me acolheu nas dificuldades que permeiam o mundo acadêmico, ela sabe o que é ser trabalhadora;

Luciana Rodrigues que compartilhou comigo sua força de mulher e de mãe que enfrenta as batalhas de forma assertiva e coerente;

Quelin Benini que sempre está ali, desde muitos anos atrás, sempre me cuidando e disposta a investir nesta parceria e amizade;

Aline Soares que mesmo contrariada entendia quando eu precisava recusar seus convites pra um bom papo e chimarrão porque precisava escrever;

Nelma Aragon, por sempre estar disponível e me fazendo questionamentos importantes que, por sua vez, só qualificaram minha história no mestrado.

E, finalmente, mas não menos importantes à minha família, ao parceiro de vida que escolhi Rafael Correa. A você, meu companheiro preciso agradecer pelo amor, paciência e cuidados, sem os quais não teria conseguido finalizar este trabalho. Agradeço também pelos carinhos, pela compreensão, pelas vezes em que insistiu para que eu investisse em outras coisas, desde uma saída para dançar até a participação em congressos. E, agradeço também por manter-me alimentada enquanto eu precisava me dedicar ao mestrado, ainda mais depois que começamos a escrever a história de nosso bebê. Por fim, agradeço por acreditar em mim quando nem mesmo eu acreditava.

Também agradeço a meu amigo João Manoel Correa por aceitar meu amor e minha amizade desde pequeno com toda a inocência e a gentileza que fazem parte de ti. Tenho muito orgulho em ser tua amiga e da pessoa que estás se tornando.

Mesmo que, às vezes, nossa amizade seja atravessada por orientações mais banais como apagar a luz do quarto ela se completa com o amor e cuidado que compartilhamos e que foram importantes para mim neste processo.

Um agradecimento especial também às referências de mulher que me antecedem, à minha mãe Neusa dos Santos que faz o melhor feijão de mãe do mundo e, que, além disso, me ensinou a amar as letras e a escrita; agradeço também a Zenoir Correa por me acolher com colo e comidas de mãe quando precisei e também por entender minhas ausências na convivência em família.

E, por fim, agradeço ao bebê que carrego no ventre e que nem mesmo respira oxigênio ainda. Agradeço-lhe por ter me inspirado a escrever histórias quando estava em meio ao caos, você entrou em minha história para me dar a energia que precisei para encontrar o ponto final.

Sem mais meu corpo é todo gratidão pelas companhias no caminho!

Juliana dos Santos Betat

Tudo é uma questão de manter
A mente quieta,
A espinha ereta
E o coração tranquilo.
(FRANCO, 1978).

RESUMO

A presente pesquisa partiu a partir da experiência de trabalho na Política Nacional de Assistência social tendo como objetivo pensar na escuta de histórias de vida como estratégia metodológica na perspectiva do trabalho social com famílias no contexto da Proteção Social Básica. Caracterizou-se como uma pesquisa narrativa em profundidade. Nos estudos narrativos o foco está em poucas pessoas participando da pesquisa dando ênfase de forma qualitativa para as histórias de forma aprofundada e tendo como inspiração conceitual a análise institucional e o pesquisarCom. A pesquisadora encontrou famílias, trabalhadoras, professoras e teóricos com os quais foram compondo um diálogo. As famílias que participaram da pesquisa narraram suas trajetórias contribuiu para que ressignificassem as vivências que deixaram marcas em sua memória. Por outro, lado a cada momento em que narravam suas conquistas e lutas elas mesmas, as pessoas puderam se dar conta do quanto fizeram movimentos de (r)existência frente aos desafios. Durante o processo da pesquisa se evidenciou que os verbos lembrar, narrar, escutar e ler foram importantes para dar visibilidade a alguns aspectos do trabalho social com famílias, entre eles que as histórias, os verbos, e todas as pessoas envolvidas construíram um território de histórias. Além disso, durante a pesquisa foi proposta uma escuta sob uma perspectiva coletiva e não individualizada. Uma escuta do encontro, preocupada com a relação que estabelece com o outro dentro de uma perspectiva da coletividade da vida. Uma escuta que leva em conta a multiplicidade de histórias, que considera os aspectos políticos, econômicos e sociais ao invés de rótulos. Assim, concluímos dizendo que pensar o trabalho social com famílias utilizando como estratégia metodológica a escuta de histórias de vida pressupõe contribui com uma ética do encontro. O que se mostrou no processo de pesquisa como fundamental, pois através dela é possível pautar o processo de trabalho na perspectiva da integralidade. Aspecto no qual a psicologia ainda tem muito que contribuir.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Trabalho Social com Famílias. Ética do encontro. Integralidade.

ABSTRACT

This research started from the work experience in the National Social Assistance Policy with the aim of thinking about listening to life stories as a methodological strategy from the perspective of social work with families in the context of Basic Social Protection. It was characterized as an in-depth narrative investigation. In narrative studies, the focus is on the people who participate in the research, giving qualitative emphasis to the stories in a deep way and having as conceptual inspiration the institutional analysis and *pesquisarCom*. The researcher found families, workers, teachers and theorists with whom he established a dialogue. The families that participated in the research narrated their trajectories contributed to their resignification as experiences that mark their memory. On the other hand, at each moment in which they narrated their conquests and struggles, they adapted, as people could realize how much they made movements (r)existence in the face of challenges. During the research process it was evidenced that the verbs remember, narrate, listen and read were important to give visibility to some aspects of social work with families, among them that the stories, the verbs and all the people involved built a territory of stories. In addition, during an investigation it was proposed to listen from a collective and not an individual perspective. Listening to the encounter, concerned about the relationship that I find with the other in the perspective of the community of life. A listening that takes into account the multiplicity of stories, that considers the political, economic and social aspects of the components of the labels. Thus, we conclude by saying that thinking about social work with families using listening to life stories as a methodological strategy contributes to an ethic of the encounter. What was revealed in the research process as fundamental, because it is possible to guide the work process from the perspective of integrality. Aspect in which psychology still has a lot to contribute.

Key-words: National Social Assistance Policy. Unified Social Assistance System. Social Work with Families. Ethics of the meeting. Integrality.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PBF	Programa Bolsa Família
SAF	Serviço de Atendimento Familiar
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
RS	Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

PREFÁCIO – HISTÓRIAS NARRADAS	12
1 ESCOLHENDO OS INGREDIENTES	18
1.1 Folheando um Antigo Caderno de Receitas	20
1.2 Equipando a Cozinha	24
1.3 Escrevivências e Memórias	31
1.4 Diário de uma Trabalhadora	36
2 MÃOS À MASSA	40
2.1 Convidadas Especiais	45
2.2 Compartilhando a Receita	48
2.3 OBS.: Compromisso Ético em Pesquisa	51
3 CALIGRAFIAS DE UM CADERNO DE HISTÓRIAS	53
3.1 Lembranças de Maria Aparecida	54
3.1.1 O que lembrei, narrei, escutei e li com Maria Aparecida?	61
3.2 Narrativas de Pérola e Safira	65
3.2.1 O que lembrei, narrei, escutei e li com Pérola e Safira?	69
3.3 Escutando Ignácio	71
3.3.1 O que lembrei, narrei, escutei e li com Ignácio?	78
3.4 Escrevendo a História de Suzana	80
3.4.1 O que lembrei, narrei, escutei e li com Suzana?	87
4 QUAIS HISTÓRIAS A PNAS PODE CONTAR?	91
4.1 Era uma Vez... ..	92
4.2 Histórias de uma Receita: Lembrar, Narrar, Escutar, Ler e Escrever	98
4.2.1 Um Território de Verbos em Ação	101
4.3 Dos Verbos à Ação Através da Integralidade no Trabalho Social com Famílias	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	109
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARTICIPANTE	120
APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E TERMO DE COMPROMISSO	123
APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO	125

PREFÁCIO – HISTÓRIAS NARRADAS

Ao longo da escrita da dissertação precisei fazer escolhas e para que possa situar as leitoras mapearei algumas. Isso é necessário, pois desejo que para além de palavras esta escrita possa refletir as vidas das pessoas, em especial mulheres que acessam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul (RS) através do Serviço de Atendimento Familiar (SAF).

Cabe considerar que há vida nesta escrita, pois a aproximação com a materialidade das histórias que a atravessam transcende a grafia. As letras falam através de palavras e componho minha escrita reunida com as vozes nas narrativas que encontrei pelo caminho. Por esta razão a escrita em primeira pessoa se faz necessária. As palavras escolhidas foram inspiradas na realidade das vidas e dos contextos entrelaçados a este manuscrito, assim como nas experiências que vivi.

Entre as escolhas fundamentais está a escrita feita usando o gênero gramatical feminino da língua portuguesa como referência. Esta escolha é baseada num posicionamento que identifica as implicações políticas de representação identitária de gênero na escrita acadêmica. Este exercício é inspirado no livro Carta de uma orientadora da professora Débora Diniz. Ela propõe uma escrita no feminino uma vez que “[...] o lugar dos homens está tão bem assegurado na pesquisa [...]”. (DINIZ, 2013, p. 9).

Senti-me convocada a este exercício, em razão de um dado da realidade cotidiana; na PNAS¹ a maioria das pessoas envolvidas é do gênero feminino. Assim, posiciono-me politicamente num movimento de resistência frente a uma sociedade machista e patriarcal que ainda invisibiliza o gênero feminino. Mesmo desejando leitores homens faço resistência aos padrões de escrita instituídos.

Convém ressaltar que tal escolha não desconsidera outras discussões como, por exemplo, a que Jaqueline de Jesus faz em torno da identidade de gênero, pois este conceito além de ser socialmente construído vai muito além do masculino e feminino. (JESUS, 2012, p. 8,10). Assim, quando demarco o gênero feminino meu intuito é, como a professora Stela Meneghel disse dar ênfase a ele como “[...] uma

¹ Ao longo da dissertação, conforme a situação, referi-me à Política Nacional de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social de diferentes formas. Em alguns momentos uso a sigla PNAS/SUAS, no intuito de demarcar sua interdependência de forma enfática, visto que o SUAS tem como função organizar a PNAS. Em outros apenas PNAS ou apenas SUAS.

ferramenta potente para explicar as relações de poder [...] além de visibilizar a violência como mecanismo social de controle e subordinação das mulheres”. (MENEHEL, 2014, p. 116).

Além disso, não posso deixar de mencionar a discussão acerca do racismo que existe entre (e em) nós. Que, por sua vez, ainda é camuflado sob o manto da democracia racial² o que constitui o mito em torno do tema. Pontuo tais perspectivas, mas existem muitas outras sobre as quais não conseguirei dar conta aqui.

Sigo dizendo que outra questão essencial aqui foi propor um diálogo reflexivo com produções teóricas diversas. Assim, no intuito de demarcar a autoria das produções quando fizermos citações indiquei a fonte através do primeiro nome e do sobrenome. A intenção neste caso é uma opção que se contrapõe às orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que indica a grafia do sobrenome. Creio que esta é outra escolha política que reforça a intenção de dar visibilidade, em especial para as autoras convidadas ao diálogo.

Além disso, a escrita sofreu alternâncias marcadas por fontes diferentes. A intenção é dar ênfase aos fragmentos carregados de significados extraídos de histórias, diários de campo, livros de literatura e memórias. Este recurso foi inspirado no livro de Luciana Franco (2016), no qual ela propõe a reflexão sobre uma política de escrita para os trabalhos de pesquisa. A autora vai definir sua escrita como uma mistura na qual sem se prender as regras gramaticais “[...] todos esses encontros fazem desta uma escrita constituída por encontros”. (FRANCO, 2016).

Desta maneira, deixando explícito que esta escrita graficamente carrega marcas convido a leitora para juntas olharmos para algumas mulheres que foram minhas companheiras de percurso. Para conseguir traduzir questões que atravessam a experiência de trabalho na PNAS e que influenciaram a escolha do campo de pesquisa nomeei algumas pessoas como guias, em especial mulheres ocupam esta posição. Assim, busquei exercitar os diálogos tecendo analogias através de personagens inicialmente inventadas, mas que ganharam vida, se misturaram com pessoas reais e me acompanharam por longo tempo.

² Conceito importante na vida, por mito da democracia racial entendo a contradição entre um discurso de que o Brasil se constituiu numa democracia onde não existem preconceitos raciais, e a realidade da história de um país que, como aponta Abdias do Nascimento, evidencia uma estrutura social, cultural e política “[...] essencialmente racista e vitalmente ameaçadora para os negros”. (NASCIMENTO, 2009, s/p). Entre os aspectos históricos que visibilizam tal contradição podemos citar: políticas de branqueamento, a crueldade que envolveu a escravização das pessoas negras, o fato do Brasil ter sido o último país do continente americano a acabar com a escravidão, etc.

Inicialmente minhas companheiras na estruturação da escrita foram três Marias. As guias nessa trajetória foram elas, assim como as Três Marias da Constelação de Orion que orientam as navegadoras em jornadas pelos oceanos. Minhas companheiras mulheres têm a função de orientação ao mesmo tempo em que compõem um oceano de palavras. A inspiração para o nome veio da Constelação que é visível a olho nu e desde criança nunca me cansei de admirar, em noites de céu limpo, sem nuvens. Se você estiver lendo esta dissertação a noite lhe faço um convite: olhe para o céu. Elas estarão lá, mesmo que não seja possível vê-las num céu nublado, sempre juntas as três uma ao lado da outra.

Nesta escrita cada Maria tem um segundo nome e sua escolha não foi casual, mas sim influenciada pela função que cada uma tem. Sim, cada uma das Marias têm uma função fundamental, que foi determinada por mim. Não quis impor tal função, apenas aproveitar seus potenciais para me ajudar com a escrita. Cabe dizer também que elas articulam-se entre si, uma não poderia existir sem a outra; seu encontro é fundante desta escrita e suas características se complementam.

Agora começo a apresentação delas, que não necessariamente acontecerá na ordem em que apareceram no texto. A primeira a dar os ares é Maria José, soberana da multiplicação (MARIA JOSÉ, c2018), a ela cabe a tarefa de explicitar o percurso metodológico que foi construído. Maria José cuidadosamente materializa a metodologia através de uma receita, por isso reconheço ela como a soberana da multiplicação. Nos conhecemos de longa data e, tenho intimidade para dizer que ela é uma tagarela, sempre tem alguma coisa importante para compartilhar e as pitadas que dá nas receitas dão um toque especial ao sabor. Ela não poderia ficar de fora deste banquete, sua presença é uma questão de justiça teórica, pois muitas coisas aprendi com ela. Entre as coisas que ela mais gosta de tagarelar estão o cuidado e a escrita acadêmica.

Falarei mais sobre receitas nos parágrafos que se seguem, mas por enquanto é importante dizer que tal expressão foi escolhida não no intuito de que outras receitas-pesquisas sejam replicadas nos mesmos moldes, mas sim de que a leitora possa perceber o percurso que foi sendo trilhado ao longo desta dissertação. Além disso, a Maria José caberá também expor os objetivos que me moveram e falam das intenções que me acompanharam desde o início.

Já a segunda é Maria Aparecida que carrega consigo a soberania de uma rainha que vem se apresentar. (MARIA APARECIDA, c2018). Seu grande propósito

introduzir o capítulo em que serão elencados elementos importantes que orientam esta pesquisa. Ela traz consigo um exercício de escrita que pontua algumas situações que ilustram o cotidiano do trabalho na PNAS.

Enfim a última, mas não menos importante, é Maria da Conceição que, por sua vez, detém a soberania de guardar a centelha (MARIA DA CONCEIÇÃO, c2018). Centelha esta que foi o estopim para o início de minha escrita. Assim, neste capítulo, cabe trazer um pouco de histórias, as que perpassam a História do Brasil, e a de Maria da Conceição.

Depois de situar a leitora quanto às Marias e sua função enquanto guias, penso ser necessário problematizar as outras histórias que atravessam a PNAS. Que histórias conseguem ser visibilizadas no cotidiano? As histórias se repetem, por outro lado os desdobramentos não, esses seguem um fluxo dinâmico. Assim, ao longo desta dissertação a leitora encontrará as guias e também as histórias de outras mulheres se uniram a mim no campo de pesquisa.

Deste modo, faço a você, cara leitora, um convite para que dialoguemos em volta de uma mesa. Talvez você se pergunte: *em volta de uma mesa?* Acontece que me preparei para oferecer a minhas convidadas um banquete repleto de histórias e reflexões. E desejo que possamos nos alimentar das vidas e das lutas que narrei. Preparar um banquete para convidadas ilustres exigiu de mim dedicação para pensar minuciosamente em cada detalhe.

E, a inspiração para pensar esta dissertação como um banquete veio do texto Mil folhas: escritoras e o banquete de palavras de Carla Cristina Garcia. Em sua escrita a autora explora as narrativas de escritoras através de metáforas com receitas. (GARCIA, 2007). Considero que os ingredientes utilizados precisam ser calculados em termos de medidas e combinações, pois cozinhar (*ou escrever*) é uma arte que requer, entre outras coisas, o desejo em compartilhar refeições, afecções³ e receitas.

Deste modo, cada prato foi cuidadosamente pensado para que minhas convidadas tivessem experiências alimentares extraordinárias. Pratos exóticos podem estar entre as receitas, mas nada melhor do que aquele arroz com feijão que nos faz lembrar da comida preparada por nossas mães, avós, tias, primas, enfim

³ Afecções aqui assumem o sentido daquilo que se produziu como Deleuze diz no entre. Ou seja, representam as composições produzidas nos encontros entre os corpos que me acompanharam ao longo da pesquisa. (BARROS, 2007, p. 195).

pelas mulheres de nossas vidas. A preparação de refeições envolve tantos processos diferentes que posso vir a me encontrar com a leitora na despensa escolhendo os ingredientes, na cozinha em volta do fogão, na colheita dos temperos direto no jardim e até mesmo em cadernos de receitas que, por sua vez, valem ouro e os quais vejo como relíquias históricas com páginas repletas de marcas.

E, finalmente, no último ato desejo que possamos todas nos sentar em volta de uma linda mesa repleta de sabores, cheiros e, principalmente muitos aprendizados. A grande chefe de cozinha⁴ Carla Cristina Garcia esta acostumada a preparar banquetes envolvendo escritoras e palavras, depois que a conheci pedi algumas orientações e ela afetuosamente me incentivou a cozinhar de forma que esta experiência fosse repleta de palavras e expressões através das quais fosse possível ver “[...] o que foi escrito por elas, ou lendo o que elas escreveram sobre a cozinha e seu universo, essas autoras alimentarão a alma dos convidados ao banquete”. (GARCIA, 2007, s/p).

Por fim, gostaria de afirmar que esta escrita é sobre escutar, encontrar, perguntar, refletir e escrever as histórias das famílias atendidas no Serviço de Atendimento Familiar (SAF) em Porto Alegre. Desta maneira dando visibilidade para o percurso e os encontros com as mulheres que tornaram possível as reflexões que propus. Salientando que esta escrita foi feita num determinado momento e a partir de determinados encontros (com as famílias que acessaram o(s) SAF(s) e com as trabalhadoras). Sempre demarcando o lugar de onde falo, pois isto evidencia meu lugar de privilégios como mulher, branca, trabalhadora, psicóloga, estudante de pós-graduação, heterossexual, cisgênero e moradora da região metropolitana de Porto Alegre.

E, para além disso, não pretendi um percurso que possa ser generalizado. Pelo contrário, esta foi a materialização de um convite estendido às leitoras para compor um diálogo envolvidas por um delicioso baquete. Espero assim, que no final do percurso como a chefe de cozinha Carla Cristina Garcia me ensinou os resultados sejam considerados “[...] tão variados quanto os estilos narrativos das

⁴ A escolha pela expressão chefe de cozinha leva em consideração a problematização da escritora Carla Cristina Garcia quanto ao fato de que homens criaram a alta gastronomia e relegaram às mulheres a esse lugar da cozinheira de família ou quituteiras. Conforme a autora os chefes-cientistas da mesa “[...] passaram a tratar as receitas rigidamente, apesar de não eliminarem a criatividade, mas racionalizarem-na, exigindo método e exatidão”. As receitas das cozinheiras de família não eram “[...] consideradas exatas e racionais, mas impressões de vida e sobre a vida”. (GARCIA, 2007, s/p).

escritoras que serão visitadas nesse trabalho, as quais fazem inusitadas alternâncias de sabores e saberes”. (GARCIA, 2007, on-line).

1 ESCOLHENDO OS INGREDIENTES

Início dizendo que o intuito desta dissertação é relatar as várias dimensões que constituíram este processo de pesquisa. Penso nelas como os ingredientes que cuidadosa e afetivamente escolhi. Tais ingredientes, por sua vez, formam conjuntos de possibilidades que articulam-se entre si e juntos formaram um banquete. Alguns deles, já posso antecipar a você, cara leitora.

Ingredientes:

2 quilos de experiência;

3 ou 4 encontros (até que baste);

2 dentes de desconfortos e lágrimas;

3 xícaras e 1/2 de alegrias e surpresas;

uma pitada de compromisso ético-político;

uma colher de chá (bem cheia) de histórias;

e uma boa dose de coragem.

Antes de seguir, preciso confessar que iniciar este texto e organizar os pensamentos foi um processo extremamente difícil e complexo. Primeiro porque eu já tenho alguns anos e muitas histórias como trabalhadora em Porto Alegre na PNAS. Segundo, porque me proponho a finalizar a escrita de um mestrado e, todo fim traz consigo um ponto final que gera tensão e ansiedade, daí penso *será que o banquete vai dar certo?* E, terceiro porque precisei enfrentar muitos obstáculos ocupando um duplo papel de trabalhadora e mestranda. Quem disse que escolher ingredientes adequados é algo simples?

Por isso precisei lançar mão de um banquete, para que com essa reunião de pessoas fosse possível aproximar a leitora das pessoas que participaram da pesquisa, em especial, das mulheres que me ajudaram a pensar sobre o trabalho na PNAS. Creio que você já percebeu que eu, a escritora, me entendo como uma narradora. Aliás, além de narrar outros verbos receberam destaque em minha escrita quais sejam, lembrar, escutar, ler e escrever. Eles foram essenciais ao longo do caminho e você vai encontrá-los em diversos momentos. Justamente, porque

através deles foi possível refletir sobre as questões que emergiram nas experiências de trabalho-pesquisa.

Cabe aqui dizer que a ideia de experiência em minha escrita vem de algo que aprendi com Jorge Larrosa Bondía. Ele me ensinou sobre a necessidade de realizar uma parada mesmo em tempos onde a velocidade insiste em nos alcançar. Em suas palavras diz que

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (BONDÍA, 2002, p. 24).

A partir desta perspectiva, tive a intenção de narrar aquilo que emergiu nos encontros com as pessoas e suas histórias. Você não deve esperar encontrar o *todo* dessas histórias, pssa longe desta escrita a intenção de um *fim* ou uma explicação daquilo que narrei. Apenas me detive em mostrar o *entre* do qual Nicolle Catanio e Bruna Moraes Battistelli falam. Este *entre* nada mais é do que o “[...] encontro, a dança, no ritmo que se estabelece em cada relação”. (CATANIO; BATTISTELLI, 2019, p. 106).

Você vai perceber que este *entre* envolve histórias, as quais escutei, li, reli e depois escrevi, inspirada no conceito de *escrevivências* proposto por Conceição Evaristo (EVARISTO, 2016). Sem me apropriar vou refletir sobre ele mais adiante, mas ressalto que não faço *escrevivências*. Se, por um lado, tenho buscado a compreensão da extensão dos privilégios que a branquitude¹ me confere. Por outro, compreendi que cotidianamente as mulheres negras enfrentam a discriminação racial que lhes impõem barreiras.

Por enquanto, creio ser importante dizer que minha proposta realizou a escrita de histórias de vida de pessoas que acessam o SAF em Porto Alegre. Uma escrita

¹ Estudar a branquitude é necessário, sugiro que você leia a Tese de Doutorado de Maria Aparecida Silva Bento (2002). Até aqui aprendi com a autora que branquitude (ou racialidade branca) constitui-se como um lugar onde pessoas brancas gozam de privilégios e sua racialidade é silenciada. E, o silenciamento, por sua vez, contribui para manter um sistema de hierarquias raciais onde a supremacia construída foi conferida a pessoa branca. (BENTO, 2002).

que foi possível graças ao desejo das pessoas em compartilhar e registrar vivências importantes em suas trajetórias. E, poque não dizer do meu desejo em narrar as histórias que ouvi.

Minha amiga Maria José, companheira constante, me provoca dizendo: seria o desejo de engravidar o mundo com histórias? E eu respondo:

Querida Maria José, se esse engravidar o mundo de histórias que você fala representa os desejos de: carregar em meu ventre, nutrir, parir, amamentar, acompanhar os primeiros passos e palavras, acompanhar o crescimento, ensinar, acalantar nos momentos tristes, vibrar com as conquistas e incentivar quando estiver com medo de desbravar o mundo, posso dizer que sim. Desejo isso com minhas (nossas) histórias escritas. Principalmente porque parir tais histórias é dar visibilidade para a vida no cotidiano da PNAS.

Enfim, em busca de conhecer mestras na arte de cozinhar desbravei territórios desconhecidos, me dispus a conhecer e escutar pessoas, com vida e muitas histórias para compartilhar. Assim, posso dizer que esta escrita é a materialização dos encontros de uma pesquisa que se propôs a andarilhar por alguns territórios e tinha o foco em pensar possibilidades para algumas questões vividas no cotidiano de trabalho, especialmente na Proteção Social Básica (PSB) da PNAS.

Se, por um lado, digo que com minha escrita não pretendi indicar conclusões; por outro, mergulhei nas reflexões que permearam os *bons* encontros vividos. Questões do tipo “isso é importante problematizar”, “não tenho tempo para problematizar isso da forma adequada”, me fazem companhia; mas não posso fugir delas, pois decidir é imperativo numa pesquisa, mesmo que as decisões sejam situadas e provisórias.

Enfim, escolhas fazem parte da vida e toda escolha vem acompanhada de algo que ficou para trás. Foi necessário trazer tal consideração, pois as leitoras que acessarem este escrito precisam ter em mente que elas foram necessárias, por isso talvez alguns pratos não agradem a todas as convidadas.

1.1 Folheando um Antigo Caderno de Receitas

Maria José insiste comigo que não posso pular esta parte, mas muito tentei adiá-la. Tive medo, e vi minha coragem estremecer, mas segui para encarar minhas

dificuldades e dilemas. Uma das questões que preciso lhe informar é que os objetivos que escrevi no passado sofreram uma torção. Retomei meu objetivo geral do passado, qual seja conhecer quais narrativas de proteção são possíveis entre proteger e desproteger para as pessoas atendidas pelo SAF em Porto Alegre e percebi que não era realmente aquilo que queria.

Escrevi, apaguei, conversei e precisei andar não só pela cozinha, mas por todos os cômodos de minha casa tentando entender o que eu realmente queria com esse banquete. Esta questão, assim como um ingrediente em falta no mercado, me angustiou, me senti perseguida e, demorei um tempo até conseguir uma composição de palavras que me satisfizessem.

Nesse caminho uma das coisas que sempre tive presente foi o comprometimento com o trabalho social com famílias. Através dele busco uma prática sustentada na garantia de direitos e que exerça “[...] uma visão crítica da realidade social, a sua historicidade, as lutas políticas e as relações de poder”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016, p. 15). Processo este no qual venho me debruçando ao longo de minha trajetória profissional desde a graduação.

Fui rascunhando e meu caderno de receitas tornou-se um emaranhado gigantesco de ideias. Quando olhava o proteger e desproteger do objetivo que coloquei aí em cima, percebi que algo parecia não fazer sentido. Então percebi que desde o início busquei entender o que era a proteção, mas não a proteção social, um conceito importante na PNAS.

Preciso de ajuda para lhe explicar o que é a proteção social. Ainda bem que em meio a meus devaneios pela vizinhança Luciana Jaccoud, Renata Bichir e Ana Mesquita perceberam minha aflição e vieram a meu encontro. Expliquei o que estava acontecendo e as três logo foram dizendo que iam me ajudar. E já de saída disseram que o conceito de proteção social da PNAS/SUAS tem uma importante construção histórica que foi demarcada na promulgação da Constituição de 1988 que, por sua vez, ampliou os direitos sociais e assumiu a universalização da proteção social. (JACCOUD, BICHIR, MESQUITA, 2017, p. 40). Luciana Jaccoud assume a fala e é taxativa dizendo que esta proteção social da qual falamos compreende assumir como responsabilidade pública

[...] a construção de uma sociedade mais integrada, com a ampliação de patamares de bem-estar, de acesso a oportunidades e a proteções, além de

mecanismos destinados a confrontar dinâmicas tradicionais de reprodução de desigualdades. (JACCOUD, 2016, p. 17).

Um das propostas, é que a efetivação da proteção social se dê através do Tripé da Seguridade Social que, por sua vez, agrupa as ações da Assistência Social, Saúde e Previdência Social. Este é um capítulo de extrema importância na história do Brasil, e precisamos levar em consideração que desde a promulgação da Constituição já existiam interesses políticos tentando desviar a proteção social de seu real propósito.

Até aqui, a professora Berenice Rojas Couto que com sua delicadeza e experiência acompanhou de perto nosso diálogo, acrescentou que os fundamentos da noção de proteção social envolvem a concepção de qualquer pessoa pode ter que enfrentar dificuldades “[...] para viver com dignidade [...]”. (COUTO, 2010, p. 183). A partir, desta concepção deverão ser “[...] assumidos coletivamente pela sociedade, com supremacia da responsabilidade de cobertura do Estado, que deverá criar um sistema institucional capaz de dar conta dessas demandas”. (COUTO, 2010, p. 183).

Atravessa-se aqui o entendimento imprescindível de que as dificuldades são consequência das relações entre sujeito e mercado. Portanto, o Estado deve assumir a responsabilidade sobre a proteção social. Partindo do pressuposto de que a seguridade social compreende uma concepção de proteção integral, abarcando as ações contributivas vinculadas a Previdência Social e as não-contributivas das Políticas de Saúde e de Assistência Social. (COUTO, 2010).

Mais uma professora viu o burburinho e se reuniu com grupo, Aldaíza Sposati, ela procurava Berenice Rojas Couto para entregar-lhe um presente de aniversário. Muitos anos de experiência lhe dão total direito e conhecimento para ir logo fazendo duras críticas. Aldaíza Sposati enfatizou que barreiras vêm sendo impostas à consolidação da seguridade social, pois ela veio

[...] se descaracterizando de seu destino no percurso de seus 30 anos de vida. Abandonou a intenção de construção de certezas sociais para assumir perversamente o papel de incentivo à desigualdade de condições de vida entre as classes sociais e seus segmentos. Reduziu seu vínculo com o republicanismo, com a laicidade e com os direitos sociais de cidadania (SPOSATI, 2018, p. 2324).

Ou seja, os interesses econômicos conservadores vêm buscando dirimir os avanços do texto constitucional de forma que acabam por condicionar “[...] o acesso à

proteção social à ação ativa do indivíduo em poupar para enfrentar suas fragilidades [...]” excluindo “[...] o processo coletivo de preservação da dignidade humana de todos os cidadãos de uma sociedade”. (SPOSATI, 2018, p. 2316).

As companheiras de longa data na militância em defesa da PNAS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sabem o que dizem. Por isso, Berenice Rojas Couto afirmou que após a Constituição de 1988 muitos foram os entraves para a efetivação dos direitos sociais. Entre eles a obstrução da legislação complementar necessária, a ênfase na passagem dos programas sociais para a iniciativa privada e programas que se detinham a ações pontuais, além dos desmontes que foram alvo as garantias constitucionais. (COUTO, 2010).

Considerando o que aprendi com as mulheres que dialoguei acima, afirmo que é ao Estado a quem cabe a proteção social. Mesmo que existam movimentos conservadores que busquem o contrário. É necessário observar criticamente o contexto e se as condições de vida da população que, por vezes, sem ter como prover suas necessidades básicas² tem o direito de ser protegida pelo Estado.

A partir disso, percebi o quanto me confundi com o conceito de proteção social, de certa forma em minha escrita do passado tive a tendência de reduzi-los a duas palavras proteger e desproteger. Depois da confusão percebi que os ingredientes começavam a se encontrar e, estava fazendo uma torção em meu trabalho. Fiquei com medo de mudar, mas necessitava fazer isso, pois o que seria da chefe de cozinha sem criar receitas novas?

Neste longo caminho compreendi que tinha outras preocupações na cabeça, quais sejam a escuta das narrativas de histórias de vida, a escrita das histórias e o trabalho social com famílias. Se por um lado, queria escutar as narrativas das famílias, com o respeito e cuidado que qualquer sujeito de direitos deve receber. Por outro, sempre busquei refletir sobre estratégias possíveis para o trabalho social com famílias. E pensar tais estratégias sempre com o objetivo de contribuir com fundamentos metodológicos para o trabalho de uma psicóloga no SUAS.

Assim, assumindo o risco de não ser compreendida pelos degustadores da academia precisei inventar uma nova receita. E, ao invés do objetivo geral que já citei acima posso dizer que buscava pensar na escuta de histórias de vida como estratégia metodológica na perspectiva do trabalho social com famílias. Assumindo aqui

² Conceito aprofundado por Potyara Pereira que vai caracterizá-las como sendo um direito inegociável. (PEREIRA, 2007).

com firmeza minha ética de seguir o que as pessoas me mostraram no trabalho e na pesquisa.

As questões e dúvidas que emergiram no campo me fizeram sair em busca de respostas e durante muito tempo persegui uma pergunta norteadora. Agora depois de tudo o que conversei com minhas companheiras e dos caminhos que percorri, ter uma pergunta me parece algo ingênuo, pois ao procurar respostas encontrei um caminho com mais perguntas. E como a Bruna Battistelli me disse “um bom trabalho de pesquisa termina com outras/novas perguntas. Perguntas que se constituíram no campo, no encontro e com a escrita”. (informação verbal)³. Além disso, fui a campo munida de determinadas perguntas e voltei com outras, além de uma constatação: quando pedi para as pessoas contarem suas histórias elas deram visibilidade para muitas outras questões.

A partir do escrevi até aqui, afirmo minha intenção em problematizar as seguintes questões: Como produzir conhecimento considerando as narrativas das famílias? Que escritas são possíveis quando escavamos fragmentos de histórias? Quais podem ser as estratégias de resistência frente à precarização da Política Nacional de Assistência Social? A escuta de histórias de vida é uma estratégia metodológica que contribui com o trabalho social com famílias? Como as histórias interrogam a psicologia e seu fazer no trabalho social com as famílias? Cabe ressaltar que tais questões emergiram nos encontros e foram possíveis a partir das narrativas que foram compartilhadas.

1.2 Equipando a Cozinha

Como aprendiz de chefe de cozinha sabia que para cozinhar eram necessários bons ingredientes, mas também de um espaço que tenha os utensílios necessários para o preparo adequado dos alimentos. Gosto de pensar em minha cozinha como meu campo de pesquisa que, por sua vez, se constituiu no trabalho social com famílias na PSB no SAF em Porto Alegre. E uma cozinha pode ter muitas histórias para contar.

Além de trabalhar como psicóloga num SAF, no mestrado me propus a pensar sobre meu processo de trabalho, o que pode a psicologia no SUAS? Isso foi

³ Fala da doutoranda do PPG de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Bruna Battistelli, em 14 nov. 2018.

importante, pois busquei me qualificar. Acredito que foi essencial aprofundar as reflexões críticas sobre o trabalho do cotidiano, especialmente quando ele acontece numa política pública, neste caso a PNAS. Pessoalmente não acredito ser possível buscar a transformação social e o empoderamento das famílias sem espaços de reflexão envolvendo trabalhadoras e as pessoas que acessam as políticas públicas. Desta maneira, subsídios teóricos que contribuam com a qualificação do processo de trabalho nas políticas públicas são de extrema relevância.

Admito que ao iniciar minhas aventuras culinárias entre meus medos estava deixar que meus bolos abatumassem. Além disso, assombravam-me quaisquer possibilidades de que meu trabalho viesse a responder a uma linha de produção onde tarefas são executadas. Em um dia qualquer Maria José e eu estávamos conversando sobre isso e ela me apresentou um amigo, seu nome era Carlos Montaña. Ele em seus escritos frisava a necessidade de refletirmos sobre e no trabalho de forma a não reproduzir a lógica na qual os estabelecimentos para pobres assumem o lugar de pobres estabelecimentos. (MONTAÑO, 2005).

A partir disso, é fundamental que as trabalhadoras (*nós*) olhem para o lugar que ocupam e a serviço de quem estão (*estamos*) problematizando o processo de trabalho. Por acreditar nisso, fiquei contente quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se manifestou acerca do processo de trabalho das psicólogas no SUAS em 2016 através da publicação de uma Nota Técnica. Neste documento uma das coisas importantes é o entendimento de que a “[...] atuação profissional no campo da garantia de direitos deve ser construída a partir de e com os sujeitos como agentes dessas políticas”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016, p. 10).

Ou seja, para que os bolos não abatumem é preciso construir e refletir acerca do processo de trabalho e, ainda, isso deve ser feito com a comunidade levando em consideração o território e as famílias que acessam os serviços. Tenho noção de que falo sobre muitas coisas e de um árduo e constante exercício, mas uma boa chefe de cozinha precisa estar atenta a tudo o que envolve a criação de pratos, pois cada parte deste processo interfere no resultado final.

Nesta perspectiva, durante a graduação em psicologia tive um professor que me ensinou a olhar para além daquilo que estava dado. Lembro com afeto de Oswaldo Yamamoto, ele nem sabe quem sou, mas me ajudou muito a pensar o trabalho da psicologia na PNAS. Uma das coisas que falava era que é necessário a

busca por “[...] alargar o campo de ação para além dos limites de executor terminal da política, intervindo na gestão e, principalmente, na sua formulação”. (YAMAMOTO, 2012, p. 11). Ou seja, um processo de trabalho no qual a reflexão crítica é um utensílio de cozinha imprescindível contribui com a compreensão das determinações que causam impacto no SUAS desde a gestão até a execução da política pública.

Ao pautarmos o trabalho cotidiano nesta perspectiva pode ser possível fomentar processos de resistência a partir dos próprios territórios, o que, por sua vez, contribuiu na luta por garantir o acesso aos direitos sociais. Perdida em meus devaneios percebo que a campainha toca e vou receber a companheira que irá me ajudar na organização da cozinha para o banquete, Dirce Koga. Já adianto que ela gosta muito de circular e falar sobre territórios. E, para minha pesquisa pensar a questão do território é imprescindível, pois ele se relaciona diretamente ao trabalho social com famílias.

Como a própria Dirce Koga diz o trabalho social deve acontecer a partir do território e não no território de modo a fomentar processos coletivos e participativos. (KOGA, 2015). Assim, se baseio minha atuação a partir das demandas do território é possível reunir a comunidade em busca de melhorias e fomentar o controle social. Uma vez que, as trajetórias de cada família estão entrelaçadas com a trajetória do território e que pensar as trajetórias na perspectiva do trabalho social com as famílias está relacionado com perceber as “[...] tramas das relações sociais estabelecidas entre as pessoas, as instituições e os lugares”. (KOGA, 2015, p. 29).

Cada família vive suas histórias através das relações que estabelece com outras pessoas no território, com as instituições e também pelos estabelecimentos que acessa. Deste modo, o território vai se constituir enquanto o “[...] chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva”. (KOGA, 2011, p. 33). Neste momento, subitamente parei de procurar a receita que pretendia mostrar a Dirce Koga e percebi que minha pesquisa constituiu um território com as famílias que encontrei.

A Maria José tinha razão, e agora isso faz sentido, especialmente se pensarmos que a perspectiva relacional se faz presente para a concretização do território, pois ele vai se constituir enquanto conceito com base nas pessoas que, por sua vez, nele estabelecem relações e vínculos. (KOGA, 2011). Quando me propus a circular, a escutar, a compartilhar, a escrever constitui espaços de vida com as

famílias que contribuíram com a pesquisa. E, a importância do aspecto relacional que envolve o trabalho social com famílias está na emergência de “processos de transformações que são recíprocos, possibilidades de transformação no encontro com o outro”. (CONTI, 2015, p. 81). Assim, a partir da escuta e da escrita de suas histórias as famílias de algum modo puderam estabelecer novas reflexões sobre suas memórias de vida tendo como pano de fundo a PNAS.

Até aqui me detive em escrever sobre alguns utensílios imprescindíveis, agora cabe me debruçar sobre meu campo ou se você preferir, cara leitora, minha cozinha. Cada dia que passa, tenho visto um maior número de pessoas falando sobre o trabalho social com famílias, mas ainda há muita coisa a ser dita, os debates que envolvem este conceito são fundamentais. A PNAS tem diversos materiais (normas, leis, etc.) que compõem um apanhado de páginas que devem ser levadas em consideração quando pensamos na perspectiva do trabalho social com famílias, mas já adianto que em nenhum dos documentos há uma receita com medidas e proporções exatas.

De qualquer maneira, tais documentos propõem subsídios para que as trabalhadoras criem estratégias de intervenção. Um deles, intitulado Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) refere que o trabalho social com famílias no âmbito da PNAS caracteriza-se como um

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos. (BRASIL, 2012a, p. 11).

Depois de escutar o que eu li em voz alta Dirce disse que seria bom conversar com Mariana Correa e Daniele Carmona, pois elas também têm buscado pensar sobre o trabalho social com famílias. Depois de fazer uma rápida busca em alguns sites de culinária encontrei um manuscrito delas que o define como

[...] um recurso técnico e metodológico, pois pressupõe um movimento político de trabalhadores e usuários, na medida em que supõe o reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais e uma relação na qual as famílias e indivíduos não são tratados como objetos de análise e

intervenção, e sim como sujeitos com capacidade de autonomia para lidar com seus problemas, a partir do acesso a direitos sociais. (CORREIA; CARMONA, 2019, p. 215).

E, complementam referindo que “[...] o trabalho de escuta, acolhida, orientação e reflexão [...] é a principal ferramenta para lidar com as situações de vulnerabilidades e violação de direitos que se apresentam nas vidas dos sujeitos atendidos.” (CORREIA; CARMONA, 2019, p. 206). Assim, elas me ensinaram que para muito além de uma receita o trabalho social com famílias envolve o comprometimento com um processo de trabalho que têm referências éticas, técnicas e metodológicas. Além disso, envolve ações com as famílias onde o pilar escuta, informação e reflexão contribui com a garantia das seguranças afiançadas no SUAS. Neste processo, sempre respeitando a autonomia das famílias enquanto sujeitos de direitos.

Aliás, garantir as seguranças afiançadas no SUAS deve estar na pauta quando pensamos a direcionalidade nas ações sob a perspectiva do trabalho social com famílias. As seguranças são importantes para o trabalho social com famílias, mas Geovana Gasparotto me contou chateada que desde a PNAS elas são mencionadas, mas pouco discutidas e aprofundadas mesmo nos documentos oficiais e que “[...] são raras as pesquisas e estudos que as adotem como tema central do debate”. (GASPAROTTO, 2017, p. 21).

Assim, tentei trazer um apanhado geral de tais seguranças para compor nosso diálogo. Conforme a Norma Operacional Básica (NOB) do SUAS as seguranças afiançadas são: acolhida, renda, convívio ou vivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento de autonomia e apoio e auxílio. Cada uma tenta abarcar um aspecto importante na PNAS, sendo complementares entre si. Devem envolver a intervenção tanto da PSB quanto da Proteção Social Especial (PSE). (BRASIL, 2012b).

A segurança de acolhida se refere as instalações físicas e ações profissionais que, por sua vez, devem abranger

a) condições de recepção; b) **escuta** profissional qualificada; c) **informação**; d) referência; e) concessão de benefícios; f) aquisições materiais e sociais; g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco; h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência. (BRASIL, 2012b, p.16).

Você deve ter percebido que destaquei na citação aí em cima duas expressões, escuta e informação. E, fiz isso porque elas estão no pilar que mencionei anteriormente. Assim, se estou trabalhando na perspectiva de pensar as seguranças afiançadas é porque elas se mostraram importantes para minha pesquisa.

Agora é a vez da segurança de renda que dispõe sobre a transferência de auxílios e benefícios continuados para pessoas que não acessem o “[...] sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho”. (BRASIL, 2012b, p. 17). Dois bons exemplos são o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Na segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social é destacada a oferta pública de uma rede continuada de serviços e ações profissionais que busquem:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários; b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade. (BRASIL, 2012b, p. 17).

E, na sequência vem a segurança do desenvolvimento de autonomia que, por sua vez, orienta que as ações profissionais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; b) **a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;** c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes. (BRASIL, 2012b, p. 17).

Considero que esta segurança também é importante se pensarmos o encontro entre o trabalho social com famílias e minha pesquisa. Entre as razões desta compreensão está o compromisso ético, político e metodológico que assumi ao me graduar em psicologia. Ao pautar o processo de trabalho na perspectiva da autonomia, que abarca aspectos individuais e coletivos, acredito que fortalecemos a participação das pessoas que são a mola propulsora das políticas públicas.

E, por fim, a segurança de apoio e auxílio de caráter transitório e prevendo os chamados benefícios eventuais que, por sua vez, devem ser oferecidos a população

na existência de riscos circunstanciais. (BRASIL, 2012b, p. 17). Os benefícios eventuais devem ser regulados por leis municipais, em virtude disto podem ter as mais diferentes características conforme o município. Exemplos deles podem ser: transferência de valores mensais, passagens de ônibus, auxílio funeral, etc.

Agora que já escrevi sobre as cinco seguranças afixadas no SUAS individualmente cabe fazer algumas considerações. A primeira delas apontada por Geovana Gasparotto é que assim como a proteção social elas devem ser garantidas “[...] por diversas políticas públicas, dependendo da necessidade social a ser respondida”. (GASPAROTTO, 2017, p. 31). Ou seja, por mais que elas sejam mencionadas na PNAS devem ser pauta também nas demais políticas públicas.

Além disso, não se pode perder de vista que a garantia de acesso as seguranças deve se concretizar através de ações dos profissionais que atuam com as famílias *em conjunto* com as condições estruturais e políticas que cabem ao Estado através dos órgãos que fazem a gestão do SUAS (GASPAROTTO, 2017, p. 142). Ou seja, a responsabilidade sobre elas não deve recair unicamente sobre as trabalhadoras, pois a gestão tem que garantir o necessário para a garantia das seguranças. Tal consideração sobre aos atores que devem se responsabilizar por elas é necessária, pois Geovana Gasparotto em sua pesquisa evidenciou tendências a responsabilização/ culpabilização das trabalhadoras, especialmente no que concerna à segurança de acolhida. (GASPAROTTO, 2017, p. 141).

Enfim, o trabalho social com famílias é um conceito complexo e que se constitui num campo de lutas onde muitas temáticas emergem. E, neste cotidiano de lutas precisei escolher como combinar temperos e receitas mais adequados, pois tive que refletir acerca das questões formuladas até aqui em meio a preparação de um banquete. Depeço-me de quem me acompanhou até aqui e sigo meu caminho tomada pelo que Carlos Montañó diz:

O caminho escolhido, portanto, não deriva de um acaso do caminhante sem rumo, mas de uma opção teórico-metodológica clara e explícita: aquela que concebe o real como uma totalidade concreta, saturada de determinações, mediações e particularidades interconectadas, que entende a realidade social como um processo histórico, desenvolvido fundamentalmente mediante as lutas de classes [...]. (MONTAÑO, 2005, p. 17).

1.3 Escrevivências e Memórias

Esta dissertação teve como parte fundamental memórias narradas, as da pesquisadora e das pessoas que compartilharam histórias de vida. Quando me detive a escrever fui percebendo que minha escrita ao ser materializada tem potencial para agregar outras histórias, sempre tendo em mente que tenho como inspiração as escrevivências propostas por Conceição Evaristo. E, ela como boa professora não hesita em me cutucar dizendo que está na hora de falar mais sobre as escrevivências.

E, falar sobre o tema requer q eu fale também sobre o princípio de meu caminho na pós-graduação. Ao ingressar no mestrado a aproximação com histórias da literatura passou a ser uma companheira, vivi estes encontros com intensidade, a leitura se materializava em meus pensamentos através de imagens. Na grande maioria das vezes pareciam filmes sendo rodados ao vivo em minha imaginação, podia ver e sentir com as pessoas e suas histórias.

Essa pode ser a descrição com uma de minhas primeiras fornecedoras de ingredientes, Conceição Evaristo. Ela tornou-se uma inspiração, a beleza de sua escrita, com histórias tão cheias de realidade por mais de uma vez fez escorrer lágrimas de meus olhos. As lágrimas eram tão reais que tenho na memória estar escrevendo com os olhos cheios de água. Assim, posso dizer que ela narra fragmentos de vidas em forma de histórias, ou como ela chama escrevivências.

Conceição é uma autora negra que dá visibilidade para a militância da mulher negra. Sua escrita acontece na companhia de mulheres, e através das combinações entre as palavras sua escrita agrega uma dimensão de invenção. Segundo ela *"Invento? Sim invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas [...] Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta"*. (EVARISTO, 2016, p. 7).

As palavras de Conceição Evaristo estão entre as inspirações de minha escrita, como já disse e talvez repita algumas vezes. Cada história tem um rosto, um rastro, mas mesmo com suas singularidades carregam algo que fala de questões de um coletivo. Talvez por isso, a leitora possa ter a impressão de já ter ouvido a história antes. Mudam as pessoas, mas as histórias se aproximam. O que

certamente indica que os fenômenos estão interligados, para muito além da pessoa em questão.

Por outro lado, preciso dizer que as escrituras de Conceição têm forte relação com a história do povo negro num país que ainda demonstra indícios da tentativa de silenciar o fato de que o racismo ainda se faz presente. Ela assume o compromisso com uma luta política de dar visibilidade para narrativas de mulheres negras contribuindo com a defesa daquilo que as oprime. (SANTANA, 2019).

Em um de seus livros, intitulado *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, lembro-me de acompanhar aquelas treze mulheres insaciavelmente num final de semana. Mergulhei junto delas, vivi, sofri e sorri com elas. Com cada um de seus livros tive experiências diversas e cada um de seu jeito me marcou, marcas que levarei para a vida. Mesmo assim, o apreço é especial pelo *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. Ele tem lugar especial em minha caixinha de memórias, cheguei por vários dias a andar com ele para cima e para baixo como se fosse meu caderno de receitas. Um caderno de receitas⁴ cheio de marcas, marcas de vida daquelas mulheres que foram compartilhadas.

Abaixo transcrevo o trecho inicial desse livro, *Conceição* se detém em falar sobre sua relação com a escuta, as histórias, as lágrimas e as escrituras:

Gosto de escutar, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto, estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso.

⁴ Em mais de um momento usarei a analogia com um caderno de receitas, através dela pretendi dar ênfase ao verbo escrever, um verbo que assumi nesta pesquisa um lugar importante. Através de meus diários de campo pude levantar questões que ajudaram a me debruçar sobre minhas questões e implicações. Este processo foi importante para demarcar que, mesmo antes da pesquisa, o exercício da escrita já me acompanhava.

Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivências. (EVARISTO, 2016).

Neste trecho Conceição deixa explícito que as lágrimas não se submetem, nem mesmo tentam se esconder. Compartilhar tais histórias é fundamental, mais do que um ato de resistência é uma forma de dar visibilidade para o vivido das mulheres negras que foram suas companheiras. E, a resistência também emerge no fato de que as histórias vão além do sofrimento e da violência, pois as treze mulheres construíram estratégias para muito além da sobrevivência. Acompanhando as histórias consegui perceber as nuances de sua metodologia de escrita, ou seja, as escrevivências. Seu exercício é em registrar aquilo que está localizado entre o vivido e o inventado.

Durante o reencontro com Conceição Evaristo ela me incentivou a chamar para nosso diálogo dois amigos seus, os professores Paulo Freire e Sérgio Guimarães. Com eles é possível refletir sobre uma interessante perspectiva acerca da memória. Logo em sua chegada Sérgio já vai dizendo que a memória é suscetível a lapsos e fissuras. (FREIRE; GUIMARÃES, 2011). Ou seja, a memória não é tão confiável assim, como diz o dito popular é preciso cautela ao jurar de pé junto. Paulo Freire, que vem junto, trata de fazer um alerta para que eu não acredite cegamente em minhas memórias, pois “[...] no fundo, alguns momentos das memórias são ficções. Mas são ficções que poderiam ter sido realidade”. (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 30).

Os três formam um bom trio de conversa, e suas falas têm uma sinergia. O conceito de escrevivências de Conceição dialoga com as concepções sobre a memória que Paulo e Sérgio me ensinaram. E, como anfitriã, fico contente que minha convidada e meus convidados estejam dialogando enquanto degustam os canapés que fiz.

Neste clima resolvi compartilhar com eles um diálogo que assisti no filme argentino “O Cidadão Ilustre”. Nele Daniel Mantovani, escritor, ao ser questionado sobre quais de suas histórias eram reais ou invenções responde “Isso importa meu amigo? [...] o que chamamos de verdade, é uma interpretação que prevaleceu sobre outras”. (O CIDADÃO, 2016).

Assim, se para Paulo Freire “[...] fazer memórias é um pouco recriar o que foi feito” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 32), assumo o compromisso ético de cuidar

das memórias que me foram confiadas. Perpassa este posicionamento uma escuta e escrita atentas dando visibilidade a reflexões importantes para o trabalho na PNAS.

Em meio a escrituras e memórias ainda preciso lhe dizer, cara leitora, que, além de Conceição encontrei outra fornecedora de ingredientes. Maria José me apresentou outra Maria, a Carolina Maria de Jesus, escritora mineira nascida em 1914 que foi para São Paulo e, lá viveu numa favela chamada Canindé, trabalhou como catadora de papel. Nos cadernos e livros que as pessoas jogavam fora ela começou a escrever diários sobre seu dia a dia, de sua família e da comunidade. E, em 1960 após conhecer o jornalista Audálio Dantas alguns de seus diários foram editados e se tornaram o livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada. (QUEM, 2003).

Seu livro retrata as lutas cotidianas em busca da sobrevivência dela e de seus filhos. Tal qual um soco no estômago Carolina em seu livro Quarto de Despejo faz uma análise crítica sobre a forma como a pobreza *era* (ou *é?*) tratada no país, e identifica a favela como o quarto de despejo da cidade.

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim (sic). E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 19-- , p. 37).

Assim, identifica que ao pobre restava um lugar fora das vistas; Carolina Maria de Jesus é considerada uma das primeiras e mais importantes escritoras negras do país. (CAROLINA, 2018). Foi uma mulher excepcional e entendi porque ela leva o nome de Maria. Ao buscar o significado desse nome que considero tão lindo encontrei "[...] Soberana [...] Rainha. Imperatriz. Mulher, que entre outras ocupa o primeiro lugar. Qualquer entidade feminina que tem a primazia entre outras". (MARIA, c2019).

Com isso, Carolina Maria de Jesus tem a primazia entre todas nós, ela escrevia em cadernos colocados no lixo, ali registrava seus pensamentos e reflexões críticas. Enquanto hoje tenho o privilégio de escrever na tela de um computador, mesmo que adore escrever em cadernos. Considero que aprendi e ainda aprendo com ela e nosso encontro só confirma que ela com seus diários e eu com meus cadernos de receitas já tínhamos um encontro marcado, mesmo que

separadas por gerações de distância. Desta forma, afirmo que esta Maria é minha convidada de honra neste banquete.

Seguindo então depois de apresentar algumas de minhas principais convidadas, é possível perceber o quanto o acesso a elas tem se expandido somente há pouco tempo. Isto me deixa perplexa já que elas são importantes para a literatura brasileira. Elas foram e são invisibilizadas pelo racismo e machismo que está na estrutura de nosso país e que tem sido enfrentado pelos movimentos negro e feminista. Assim, falar delas e com elas também é dar visibilidade para tais lutas no intuito de fortalecê-las.

Em meio a tantas questões, percebi ser necessário pensar minhas próprias implicações a partir do lugar social que ocupo. Alguém está batendo na porta, Djamila Ribeiro chegou! Recebi-a com abraços e sorrisos e, logo ela disse que o lugar de fala envolve o entendimento de que todos nós falamos de algum lugar e, isso se dá por uma questão da localização social. (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Assim, é necessário reconhecermos “[...] que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo”. (RIBEIRO, 2017, p. 51). Como exemplo, Djamila citou a racialização do homem branco que se vê enquanto universal refletindo sobre “[...] o que significa ser branco como metáfora do poder [...]”. (RIBEIRO, 2017, p. 70).

Ou seja, o ato de escrever essa dissertação envolve que eu enquanto pesquisadora coloque na mesa os privilégios aos quais tive acesso pelo lugar social que ocupo. Sendo que, a própria escrita é exemplo de algo que nem todas as pessoas têm acesso. Outro ponto importante é que o lugar social que ocupo, bem como, das pessoas que participaram da pesquisa, é influenciado pelas relações de poder que envolvem a conjuntura política, econômica e social.

Quanto a mim, assumo que falo do lugar de mulher, branca, trabalhadora e com acesso ao ensino superior o que, por sua vez, ampliou ainda mais meus acessos e oportunidades. E, preciso adiantar que com a chegada de Djamila Ribeiro, percebi que o tempo está passando e preciso seguir para encontrar algumas memórias.

1.4 Diário de uma Trabalhadora

Ao longo do tempo em que conheço a PNAS acumulei muitas histórias na memória para contar. Sendo que encontrei em minha despensa uma especiaria valiosa para adicionar às receitas, me refiro a experiência de trabalho no SUAS. Especiarias são para mim ingredientes necessários quando quero dar um toque diferenciado ao sabor das receitas. Neste caso a experiência se constitui como uma delas, foram os encontros no atendimento direto as famílias no SAF que me instigou a pesquisar.

Atuo num SAF do bairro Lomba do Pinheiro, situado na zona leste da cidade de Porto Alegre. Depois de tantas siglas, lembrei com um sorriso no rosto de outra Maria, uma professora que me inspira, a Maria de Fátima. Professora com quem muito aprendi sobre a PNAS, há muitos anos atrás quando tinha as primeiras lições. E, como ela disse outro dia “a PNAS possui muitas siglas”. Ela não é a única a pensar isso, realmente tive que estudar muito até entender todas elas.

Então, companheira leitora, se de tempos em tempos tiver que fazer pausas para retroceder as páginas até a lista das siglas, você pode ir e voltar que irei lhe esperar. É importante entendê-las, para que as linhas que escrevo façam sentido. Outra questão importante é que vamos falar muito no SAF e preciso lhe explicar o que ele é, pois como Maria Aparecida me ensinou a informação além de ser importante precisa ser passada adiante de forma compreensível.

Assim, é necessário lhe dizer que o SAF é uma peculiaridade da capital do Estado do Rio Grande do Sul na organização do SUAS, mesmo que ele não esteja previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Existe em Porto Alegre já há aproximadamente sete anos. (FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, 2010). O trabalho do SAF é proposto visando o atendimento às famílias na PSB que, por sua vez, tem como objetivos “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições; e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. (BRASIL, 2004, p.33).

Fazer parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para execução do serviço na perspectiva da PSB foi uma estratégia da gestão municipal para reduzir custos na implantação de novos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Isto demarca um posicionamento político, a cidade divide a execução, reduzindo a ação estatal e aumentando a privada. Possivelmente isto ocorra em

outros municípios de nosso país, pois é uma postura que converge com algo que escutei da professora Vera Peroni numa manhã de inverno quando ela falava sobre os interesses neoliberais em diminuir o Estado. (PERONI, 2015, p. 24).

Por outro lado, preciso dizer que as OSCs têm um importante papel histórico no acesso aos direitos sociais na cidade. As parcerias hoje são responsáveis por aproximadamente 65% dos atendimentos de famílias, são 35 SAFs para 22 CRAS em toda a cidade. Este dado tem origem no mapeamento institucional dos estabelecimentos na cidade apresentado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) (SANTOS, 2017), tendo sido atualizado o número de SAFs após o fechamento de dois. A equipe do SAF é composta por uma psicóloga e uma assistente social; sim você leu corretamente, o serviço é formado por duas pessoas que são responsáveis por atender as famílias de um território determinado. Conforme levantamentos mensais minha dupla e eu atendemos em torno de cem famílias por mês. (informação verbal)⁵.

Existem vários SAFs espalhados pela cidade, não há um número determinado por território, em alguns há mais e em outros menos. Gosto muito de meu trabalho e tenho vínculos afetivos com as famílias, com o território e com a OSC. E, como trabalhadora, digo que a experiência de atendimento direto com as famílias é intensa e complexa. Em razão disso afirmo que o prato principal desta dissertação foram histórias: dos encontros, dos aprendizados, das aventuras, das lágrimas, das afecções que me fizeram e ainda fazem companhia neste mergulho.

Ao escutar minhas palavras outra Maria, a Zambrano, resolve se atravessar na conversa e já logo me interroga “[...] como poderia ser impassível e desinteressado o conhecimento das coisas da vida?”. (ZAMBRANO, 2010). Realmente, a busca de reflexões a partir de minha experiência não é impassível e, muito menos desinteressada. Tais reflexões acenderam em mim o desejo de aprender muito mais sobre a alquimia de sabores e cheiros que as grandes chefes de cozinha dominam.

Assim, não poderia deixar de convidar aquela que veio antes da PNAS e por isso tem outras histórias para contar. Convidei para o banquete a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esta convidada ilustre tem uma postura mais formal, pois as Leis devem manter a compostura. Por isso, ela não é de muitas palavras, mas

⁵ Informação baseada no levantamento dos atendimentos mensais realizados pelas profissionais do SAF onde a autora atua. O valor tem como referência os atendimentos realizados ao longo do ano de 2019.

quando veio me cumprimentar fez questão de mencionar seu primeiro artigo. Nele está escrito que a Assistência Social constitui-se como um

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, p. 1).

Como trabalhadora faço questão de tê-las próximo a mim, as escritas nas páginas da LOAS, da PNAS, da NOB/SUAS. A partir, do estudo daquilo que está em suas páginas fui construindo meu processo de trabalho, como uma psicóloga no SUAS. Entre outras coisas, as informações que adquiri servem também para a defesa das famílias e para questionar ações que se achessem no trabalho. Percebo no dia a dia que estudar a PNAS e o SUAS é fundamental, pois tal estudo nos qualifica para os embates que fazem parte do cotidiano de trabalho.

Assim, tenho aprendido a me posicionar politicamente. Isso é algo fundamental, mais do que necessário, não por acaso que alguém falou sobre a defesa intransigente dos direitos. As lutas vieram junto quando assumi o compromisso ético, político e metodológico com a atuação no SUAS.

Portanto, ao longo de minha escrita você poderá acompanhar pelo menos em parte algumas lutas do cotidiano de trabalho nesta Política Pública. E, um dos motivos de minha vinda para a academia foi o desejo de ampliar minhas reflexões enquanto trabalhadora aprendendo a ser uma pesquisadora. Quanto mais informações levar para o campo de batalha mais chances de conquistar aliados. E, assim, mais fortalecida a luta se torna.

Já adianto que a inserção no campo me fez ampliar algumas questões e deixar de lado outras. A perspectiva de pesquisa que trilhei não se detém na busca por certezas, pelo contrário elas são algo distante e não farão parte dos resultados. Ao escutar isto, Estela Scheinvar que estava entretida tentando descobrir os ingredientes que usei nos canapés, diz que entende a pesquisa enquanto movimento e produção, a partir dela é possível uma “desnaturalização, bem como a recusa à crença em um ponto de origem. Produzir é agenciar-se, articular-se; uma composição”. (SCHEINVAR, 2012, p. 193-194). E assim, sigo transformando minha composição numa construção feita por várias vozes reunidas em torno de uma grande mesa.

Finalizando este capítulo, posso dizer que pesquisar é um processo; nele busquei as melhores combinações de ingredientes e me desafiei a preparar um banquete para um grande número de pessoas. De qualquer maneira, é importante ter em vista que essa aventura gastronômica será parcial, pois como disse Márcia Moraes “conhecemos, pois, a partir de algum lugar, com alguém, num certo tempo e espaço, com certas mediações e não outras”. (MORAES, 2012, p. 662).

2 MÃOS À MASSA

Início este capítulo dizendo que a ele cabe trazer mais a fundo o percurso metodológico que tracei nesta pesquisa. Considero que este percurso é fundamental para desenhar metodologicamente as etapas percorridas. E, ressalto que o termo “etapas” aqui não está enquadrado em sequências rígidas, pelo contrário fui fazendo um diálogo com as pessoas e o campo. Parto do pressuposto de que mesmo as receitas quando são ensinadas carregam consigo possibilidades de adaptação, se não fosse assim pessoas com alergias ou intolerâncias alimentares teriam problemas para consumir determinados pratos.

Fiz o que estava ao meu alcance pensando minhas descobertas culinárias e minha *destreza (ou falta dela)* em manejar alguns utensílios de cozinha. Usei os recursos que me eram familiares e aprendi alguns truques, pois sim truques são necessários quando se cozinha para um grande número de convidadas.

Assim, ao longo do processo da pesquisa as ditas etapas foram se complementando e também fomentaram um novo olhar para aquilo que veio anteriormente. Subitamente escuto Romeu Gomes, lá do fundo do salão, num salto ele diz que “nossa experiência em pesquisa indica que não há fronteiras nítidas entre coleta das informações, início do processo de análise e a interpretação.”. (GOMES, 2009, p. 81). Assim, estou envolvida na artesanaria de uma dissertação de mestrado onde existem muitas outras mulheres além de mim formulando questões importantes.

Deste modo, para não correr o risco de me perder é necessário fazer um exercício de contorno, como quem exercita a caligrafia num caderno de receitas. Creio que isto propicia que a pesquisa tome corpo, um corpo que possa ser compartilhado com a sociedade de forma inteligível. Por outro lado, pensar a metodologia desta pesquisa foi uma das etapas mais difíceis deste processo e, considero que um dos aprendizados mais importantes em meu percurso como trabalhadora-pesquisadora.

Após esta breve introdução, Maria José assume a frente da cozinha, pois ela tem como tarefa apresentar à leitora o percurso metodológico. Considerei para este papel suas habilidades como artesã de alimentos e soberana da multiplicação. E, como ela diz, quando a pesquisadora se insere no território para pesquisar isso

implica em assumir que muito pode surgir além de dados. Inclusive podem aparecer as questões importantes para o campo no momento.

Posso dizer que minha companheira Maria José tem tanta destreza na manipulação de alimentos que escolheu de forma metódica e cuidadosa os elementos que materializaram esta proposta tal qual uma receita especialmente escolhida. Ela é um pouco tímida, mas depois de muita insistência permitiu que compartilhássemos aqui o que escreveu na página inicial de seu caderno de receitas para apresentá-la.

Este foi um presente muito especial que ganhei de uma amiga, é artesanal, simplesmente lindo. Sua aparência é de um caderno antigo com suas amarrações e flores na capa. Por vezes, tenho pena de usá-lo para colocar minhas receitas, pois sei que ao longo do tempo acidentes serão inevitáveis, isso significa que ele terá marcas. Contudo, creio que tais sinais serão a evidência do quanto cozinhar é uma arte e, assim como o pintor eventualmente perde a mão com a tinta, em minhas aventuras culinárias poderei me atrapalhar com a farinha.

Enfim, creio que ele vai cumprir bem seu papel: guardar receitas especiais compartilhadas comigo com afeto e cuidado. Sei que estou aprendendo a cozinhar e tal prática requer atenção com algumas coisas fundamentais. Entre elas posso dizer que através da manipulação dos ingredientes há uma energia compartilhada, tanto no processo como com aqueles para quem preparamos o alimento, acredito que cozinhar envolve afeto. E, outro detalhe muito importante é a qualidade dos ingredientes, quanto mais frescos maior será o realce do sabor.

Além de tudo isso, considero a cozinha um local sagrado, em volta do fogão e das panelas, damos risadas, acalentamos mágoas e distribuimos carinho. O ato de cozinhar envolve todos os sentidos: o tato na manipulação dos ingredientes, o olfato para identificar as nuances e frescor dos cheiros, o paladar que usamos ao provar o preparo, a audição para perceber o tempo de acrescentar outras misturas necessárias e, finalmente a visão com a qual contemplamos nossa obra de arte e a satisfação daqueles que degustam nossa criação. Aliás, quanto à visão dizem que ela influencia inclusive o sabor dos pratos. Com tudo isso, digo que cozinhar é criar e compartilhar.

As receitas que guardo aqui são cheias de significado e, ainda me trarão recordações de um passado no mínimo gostoso. Brincadeiras à parte este caderno tem a atribuição de facilitar o acesso às lembranças, afetivamente guardadas em minha memória, cada uma vai me trazer rostos e histórias vividas.

Maria José, 08 de agosto de 2016.

Depois de você leitora conhecer Maria José, é necessário dizer que toda receita precisa de uma base, que como o termo sugere lhe dará o suporte necessário para crescer. Minha base metodológica é recheada por escolhas que influenciaram o percurso desta pesquisa e foram entendidas como as mais adequadas. Cabe ressaltar que as escolhas feitas indicam algo que Carla Cristina Garcia diz quando fala de suas receitas as quais “[...] são muito flexíveis e por isso exigem um processo de auto-reflexão e mesmo quando não dão certo podem exigir uma prática reflexiva para sua salvação.” (GARCIA, 2007a, p. 27).

Deste modo, as ferramentas metodológicas são escolhidas num determinado tempo e lugar pelas pesquisadoras que se propõe a combinar os alimentos e temperos. E, como lembrou Maria José entre a escrita de um projeto e o ponto final de uma dissertação muita coisa pode acontecer. Afinal de contas, como dizem Flávia Lemos e Marisa Rocha conhecer é transformar e através da escrita múltiplas vozes se manifestam. (LEMOS; ROCHA, 2012). Ou seja, penso que se hoje fosse iniciar uma nova pesquisa outros percursos poderiam ser escolhidos.

Num tempo que ficou no passado, quando escrevi o projeto de pesquisa, optei em denominar a perspectiva metodológica mais adequada como a pesquisa-intervenção. Tal perspectiva é descrita por Kátia Rocha e Marisa Aguiar como uma estratégia para “[...] investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico”. (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 66).

Contudo, como Flávia e Marisa bradaram no salão outras vozes se manifestaram e percebi que a expressão que melhor define o método que trilhei é a pesquisa narrativa. Demorei um tempo para entender isso e foi necessário que Maria José me apresentasse um amigo seu chamado John Creswell. Ele logo tratou de me dizer que como um método de pesquisa “[...] ela começa com as experiências expressas nas histórias vividas e contadas pelos indivíduos. Os autores oferecem formas de analisar e entender as histórias vividas e contadas”. (CRESWELL, 2014, p. 68).

Nos estudos narrativos o foco está em poucas pessoas participando da pesquisa dando ênfase de forma qualitativa para as histórias de forma aprofundada. (CRESWELL, 2014, p. 68). E podem compreender ainda histórias construídas “[...]”

em conjunto entre o pesquisador e o participante [...]”. (CRESWELL, 2014, p. 69). Quando John Creswell carinhosamente me explicou isso, lhe agradei, pois um peso saiu de meu peito, percebi que tais palavras descreviam minha pesquisa de uma forma simples e objetiva, o que me acalmou a alma.

Por tudo disso, Maria José me incentivou a oficializar minha mudança de base, com a humildade de uma trabalhadora que está aprendendo a pesquisar. Uma escolha importante, alterar o *nome* da receita de pesquisa-intervenção para a pesquisa narrativa que não teve um impacto negativo na dissertação. E, digo isto, pois percebi que tais perspectivas têm aproximações uma vez que se sobressai entre elas a existência de “[...] uma forte característica colaborativa [...] já que a história emerge por meio da interação e do diálogo entre o pesquisador e o(s) participante(s)”. (CRESWELL, 2014, p. 69).

Quando Maria José confidenciou a Márcia Moraes sobre minha intenção de pesquisa, ela logo tratou de se convidar para o banquete e justificou seu interesse principalmente pela proposta em dialogar com outras pessoas. Assim, incluo entre os pressupostos que influenciam minha metodologia alguns pontos aos quais Marcia Moraes dá ênfase ao falar sobre o pesquisarCOM.

Para ela os participantes da pesquisa são entendidos como “[...] experts e não como objeto passivo [...]”. Afirma também que pesquisa e intervenção são inseparáveis e pesquisar “[...] mais do que representar o mundo, é uma ação de produzi-lo, ou seja, pesquisar é performar certos mundos, é delinear fronteiras, fazer movê-las, alargá-las e problematizá-las”. (MORAES, 2014, p. 132). Assim, assumo o compromisso com uma pesquisa que faz COM e não SOBRE o outro a partir das narrativas de histórias de vida.

Cheguei até aqui buscando conceitos que possibilitem reflexões críticas a partir da análise das histórias narradas das pessoas que participaram desta pesquisa. Num primeiro momento escutei as narrativas e depois produzi o que na pesquisa narrativa John Creswell me disse ser conhecido como textos de campo. (CRESWELL, 2014). Assim, meus textos de campo se materializaram nas histórias de vida das pessoas participantes da pesquisa que escrevi.

Com os textos de campo em mãos era necessário fazer a análise das informações. Para a pesquisa narrativa tal análise compreende “[...] uma descrição da história e dos temas que surgem a partir dela [...]” e, ainda “[...] no exame das

histórias e de como elas são produzidas interativamente entre o pesquisador e o participante [...]” (CRESWELL, 2014, p. 71). E, além disso, a pesquisa narrativa me proporcionou dar ênfase para a relação que se estabeleceu entre as pessoas que participaram e eu. E, posso lhe garantir cara leitora, que ao longo deste percurso nos modificamos.

E, tendo isso muito vivo para mim, devo acrescentar que no caminho da escrita me aproximei de alguns conceitos da análise institucional para entender as relações estabelecidas. Conceitos tais como instituições e análise de implicação foram importantes para entender algumas questões.

Depois que li as histórias por diversas vezes algumas temáticas se sobressaíram nas narrativas. Quando concluí a leitura, emergiram algumas temáticas sobre as quais cabe aqui um aprofundamento. A primeira delas me remeteu aos processos de resistência e autonomia que demarcaram ações tanto individuais como coletivas. Tais ações eram na perspectiva de resistir a algo fosse buscando subverter uma ordem pré-estabelecida, ou até mesmo traçando mudanças drásticas na trajetória de vida.

A segunda que denominei como *(des)proteção onde percebi que as instituições Estado e Família foram representadas de maneira contraditória*. Pois, por vezes atuavam de maneira a proteger e cuidar e, em outros momentos muito evidenciavam ações que acarretavam violações. E, cabe salientar aqui que mesmo quando me refiro a instituição família ela vem imbricada a Estado. Portanto, quando o Estado (Des)protege o faz assumindo tal responsabilidade, mas quando a Família evidencia tais situações ela o faz como consequência de ações (ou falta delas) por parte do Estado. Tal consideração foi necessária, para que não incorresse no erro, em especial, de culpabilizar a família por eventuais falhas e dificuldades.

A terceira evidencia o *papel das mulheres como chefes de família*. Tal fato demarcou algo que já tem sido discutido nas estatísticas que indicam os altos índices de mulheres que assumem tal papel⁶. E, cabe pontuar que além deste papel que a absoluta maioria das mulheres assume. Foram adicionadas a ele outras

⁶ Em 2015 pesquisa do Ipea apontou que o índice de famílias chefiadas por mulheres chegava a 40%, indicador que demonstra um aumento. Para mais informações acessar o documento na íntegra em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf.

funções que também têm sido atribuídas às mulheres como, por exemplo, o cuidado com a casa e os filhos.

A quarta temática remeteu as *relações estabelecidas com outras mulheres*. Na grande maioria das vezes as relações que as pessoas estabeleceram foram de solidariedade e empatia. Esta temática fala sobre a forma como as pessoas estabeleceram vínculos de afeto e onde em determinadas situações a rede de apoio social que se constituiu assumiu um lugar de cuidado e responsabilização. A partir dos relatos, ficou evidente que em momentos chave de suas histórias de vida, as pessoas encontravam apoio nas suas relações interpessoais mais próximas.

A quinta deu evidência para as *expressões de violência que as pessoas viveram em suas trajetórias*. Foram das mais variadas naturezas, desde violência institucional até situações vivenciadas dentro das relações mais próximas, fossem nas intrafamiliares ou conjugais.

E a sexta e última temática me mostrou sobre a *relação que as pessoas estabeleceram comigo no papel de pesquisadora*. Todas as que participaram da pesquisa se mostraram dispostas a colaborar de forma que isso “*me ajudasse com meu trabalho*”. Vieram dispostas a fazer um resumo de suas vidas e percebi a importância com a qual viam o espaço no qual nos encontramos. Acredito que esta temática evidencia duas coisas: a importância da escuta no trabalho com famílias e a necessidade/ importância que as pessoas têm em relatar suas trajetórias. Creio que estes pontos são fundamentais para refletir sobre o trabalho social com famílias.

2.1 Convidadas Especiais

Como foi dito anteriormente as pesquisas narrativas se caracterizam por um número pequeno de participantes (CRESWELL, 2014), pois o intuito é um estudo em profundidade. Aceitaram participar da pesquisa cinco pessoas, sendo quatro mulheres e um homem, com idades entre vinte e seis e sessenta e três anos. Quanto a questão raça tivemos três pessoas brancas e duas negras.

No que se refere a região, as pessoas participantes residem em dois territórios distintos da cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Um bairro situado na Zona Leste (três participantes) e um bairro da Zona Sul (dois participantes), sendo referenciadas em três SAFs diferentes. Maria José me lembrou

de que os bairros têm suas peculiaridades, mas de forma geral são entendidos como regiões onde cotidianamente estão presentes algumas questões de risco, tais como: intenso movimento do tráfego, altos índices de desemprego, dificuldades de mobilidade urbana através do transporte público, etc.

O próprio relato de minhas convidadas explicitou alguns fatores importantes: dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho, ausência de renda, insegurança alimentar, etc. Porém, o território não se resume a isso, para ilustrar segue um trecho de meu diário de campo:

Hoje no caminho até o SAF vivi na pele as dificuldades de acesso ao território que cotidianamente as pessoas que residem lá vivenciam. Geralmente, quando não conheço um local peço orientação para o motorista e o cobrador dos ônibus, acho que eles sabem muito mais que qualquer aplicativo. Porém, nem um dos dois conhecia "o curso", o desconhecimento deles me fez pensar na invisibilidade do território, até mesmo para mim, pois mesmo que ele não fosse desconhecido não podia dizer que era conhecido.

Depois de alguns segundos pensando em como descobrir o caminho uma senhora me disse que eu teria que caminhar na direção da lomba, mas que ainda estava longe. Então assim eu fui, mas no meio do caminho resolvi perguntar para uns meninos que por ali brincavam se estava na direção correta. Tal foi a minha surpresa quando um deles, o Pedro que tinha oito anos, resolveu se separar dos primos para ser meu guia até o "curso".

Assim, Pedro o fez, foi meu guia naquela tarde de sol. E, agora aqui escrevendo percebo que se não fosse Pedro eu certamente teria me perdido e demorado uma eternidade de tempo para encontrar o caminho. Ao longo do caminho ele me contou que gostava de futebol, que ganhou um uniforme completo do seu time no último natal "lá no curso" e que ele gostava muito de lá, especialmente nas férias.

Aquele menino foi me contando sua história ao longo do caminho, ele nem sabe, mas ele me ensinou uma lição valiosa sobre escutar o território. Ou seja, o território é um espaço que ganha vida através das relações, dos afetos, do cuidado e das gentilezas. E, tudo isso vai muito além de quaisquer rótulos "região com alta vulnerabilidade", "guerra entre o tráfego". Pedro, possivelmente pelo sentimento de pertencimento com o "curso" e também por sua gentileza, fez questão de me acompanhar. Ele nem sabe, e nem eu sabia, mas nosso encontro virou uma dessas histórias que a gente guarda na memória cheia de carinho e afeto. Sempre que recordar de Pedro, virá junto a gentileza com a qual aquele território me recebeu.

A chefe de cozinha Maria José apesar de tímida fez uma consideração muito importante, devo dizer que quando me refiro a famílias sigo o conceito de família que orienta a PNAS/SUAS, ou seja, é o “[...] núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero”. (BRASIL, 2004, p. 90). Sendo que, o convite foi feito para as famílias, por isso se outras pessoas pertencentes ao grupo familiar quisessem participar seria possível. Esta possibilidade emergiu com o intuito de trazer outras pessoas à cena que talvez rotineiramente não acessem o espaço de atendimento no SAF.

A escolha das participantes se deu por indicações das profissionais do SAF. Quanto a família que é atendida pelo SAF em que atuo, acho que preciso explicar mais detalhadamente como ocorreu. Antes mesmo do mestrado, como parte do plano de intervenção familiar, as profissionais estavam trabalhando com Maria Aparecida uma aproximação com Carolina de Jesus e seu livro Quarto de Despejo (JESUS, 19--). Assim, dentro do processo de trabalho e pela relação que ela estabeleceu com a literatura foi coerente naquele momento fazer o convite para que ela participasse da pesquisa.

E, assim ela passou a constituir o grupo de famílias participantes, mesmo que tivesse a necessidade de transitar por outros em outro(s) território(s). Este era um imperativo para a pesquisa inicialmente, pois entendi naquele momento que o estranhamento a partir da inserção em outros contextos poderia ser uma ferramenta importante para a análise das implicações. Bem como, minimizaria eventuais riscos de interferir nos vínculos já estabelecidos com as famílias do território em que atuo.

Preciso compartilhar também algo que Maria José sussurrou em meu ouvido, tinha a compreensão de que o mestrado por si só me demandaria um investimento emocional intenso. Por isso acreditei que convidar pessoas do território poderia me fazer sucumbir emocionalmente, pois concretamente levaria diariamente o trabalho pra casa. Assim, assumi esta escolha como uma estratégia de cuidado comigo mesma mesmo que tivesse escutado por aí que seria bom fazer com as famílias que já conhecia.

De qualquer maneira, a participação de Maria Aparecida em minha pesquisa foi importante e necessária buscando potencializar o vínculo e as intervenções estabelecidas com a equipe de referência do serviço. E, ao mesmo tempo reafirmou

a necessidade de pesquisar que emergiu a partir da inserção como trabalhadora do SAF. É preciso considerar que uma pesquisa que pretende olhar para a realidade vai ser constituída num percurso e vai ganhando vida, por isto caminhos alternativos foram necessários. Assim, não me surpreenderam os desvios que foram necessários ao longo do caminho, Maria José já havia me alertado sobre isso.

Deste modo, valorizar as famílias atendidas por mim como as grandes instigadoras da busca pelo mestrado também é valorizar as inquietações que o trabalho como psicóloga na PSB suscitou e, que me trouxeram para o mestrado. Além disso, de alguma forma materializei na pesquisa o território que é vivido em meu cotidiano de trabalho e os vínculos de longa data que me acompanham.

A esta altura Maria José me diz que precisamos seguir, assim digo que para chegar a outras famílias a pesquisa foi socializada com colegas de trabalho na cidade de Porto Alegre. Ressaltei o cuidado que buscava no intuito de não causar prejuízos aos atendimentos e aos vínculos estabelecidos entre as famílias e os SAFs. Além disso, frisei a relevância da pesquisa para o trabalho social com famílias na PNAS/SUAS.

A partir disso, dois SAFs mostraram-se receptivos para conhecer o projeto de pesquisa. Neste momento rumei até o campo, acompanhada de minhas Marias, de Conceição e Carolina, para apresentar a pesquisa as profissionais de referência do serviço (assistente social e psicóloga). A partir disso, as próprias equipes selecionaram pessoas do território que poderiam se interessar. A escolha por parte das profissionais se deu pela avaliação de quais famílias poderiam se beneficiar por um espaço no qual compartilhariam suas narrativas, este ponto foi referido pelas próprias trabalhadoras nos dois locais e não teve minha interferência.

2.2 Compartilhando a Receita

Assim, num segundo momento compartilhei minhas intenções de pesquisa e meus objetivos para as pessoas convidadas pelas profissionais. Neste momento, resolvi explicar a pesquisa lendo com as pessoas um conto de Conceição Evaristo⁷. A metodologia da pesquisa foi explicada e conversamos sobre as dúvidas que

⁷ O conto que escolhi foi Natalina Soledad do livro *Insubmissas lágrimas de mulheres* (EVARISTO, 2016).

surgiram. Além disso, abri espaço para combinações acerca da forma como se daria o andamento da pesquisa.

Estou rindo sozinha agora, Maria José está tão envolvida com os preparativos que nem lembrou que fomos surpreendidas pelas famílias do território, lembro que ela ficou um pimentão de tão vermelha com a proposta que recebi. Ocorreu o seguinte, num dos territórios as pessoas sugeriram que a escuta das narrativas das histórias de vida se desse de forma coletiva entre as interessadas. Maria José bradava nervosa: *como faremos isso? Já colocamos no projeto fazer de um jeito agora não podemos mudar.* Pensei naquele momento que se minha proposta era fazer uma pesquisa com as pessoas, precisava exercitar a escuta de forma ética e respeitosa.

E, tratei de tranquilizar Maria José, propus as pessoas que pensássemos em conjunto sobre como uma pesquisa assim poderia ser feita, levando em consideração a solicitação do grupo e ao mesmo tempo considerando o que havia pensado no projeto. Porém, no dia em que havíamos combinado para fazer tal exercício os participantes não apareceram, o que me levou a sugerir posteriormente que fosse mantido o percurso individual traçado no projeto.

Disse a Maria José o que aprendi com este episódio:

Precisei escutar a proposta que veio e depois escutar que as pessoas pensaram melhor e resolveram não compartilhar suas histórias em grupo. Esse encontro me ensinou algo sobre escutar. Ou melhor, sobre a necessidade de estar aberta para escutar as nuances do que o campo (ou as famílias) têm a dizer.

Ajustes podem ser necessários, mas nem um detalhe deve ser desprezado, creio ser necessário exercitar a audição para que a surdez não se aproxime transformando a pesquisa (ou o processo de trabalho) em algo meramente mecânico e tarefairo.

Agora, acabo de ficar nervosa, pois me lembrei de um desconforto que me acompanhou boa parte do processo de pesquisa, para explicitar de forma adequada resolvi trazer um trecho de meu diário de campo:

Percebo que mesmo entendendo a importância da metodologia de pesquisa sentia medo dela, medo de não conseguir fazer escolhas que unissem meus desejos na pesquisa e o cuidado com as pessoas participantes. E algo relacionado a ela me causou um grande desconforto durante um bom tempo, quando era questionada sobre "como" faria a pesquisa na explicação vinha a palavra "entrevista", ao me referir sobre a escuta das famílias.

Porém, no exato momento em que pronunciava era acometida por um incômodo. Segui explicando o meu desejo e o incômodo me acompanhando cada vez que pronunciava tal palavra. Por muito tempo não consegui entender, mas uma voz interior me dizia que não era isto que eu estava fazendo, não estava entrevistando as pessoas, pois não tinha nada que se parecesse com perguntas pensadas de antemão, nem abertas nem fechadas. Pelo contrário, ao explicar o objetivo da pesquisa e com o aceite das pessoas participantes eu apenas perguntava se desejavam contar um episódio em especial ou fatos mais importantes em sua trajetória.

Então, a dúvida que me perseguia era como chamar esta etapa da pesquisa. Maria José me ajudou a estudar e entender que era necessário refletir sobre o que são narrativas. Numa de nossas idas ao mercado encontramos Jean Connelly e Michael Clandinin que entre beterrabas e pimentões foram logo falando que a narrativa se constitui pela maneira como experimentamos o mundo e eles levam em consideração que as pessoas são “[...] por natureza contadores de histórias, que individualmente ou socialmente vivem vidas que podem ser relatadas”. (CONNELLY; CLANDININ, 1995, p. 11).

Encontramos novamente a querida Stela Meneghel que estava escolhendo uma couve-flor para seu yakisoba, e logo complementou dizendo que as histórias são necessárias no intuito de recuperar memórias individuais e grupais e “a memória ajuda a compor a narração, estabelece uma conversação com o passado, mostra a chave para interpretá-lo [...]”. (MENEGHEL, 2014, p 115). A esta altura percebi que Maria José estava inquieta, só não entendi por que naquele momento. Assim, respondi para Stela Meneghel, Jean Connelly e Michael Clandinin que finalmente entendi que pesquisar utilizando histórias de vida deve levar em consideração que ao contar histórias estão envolvidas questões que falam sobre nossa relação com o mundo e com outras pessoas, buscando significados para e na vida.

Despedi-me educadamente deles e seguimos, Maria José seguia na frente, fiquei calada e imaginando a frase das amigas de longa data Edileusa Belo e Roseli Barros “[...] pesquisa narrativa são histórias vividas e contadas.”. (BELO, BARROS, 2016, p. 7). Não sei se você leitora se deu conta, mas ao falar das participantes trouxe uma angústia que me acompanhou e agora posso dizer que consegui amenizá-la, pois se hoje alguém me fizesse a mesma pergunta não hesitaria em responder que tal processo pode ser definido como escuta de narrativas das histórias de

vida das pessoas que acessam o SAF. Eu sei a expressão é longa, mas de que tamanho você imagina que são as histórias que irei lhe contar?

E porque escrever narrativas de histórias de vida? Porque muitas são as histórias que fazem parte do cotidiano de trabalho da PNAS/SUAS. Não posso dizer que já no primeiro encontro posso chamá-las de histórias de vidas, talvez fragmentos. Porém, com o passar do tempo e os vínculos estabelecidos elas vão ficando tão longas que já poderiam ser transformadas em livros. Por outro lado, penso com meus botões *quais espaços de escuta e de fala lhes são possíveis?* Acho que temos muito ainda a conversar.

2.3 OBS.: Compromisso Ético em Pesquisa

Acho importante pontuar que quando me inseri no território estabeleci vínculos e busquei agir com o respeito e a ética importantes a todas as pesquisas. Por isso, creio ser necessário fazer alguns apontamentos sobre o compromisso ético em pesquisa. Muitas considerações são feitas nos códigos de ética, mas na prática podem acabar não sendo seguidas, pois entre o que está escrito e o que ganha forma no trabalho ou na pesquisa do cotidiano há uma distância.

Conforme Djamila refere “pensamento e prática aqui não são realidades dicotômicas, ao contrário, são dialéticas, conversam entre si”. (RIBEIRO, 2017, p. 28). E a preocupação com o exercício do fazer profissional deve ser algo cotidianamente presente, para que não acabemos violando direitos ao invés de garantir acessos. O mesmo exercício deve ser pauta para as pesquisas e, talvez com um cuidado até maior, pois a inserção do pesquisador tende a ser temporária no local.

E, nesse emaranhado de coisas que envolvem esta questão Maria José, que como dizem *“tem memória de elefante”*, me sugeriu algo interessante. Assim, de forma rápida e objetiva para pensar sobre o compromisso ético nesta pesquisa compartilho abaixo um escrito compartilhado com minha companheira nesta etapa.

Querida Maria José!!

Vou me dirigir a você nesta observação-carta, mas entenda que estou falando para todas as pessoas que participaram desta pesquisa. Acredito que por ocupar um lugar com três faces quais sejam, trabalhadora, psicóloga e pesquisadora,

tenho o compromisso de pincelar aqui a dimensão ética que envolve toda minha pesquisa.

Não seria coerente se fosse diferente, ainda mais que me empenho na defesa de uma atuação implicada na luta pela garantia dos direitos sociais e em reflexões que contribuam para o desenvolvimento do trabalho na Política Nacional de Assistência Social. Independente do lugar que ocupo o compromisso ético e político do qual tanto se fala por aí deve ser perseguido e, se necessário, exigido por todas nós Marias, Joanas, Paulas, Adrianas...

E, se desejo uma psicologia social que contribua e pense o seu papel na perspectiva do trabalho social com famílias devo ter sempre comigo os princípios fundamentais que estão no código de ética das psicólogas. Os quatro que te envio abaixo considero imprescindíveis (CFP, 2005):

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

Grande abraço!

Juliana, 19/12/2019.

3 CALIGRAFIAS DE UM CADERNO DE HISTÓRIAS

Ufa!! Preciso lhe dizer cara leitora que cheguei até aqui e minhas energias estão reduzidas. Cozinhar é uma arte para a qual precisamos estar com energia suficiente para compartilhar com aquelas que nos acompanham nas refeições. Então temporariamente deixo meu caderno de receitas do lado, mas acredito que ele precisa deste descanso para que no fim só as receitas mais especiais e cheias de histórias lhe ocupem todas as páginas. E logo, nos veremos no banquete, até logo!

Neste momento, subverto uma organização pré-estabelecida e como narradora assumo um lugar onde o silêncio me fará companhia. Talvez você companheira leitora fique um pouco perplexa com minha petulância e diga: como assim a narradora silencia em uma dissertação? Tente ficar tranquila, pois estou buscando ser coerente com aquilo que venho propondo até aqui. Não será um silêncio absoluto, mas parcial.

Desejo que você possa ler as histórias que foram compartilhadas comigo, são trechos daquilo que me foi narrado. Não foi possível uma organização diferente e assumi isso como parte da missão que recebi quando as escutei. Ou seja, as pessoas compartilharam comigo suas narrativas e foi como se dissessem “leve para a academia o que queremos dizer”. Assim, fragmentos das histórias de vida na ordem em que foram escutados e escritos. Ou seja, da primeira a última história, creio que representar na ordem o tempo em que as escritas aconteceram foi necessário, pois isso fala do processo em que me tornei trabalhadora-pesquisadora.

Outro ponto importante acerca da organização que propus é que em minha escrita associei a cada uma das histórias um verbos de ação, mais a frente me deterei mais falando neles. Mas, mesmo que apenas um verbo peça passagem isso não significa de forma nenhuma que os demais não façam parte da história. Pelo contrário, considero que tais verbos assumem a condução em todas as histórias de forma intercalada, mas o importante é que estão sempre presentes em todas as escritas.

Você pode acreditar que eu escrevo sobre histórias que valem à pena, histórias que valem ser escritas. Afinal, toda vida tem uma história, mas nem toda a escrita consegue ter vida. E, minhas convidadas por mais que insistam em me ajudar com os preparativos, precisam lhe falar sobre suas vidas.

Enfim, espero ter conseguido caligrafar um texto fluído e coerente. Peço que confie em mim, sei que pode ser pretensão fazer tal pedido, já que pouco nos conhecemos. De qualquer maneira, se você conseguir confiar ficando de olhos e ouvidos bem abertos, será possível me acompanhar nesta experiência. Não posso desejar melhor companhia a você, por quem já tenho um afeto, mesmo sem conhecer. Afinal de contas, nem todas as pessoas no mundo de hoje tem tempo e dão importância para boas histórias.

Desejo que você mergulhe nas histórias de vidas de Maria Aparecida, Pérola, Safira, Ignácio e Suzana. Enquanto isso permaneço envolvida com os preparativos do banquete, apenas fazendo participações breves e pontuais.

3.1 Lembranças de Maria Aparecida

Minha companheira Maria Aparecida assumiu a frente, pois para ela conversar enquanto pensa nos alimentos é algo essencial. Ela ensinou-me que escrever é partilhar, ao redor de um fogão, fogareiro ou churrasqueira. Ela acha que ficamos mais à vontade para compartilhar, além do pão, palavras e afecções. Um de seus propósitos sempre foi abrir caminhos pela vida e, isso condiz com suas características de mulher que assume frentes na comunidade em que vive.

Bom dia! Vou me apresentar a vocês, me chamo Maria Aparecida, tenho um nome comum, e vocês devem conhecer outras Marias, eu mesma conheço várias. Sou separada e tenho 4 filhos (Adriano 10 anos, Paulo 15 anos e Marcos 17 anos, e uma menina Cristina 19 anos). Ser mãe é um desafio para mim, tive minha primeira filha quando tinha 17 anos. Se fosse hoje talvez algumas coisas fossem diferentes.

Quem me acompanhou deve ter percebido que Maria Aparecida foi uma inspiração desde o início. Penso inclusive que ela e sua trajetória poderiam inspirar Conceição Evaristo, como as mulheres que são escutadas-escritas pela autora. Abaixo seguem fragmentos da história que escrevi a partir da narrativa de Maria Aparecida.

Quando nos encontramos para a escrita compartilhada de sua história, Maria Aparecida disse que não sabia por onde começar. Porém, logo em seguida referiu um diálogo com uma amiga ela teria dito mais ou menos assim "Quando te conheci tu tinha um olhar muito triste, mas agora tá com um olhar mudado, bem mais alegre. Sempre te admirei pela tua história". Ao que

Maria Aparecida completou dizendo “Ela disse isso sem saber de nada. Imagina se soubesse mesmo da minha história de vida.”.

Logo percebi que adentrávamos nas histórias que ela desejava compartilhar, sua narrativa em nosso encontro se desenrolou como numa novela que vai acontecendo em capítulos, mas a diferença é que esta história não tem fim, seguirá assim como o fluxo da vida mesmo após o ponto final. Vocês conhecerão alguns acontecimentos da vida de uma mulher, que tem muita coisa a falar.

Mesmo tendo muitas histórias Maria Aparecida categoricamente afirmou que algumas ficariam de lado. Seu desejo era fazer um resumo dos acontecimentos principais de sua vida para me ajudar com minha pesquisa. Ao longo de sua narrativa presente e passado se cruzam e não temos um compromisso aqui com a cronologia dos acontecimentos e nem com a fidedignidade literal das informações. O objetivo aqui é materializar em palavras alguns pontos da história de Maria Aparecida, mas também ilustrar trajetórias de mulheres que estão espalhadas pelos mais longínquos cantos de nosso país.

Neste momento a mulher com muitas histórias é nossa protagonista, ela que hoje tem um *olhar diferente*, nas palavras da amiga “um olhar mais alegre”. Maria Aparecida hoje no auge de seus trinta e sete anos, idade que nos aproxima, além de suas histórias carrega também pinceladas de força, dor, determinação, lágrimas e também sonhos atrás dos quais, dia após dia sai em busca. Por sua força, sua luta e suas histórias Maria Aparecida tem minha admiração, certamente não serei a única, pois muitas mulheres irão se identificar com suas histórias.

Como um soco no estômago, posso dizer que algo que se repete na trajetória de Maria Aparecida são as repetidas violações de seu corpo. A violação de um corpo-mulher carrega consigo um nível elevado de violência perpetuada por um corpo-homem. No caso dela algumas passagens de sua vida nos mostrarão isso, a primeira da qual se recorda ocorreu em sua casa, foi abusada sexualmente pelo pai. O fato de o abuso ocorrer em casa corrobora outras histórias que escutamos, as estatísticas sobre o abuso sexual demarcam que ele na maioria das vezes é perpetuado por pessoas próximas à vítima.

Em seu relato Maria Aparecida refere ter sido abusada sexualmente pelo pai dos sete aos quatorze anos. Segundo seu relato, sua mãe sabia do ocorrido e uma vez, num gesto de proteção com os filhos, tentou ir embora levando Maria Aparecida e o irmão mais novo, partiram rumo a uma cidade no interior do Mato Grosso para buscar abrigo junto a parentes.

Foram morar com o avô materno, mas o pai não aceitou, foi atrás deles e num dia em que a mãe estava trabalhando pegou os filhos e foi embora para outro estado, Rondônia. Maria Aparecida e o irmão durante muitos anos ficaram sem

saber nada sobre a mãe. Viveram por algum tempo em Rondônia e depois retornaram para o Rio Grande do Sul, nesse período residiram na capital do estado, Porto Alegre.

Os abusos continuaram, Maria Aparecida foi durante algum tempo impedida de brincar e estudar. Somente por volta dos onze anos ingressou na escola, sempre foi muito comunicativa e falava abertamente sobre o abuso sexual do pai. Não tardou para que a escola fizesse uma denúncia, “fui recolhida pelo SOS criança”. Porém, logo o pai conseguiu ter novamente sua guarda. Recorda até hoje como se a memória se materializasse em sua mente de que ao sair o pai preparou uma festa de aniversário para ela na qual o bolo era uma torta fria, pois ela adora torta fria.

Além disso, o pai prometeu que não ia mais procurá-la, “só se ela quisesse” ele dizia. Aqui vemos o retrato de uma infância roubada, pois por volta dos doze anos ninguém pode ser convocado a manifestar tal interesse. Nesta fase de desenvolvimento a atitude do pai nos indica mais uma face da violência vivida por Maria Aparecida.

Uma vez que os abusos seguiram ela acabou retornando para o acolhimento, desta vez sob a responsabilidade da extinta FEBEM¹. As novas denúncias contra o pai acarretaram na sua prisão. Sobre este período ela relata que a “família do pai foi visitá-la e lhe disseram que precisava dizer que o abuso era mentira para que o pai fosse libertado” e, assim ela fez. Assim, quando ele saiu da prisão descobriu onde ela estava e sequestrou-a no caminho para a escola. Desse dia recorda que foram para o Paraguai como fugitivos, o pai pintou seu cabelo de preto para que não fosse reconhecida, fez tudo isso e seguiu com a violência sexual.

Quando Maria Aparecida estava com quatorze anos uma amiga e vizinha, sabendo dos abusos, ajudou-a conseguindo uma casa onde ela poderia ir morar e trabalhar. E assim Maria Aparecida partiu para uma cidade situada na fronteira entre Brasil e Paraguai, lugar com nome imponente onde ela poderia estar longe da violência paterna.

Na casa ela tinha que limpar e cuidar das crianças, e ela pensava que agora tinha uma nova vida. Tudo seguia até que um tempo depois de sua chegada o “homem da casa” tentou a violentar. Ela então uma adolescente sem saber o que fazer pediu ajuda para a dona da casa, Miriades. Num ímpeto, talvez de cumplicidade e defesa a mulher resolveu enfrentar o marido e, infelizmente, foi agredida violentamente. Duas mulheres e duas violações de seus corpos. O homem para resolver a situação entregou Maria Aparecida para a FEBEM em Foz do Iguaçu, que na época estava com mais ou menos quinze anos.

1 Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor.

Naquele período em que ficou em Foz do Iguaçu ela se apaixonou por um rapaz que fazia algumas reformas na unidade da FEBEM onde ela vivia. Ela o namorou durante um tempo, mas ele era ciumento e quando ele a convidou para fugir com ela se perguntou: que segurança este amor poderia me proporcionar? Assim, dessa vez ficou e o amor pelo rapaz ficou nas páginas de seu passado.

Apesar de ter optado por ficar naquele momento, um tempo depois fugiu da FEBEM em seguida. Seu desejo era reencontrar a mãe que havia ficado em seu passado, partiu rumo a Mato Grosso. No caminho conseguiu ajuda de um caminhoneiro para chegar lá, mas não encontrou a mãe e para se manter foi “trabalhar na zona”. O que ela denomina aqui como trabalho em sua expressão demonstra novamente uma violação, pois seu corpo adolescente era explorado sexualmente.

Porém, isto não se prolongou por muito tempo, logo “o Conselho Tutelar de Rosário do Oeste me colocou dentro da FEBEM para confirmar que eu ia ficar presa lá dentro”. Enfim, ficar num mesmo lugar com a liberdade controlada é algo difícil, ainda mais para uma adolescente. Assim, os tempos foram passando e as idas e vindas seguiam. Maria Aparecida viveu e vive as histórias de sua vida, com dezesseis anos já havia tomado um porre, trabalhado na zona, conhecido o universo das drogas, a tristeza, o abandono, o amor, as amizades.

Ah e essas amizades! Ao longo de suas passagens por algumas cidades do Brasil Maria Aparecida fez muitas, algumas destas pessoas ocupam um lugar importante em sua história. Numa de suas fugas da FEBEM em Porto Alegre encontrou uma amiga Edith, uma mulher especial em sua vida e uma referência de mãe para ela desde seus dez anos, já que com a sua conviveu pouco. Edith conhecia a história de Maria Aparecida e sempre que pode tentou ajudá-la. Nesta ocasião o encontro foi casual, mas acabou ficando uns tempos na casa de Edith. Durante este período se afastou das drogas e frequentava a igreja, além de ajudar nos afazeres domésticos.

Logo seus dezessete anos chegaram e com esse aniversário veio um presente inesquecível, um buque de rosas e um relógio que Edith e seu esposo lhe deram, relembra com afeto deste período “aquela foi a única vez que ganhei rosas”. Um presente e muitos significados que remetem ao carinho, ao cuidado à importância que ela tinha daquela família que não era a sua de sangue, mas sim por afeto. E nesta relação era um afeto genuíno e que não envolvia nenhum tipo de violação de seu corpo. Esta passagem na vida de Maria Aparecida nos mostra que as configurações familiares podem ser as mais variadas e muitas vezes não remetem a laços de sangue.

Outras questões deste período são importantes, entre elas Maria Aparecida refere que “perdeu sua virgindade”, algo que o abuso, as violências sexuais que

sofreu e a exploração sexual não foram capazes de levar. Escolheu perder a virgindade com um namorado, alguém que escolheu no momento em que desejava, tornou-se mulher como diz o dito popular. Foi um momento em que seu corpo fez uma escolha, na hora e com quem ela desejou, sem violência, apenas envolvendo o encontro de dois corpos enamorados.

Alguém poderia dizer que as coisas estavam organizadas na vida de Maria Aparecida, mas de que ordem seria tal organização? Seriam quadros milimetricamente fixados na parede? Ou objetos simetricamente ajeitados na prateleira? A organização milimétrica não é algo que faz parte da vida, por mais que seja possível traçar metas, não existem certezas acerca de para onde vamos e com quem estaremos. Assim, Maria Aparecida resolveu mudar os ares, já estava acostumada a viajar pelo Brasil, pois viajar de um local para o outro era algo que lhe era familiar desde a infância. Partiu então em rumo a Cascavel no Paraná e ainda não tinha completado dezoito anos.

Ela por vezes ia de carona de uma cidade a outra, durante os períodos em que a FEBEM lhe considerava como uma garota “fugitiva” vivia sua liberdade. Porém, estes períodos não duravam muito, pois o Conselho Tutelar entrava em cena a deixando aos cuidados da FEBEM. Na sua última inserção no sistema ela conheceu um casal Dona Marta e seu marido que a acolheram e a ajudaram a descobrir que ela estava grávida, “o quê eu grávida?”. Nossa protagonista não tinha referências para entender as mudanças em seu corpo no qual agora habitava um ser em formação. Este casal lhe ajudou a levando ao médico e conseguiram a passagem que a trouxe de volta para Porto Alegre.

Antes de seguirmos cabe considerar que o vínculo estabelecido com a FEBEM ao longo da trajetória de Maria Aparecida nos permite acompanhar um aspecto histórico que remete as políticas públicas de proteção à infância. As idas e vindas para a FEBEM se repetiram até que após completar dezoito anos não retornou mais. E ela guarda boas lembranças de lá apesar de naquela época o lugar lhe parecer uma prisão. Estabeleceu relações com pessoas e mantém até contato com uma delas pelas redes sociais, ao lembrar este período diz “tenho amor até hoje pelas tias da FEBEM”.

Porém, ao tornar-se maior de idade já não retomaria tais contatos com este lugar. Quando retornou para Porto Alegre estava com dezoito anos e quatro meses de gestação. Em seguida, conheceu Patrício, se apaixonou e viveram dez anos juntos. Desse tempo outras histórias se uniram as suas, uma linda menina nasceu, **Cristina**, e depois ainda vieram três lindos meninos **Marcos**, **Paulo** e **Adriano**.

Conseguiu ainda com o apoio de Patrício voltar a estudar, porque ela afinal sempre gostou da escola e dos livros. Porém, mesmo que Patrício a amasse e cumprisse as obrigações com as crianças tinha seus defeitos. O que mais

desgastava a vida cotidiana era que ele não era participativo nas rotinas da casa e bebia muito. Chegaram a se separar por alguns períodos, mas voltavam porque um contava com a ajuda do outro.

Quando estava com aproximadamente vinte e cinco anos, Maria Aparecida conseguiu seu primeiro emprego de carteira assinada. Foi um momento muito importante de sua trajetória, ela relata de forma enfática “fiquei emocionada por conseguir um trabalho”. A inserção no mercado de trabalho formal representa uma conquista para esta mulher. Em paralelo a isto a união com Patrício já não lhe deixava feliz, ela passou a desejar mais da vida e da relação conjugal.

Até que numa grande avenida da cidade de Porto Alegre conheceu Rodolfo e se apaixonou perdidamente. Ele tinha vinte e quatro anos e ela vinte e sete, a partir daí não reatou mais com **Patrício**. Viveram por algum tempo felizes, Rodolfo era um homem parceiro, saíam, encontravam amigos, riavam e bebiam juntos. Porém, ele começou a dar sinais de ciúmes que eram intensificados quando bebia e usava drogas, isto fez a relação estremecer. As brigas por foram se intensificando e ele passou então a agredi-la. Novamente violação de seu corpo, sua carne sangrava, com raiva ela partia para cima, estava disposta a se defender.

Depois de algum tempo e de brigas cada vez mais constantes ela decidiu que não queria mais ficar com ele. Resolveu então ficar com seus filhos e se afastar de Rodolfo. Mesmo com tudo isto ele é uma referência paterna para seu filho mais novo, Adriano. Aliás, o fato de não ter por perto o pai biológico faz o menino sofrer, e Maria Aparecida tenta dar conta disto trazendo sua cria sempre junto de si, o que por vezes gera ciúmes nos irmãos mais velhos.

Adriano, caçula entre quatro filhos, é uma criança gentil e inteligente. O irmão Paulo já está trabalhando e tem uma relação mais tranquila com a mãe, talvez por sua personalidade. Já Marcos e Cristina tem uma relação mais conturbada com Maria Aparecida, ela não aceita determinados comportamentos deles, consequentemente confrontos acontecem. Diferentes gerações entram em conflito, mas de forma geral Maria Aparecida assume seu papel de mulher chefe de família que pensa no futuro dos filhos e como ela mesma diz “vou estar aqui quando eles precisarem de mim”.

Passado e presente se misturam nesta narrativa que é um resumo de uma vida que se desenrola em frente a nossos olhos. Nas reviravoltas que qualquer vida pode ter, assim como nas novelas. Em 2011 uma visita inesperada mexe com o passado e presente de Maria Aparecida, sua mãe veio visitar ela e o irmão que vive no interior. Depois de quase trinta anos a mãe vem em busca dos filhos deixados no passado e os encontra já uma mulher e um homem.

Juraci já com cinquenta e dois anos e carregando suas próprias histórias do passado tenta uma aproximação. A viagem para encontrar os filhos do passado foi longa e deduzo que tenha sentido este percurso como se fossem séculos de ansiedade e nervosismo. Juraci mora na fronteira entre Brasil e Bolívia em Vila Bela da Santíssima Trindade, um município do Estado do Mato Grosso. Veio tentar resgatar o vínculo perdido com os filhos, mas o restabelecimento de um laço rompido depois de tantos anos leva tempo e por vezes é conturbado.

Depois da visita mantiveram contato e Maria Aparecida foi visitar a mãe em 2014, mas as feridas do passado assombram esta relação entre mãe e filha. Alguns conflitos surgiram e Maria Aparecida com raiva da mãe diz “virei as costas para ela”, pois ainda sente na pele as escolhas que a mãe fez e nas quais considera que ela e o irmão não estavam incluídos. Ferida esta que sangra até hoje, mas que também nos comunica o afeto por uma mãe que talvez tenha feito o que pode, mas que não foi suficiente para a filha.

Percebi que nesse mergulho ao passado Maria Aparecida trouxe algumas de suas feridas mais dolorosas, mas ela não precisou me contar algumas histórias que eu acompanhei com ela ao longo do tempo em que nos conhecemos. Sim, já nos conhecíamos antes deste momento, pois ela é acompanhada no SAF² onde trabalha. Então me deixem lhes contar, que conheço Maria Aparecida desde meados de 2015 e ela sempre se mostrou uma mulher sonhadora e com força para lutar por seus objetivos.

É uma mulher empoderada, superou uma relação que envolvia violência buscando alternativas para sobreviver e criar seus filhos. Cada vez mais toma para si seu lugar de direitos, acessa as Políticas Públicas e outros espaços do território e tem se envolvido em espaços onde faz da sua voz uma arma pela luta por direitos na comunidade. Além disso, sua relação com os filhos é de intensa proteção e ao mesmo tempo de cansaço por ter que dar conta de tantas coisas sozinha. Aqui falamos de algo que é familiar a muitas mulheres que hoje em nosso país são chefes de família e de que delas dependem o sustento e a organização de grupos de pessoas.

Maria Aparecida está estudando, quer fazer faculdade de Serviço Social, e seu empoderamento a levou a tornar-se uma promotora legal popular³ da comunidade, refletindo com outras mulheres sobre seus direitos e suas escolhas. Depois que conheceu a biblioteca da instituição onde é atendida

² Serviço de Atendimento Familiar executa através de parceria com a gestão municipal o atendimento de famílias na Proteção Social Básica da Política Nacional de Assistência Social.

³ As promotoras legais populares são mulheres e líderes comunitárias que escutam e orientam outras mulheres nos acessos a justiça e aos serviços em situações de violações de direitos. A iniciativa iniciou no Chile e se espalhou por outros países da América Latina, sendo que no Brasil a ONG feminista Themis é quem faz as formações em Porto Alegre. Para mais informações acesse <https://juntas.geledes.org.br/145/#:~:text=Elas%20trabalham%2C%20principalmente%2C%20em%20benef%C3%ADcio,orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20e%20do%20racismo.>

tornou-se uma visitante assídua e uma devoradora de livros. Incluindo aqueles que narram e são narrados por outras mulheres, entre elas Conceição Evaristo, Carolina de Jesus e outras mulheres habitam seus mundo e suas histórias.

Talvez Maria Aparecida não perceba vinte e quatro horas por dia, mas tem com muita luta e resistência feito escolhas em sua vida. É preciso dizer que quando temos que escolher deixamos algo para trás, mas o que importa é estarmos conscientes daquilo que desejamos, seja o que for. E por mais que a vida nos desafie o empoderamento e a autonomia nos conduzem na luta cotidiana para alcançar nossos objetivos. E foi justamente em tais brechas que Maria Aparecida buscou, escolheu, tem desejos e é a senhora de sua vida e de suas escolhas.

Nossa protagonista é o tipo de mulher inspiradora e que tem a força para lutar pelos seus desejos. Sua história não acaba aqui depois de uma formatura virão outras, depois de um emprego virão outros e as histórias dos livros se multiplicam, inclusive ela mesma se tornando uma história escrita por mim.

Obrigada Maria Aparecida por compartilhar comigo suas feridas e seus amores, com elas aprendi mais sobre as lutas que nós mulheres travamos. Mulheres que são fonte de inspiração ao se empoderarem de seus direitos e buscar aquilo que desejam.

Porto Alegre, 18 de janeiro de 2019.

3.1.1 O que lembrei, narrei, escutei e li com Maria Aparecida?

Brevemente retomo a narrativa para dizer que muito me afetou o tempo em que Maria e eu sentamos e pude conhecer em mais detalhes sua trajetória. Retomando sua história creio que devo trazer alguns acontecimentos para compartilhar com você companheira leitora. Começo dizendo que ela desejava fazer um resumo de sua vida e por isso deixaria alguns acontecimentos de fora. Daí pergunto: *como resumir uma vida?* Mas assim esta mulher o fez, com a maestria de quem queria ajudar uma pesquisadora que desejava escutar histórias de vida.

Uma de minhas afecções emergiu quando numa de suas memórias referiu a promessa que o pai não cumpriu. Ele se referia aos abusos e disse que só a procuraria *“se ela quisesse”*. Este momento de seu relato admito que foi impactante para mim. Fiquei com a sensação de que a infância dela havia sido roubada, pois por volta dos doze anos ninguém pode ser convocado a manifestar tal interesse.

Nesta fase de desenvolvimento a atitude do pai me diz da violência vivida por Maria Aparecida.

Ela por vezes ia de carona de uma cidade a outra, durante os períodos em que a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) lhe considerava como uma garota “fugitiva” que vivia sua liberdade. Porém, estes períodos não duravam muito, pois o Conselho Tutelar entrava em cena deixando-a novamente aos cuidados da FEBEM.

Antes de seguir, cabe considerar que o vínculo estabelecido com a FEBEM ao longo da trajetória de Maria Aparecida nos permite acompanhar um aspecto histórico que remete as políticas públicas de proteção à infância. As idas e vindas para a FEBEM se repetiram até que após completar dezoito anos não retornou mais.

E, ela guarda boas lembranças de lá apesar de naquela época ter sido difícil a convivência com as regras e limites do lugar. Estabeleceu relações com pessoas que lá trabalhavam e, manteve contato com uma delas pelas redes sociais. Ao lembrar este período, numa das passagens de sua história, o sentimento é traduzido na frase “tenho amor até hoje pelas tias da FEBEM”. Refletindo sobre esta passagem penso que Maria Aparecida ama as tias da FEBEM porque talvez tenha recebido delas um amor que dá limites aos afetos em ebulição. Não receber estes limites pode produzir a sensação de abandono.

Em outra das passagens que merece destaque ela recorda do presente que recebeu de Edith. Para muito além dos objetos, os significados desta passagem remetem ao carinho e ao cuidado de uma família que não era a sua de sangue, mas sim por afeto. E nesta relação era um afeto genuíno e que não envolvia nenhum tipo de violação de seu corpo. Assim, este fragmento, na vida de Maria Aparecida, pode ter evidenciado que as configurações familiares assumem as mais variadas apresentações e, muitas vezes não remetem a laços de sangue.

Aliás, algumas foram às mulheres que ao longo da trajetória dela que auxiliaram e a cuidaram de algum modo. Tanto que tempos depois veio a receber orientação de Dona Marta e seu marido que a acolheram e a ajudaram a descobrir que ela estava grávida. Posteriormente a isso lhe ajudaram a retornar para Porto Alegre. Assim, como hoje também ela assume o papel de mulher chefe de família que pensa no futuro e no cuidado dos filhos dentro de suas possibilidades, e como ela mesma afirma “vou estar aqui quando eles precisarem de mim”.

Percebi que nesse mergulho ao passado Maria Aparecida trouxe algumas de suas feridas mais dolorosas, mas ela não precisou me contar algumas histórias que eu acompanhei com ela ao longo do tempo em que nos conhecemos. Sim, já nos conhecíamos antes deste momento, pois ela é acompanhada no SAF onde trabalho. Então me deixem lhes contar, que conheço Maria Aparecida desde meados de 2015 e ela sempre se mostrou uma mulher sonhadora e com autonomia para lutar por seus objetivos.

Quanto a sua autonomia e empoderamento me recordei de um dia em que ela demarcou muito bem isso. Minha colega assistente social e eu a convidamos para participar de uma reunião descentralizada promovida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que ocorreria numa universidade da cidade. A proposta da reunião era dialogar sobre o controle social e a PNAS. Ela prontamente aceitou o convite, ao chegarmos lá havia poucos usuários, ela assumiu sua soberania, pegou o microfone e disse:

Meu nome é Maria Aparecida e sou usuária da política de assistência social, sou atendida pela psicóloga e pela assistente social no meu bairro. E onde estão os usuários? Eu quero dizer que eu sei quem são minha assistente social e minha psicóloga. E para que as pessoas venham aqui elas precisam conhecer a assistência, os serviços e, principalmente saber que têm o direito de ocupar os lugares, o que faz parte disso que vocês chamam de controle social.

As pessoas, em sua imensa maioria profissionais da PNAS a escutaram e, sua fala contribuiu para dar intensidade ao debate que seguiu. Hoje pensando naquele dia acredito que foi mais um dos momentos importantes que compartilhamos com ela que, por sua vez, vinha num processo de reflexão sobre sua trajetória de vida. Depois desse dia, ela cada vez mais ela tem constituído espaços de compartilhamento de informações sobre direitos se tornando uma referência para outras mulheres no território.

Sua afirmação de que as pessoas precisam conhecer a política de assistência fez uma provocação as profissionais que estavam presentes. Deste modo, quem estava lá foi convocado a atuar nos territórios de forma a fomentar a participação social na prática. A partir disso me perguntei: se cada profissional tivesse convidado uma família estaria o evento esvaziado? A provocação está justamente na constatação de que as pessoas não estão ali e os profissionais também tem uma parte da responsabilidade sobre isso.

Talvez seja importante, refletir como trabalhadora de uma política pública, em especial da Política de Assistência Social, acerca do quanto e por quais vias processos de transformação social são fomentados. Talvez esta seja uma reflexão sobre a qual os estabelecimentos, sejam públicos ou privados, precisem se deter para não serem vistos como balcões que suprem determinada demanda como, por exemplo, de passagens, do bolsa família.

Podemos pensar que Maria Aparecida teve uma psicóloga e uma assistente social que entre as ações nos atendimentos foram abrindo caminho para que seu potencial de empoderamento e autonomia eclodissem. E, ela assumiu seu lugar de fala e de direito, se tornando protagonista no território e em sua vida. Posso supor que naquele dia no campus da universidade, depois que Maria Aparecida pegou o microfone não foi mais a mesma, porque ela tem escolhido isso, a cada dia de sua trajetória.

Em sua trajetória superou uma relação que envolvia violência doméstica buscando alternativas para sobreviver e criar seus filhos. Cada vez mais toma para si seu lugar de direitos, acessa as Políticas Públicas e outros espaços do território e tem se envolvido em espaços onde faz de sua voz sua arma na luta por direitos, e não só dos seus é uma voz ativa na defesa da comunidade. Além disso, sua relação com os filhos é de intensa proteção e ao mesmo tempo de cansaço por ter que dar conta de tantas coisas sozinha. Aqui falamos de algo que é familiar a muitas mulheres que hoje em nosso país são chefes de família e de que delas dependem o sustento e também os cuidados com a família.

Maria Aparecida está estudando, quer fazer faculdade de Serviço Social, e seu empoderamento a levou a tornar-se uma promotora legal popular da comunidade, refletindo com outras mulheres sobre seus direitos e suas escolhas. Depois que conheceu a biblioteca da instituição onde é atendida tornou-se uma visitante assídua e uma devoradora de livros. Incluindo aqueles que narram e são narrados por outras mulheres, entre elas Conceição Evaristo, Carolina de Jesus e outras mulheres habitam seus mundo e suas histórias.

Assim encerro dizendo que Maria Aparecida é *Senhora de Suas Escolhas*, título que não escolhi por acaso para apresentar sua história. Muito aprendi e continuo aprendendo com ela.

3.2 Narrativas de Pérola e Safira

Agora quem inaugura este trecho são as gurias, Safira que se define dizendo “sou direta e falo pouco”, tem vinte e seis anos e um filho chamado Pedro que tem sete anos. Já Pérola tem o dom da palavra, gosta de falar e faz isso naturalmente, tem trinta anos, quer se formar em direito e tem três filhos: Eduarda com nove anos, Ricardo com sete anos e Ana com dois anos. São mulheres negras que moram na zona leste da cidade de Porto Alegre, numa região com intenso movimento do tráfico e altos índices de violência.

Pérola e Safira são muito conhecidas na Vila dos Herdeiros e me inspirei na forma como a comunidade as chama para dar o título desta história, É as gurias! Abaixo segue um fragmento de suas histórias de vida.

O encontro com as gurias Pérola e Safira aconteceu numa tarde chuvosa de abril, por mais que o céu estivesse nublado a sala se iluminou com a energia destas mulheres. Posso dizer que este encontro já vinha sendo esperado por mim há tempos, sendo permeado por esperas e conversas com as profissionais que as acompanham. Porém, não havia dúvida sobre o interesse delas em participar da pesquisa por algo que as caracteriza, refiro-me a seu papel de líderes comunitárias, por este motivo são protagonistas em alguns espaços comunitários.

Então as irmãs chegaram cheias de histórias, segundo elas “nos arrumamos lindas e maravilhosas para uma entrevista”, o objetivo era saírem lindas caso fossem tiradas fotos. Após uma explicação sobre a pesquisa e a concordância em participar elas referiram que na escola estavam fazendo um exercício no qual tinham que construir uma espécie de linha do tempo de sua vida. Contaram um pouco da escola e logo me perguntaram sobre qual história eu gostaria de ouvir. Eu respondi que elas poderiam escolher o que e como me contar, e combinamos de deixar o diálogo fluir para que nesse processo a história fosse ela mesma se construindo. Elas concordaram e assim fomos compondo um percurso.

No início da conversa elas se apresentaram, Safira “sou direta e falo pouco” como ela mesma diz, tem vinte e seis anos e um filho (Pedro, sete anos). Já Pérola tem o dom da palavra, gosta de falar e faz isso naturalmente, tem trinta anos e três filhos (Eduarda, nove anos; Ricardo, sete anos e Ana dois anos). Elas são mulheres negras e que moram na zona leste da cidade de Porto Alegre, numa região com intenso movimento do tráfico e altos índices de violência.

O acesso ao bairro requer tempo e paciência, do centro da capital até lá são necessários dois ônibus, sendo que um deles é do tipo alimentadora, ou seja, só faz o trajeto no bairro. A consequência disso? Se você perde este ônibus pode levar mais de uma hora para fazer um percurso de aproximadamente cinco quilômetros. E, ainda, em períodos em que o tráfego está em guerra os ônibus podem ficar sem circular, deixando as pessoas que residem lá sem acesso ao transporte público.

Nesse encontro percebi que já havia escutado histórias sobre elas, e por acompanhar de longe a história do território, a Vila dos Herdeiros, me era familiar. Equipes de trabalhadores daquele local já haviam mencionado o movimento que as gurias estavam produzindo e seu desejo de tornarem-se uma cooperativa. Assim, num acaso do destino estava eu ali para conhecer mais de sua trajetória narrada por elas mesmas e que também trazem consigo as trajetórias de outras mulheres.

Ao longo de nosso diálogo não fiquei surpresa quando o foco recaiu sobre a cooperativa das gurias e os movimentos que elas promovem no território onde vivem. A história que relatam evidencia a luta que estas mulheres travam diariamente, como elas mesmas dizem "na guerra temos nos tornado fortes". Atualmente, a guerra em que estão envolvidas é buscar promover mudanças na comunidade em questões que percebem que o Estado deveria incidir, mas não o faz.

É necessário saber que as gurias nem sempre foram amigas. Elas "tinham as mesmas origens, mas por uma diferença sentida por Pêrola no tratamento da mãe éramos inimigas". Podemos pensar aqui que laços de sangue não se tornam automaticamente laços de afeto quando o assunto são as configurações familiares. Viveram desde a infância na mesma casa, por algum tempo traçando jornadas diferentes, quase como estranhas que dividem o mesmo teto. Além disso, não davam bola para nada nem ninguém, "queriam que todo mundo se ferrasse".

Hoje não há sinal deste afastamento, elas estão tão unidas que as convoco em minha escrita pela expressão as gurias. Ao longo da narrativa delas é possível perceber que tal união ocorreu com o tempo e por força das circunstâncias que as levaram a "fazer escolhas novas", incluindo sair de casamentos indesejados onde entendem que referem que "havia um amor ilusório". E nesse caminho um marco para Pêrola foi o nascimento de sua filha quando tinha vinte anos, "Quando eu tive minha primeira filha eu descobri o que era amor, coisa que eu nunca tive por ninguém".

Foi necessária uma aproximação vivendo sobre o mesmo teto para que as irmãs descobrissem que a parceria poderia fortalecê-las. Safira tinha 14 anos, era solidária com a irmã e cuidava da sobrinha, mas razão disso foi necessário

deixar a escola. Nesta época Pérola era responsável por manter a casa com seu trabalho. A solidariedade que uniu Pérola e Safira consolidou a parceria entre as irmãs e fez com isso que crescesse entre elas um amor que até então nunca haviam experimentado. Conforme as palavras usadas por Pérola "A nossa união é muito isso sabe, foi laçada foi assim, foi necessário estarmos no deserto para que a gente se tornasse grandes amigas".

Os casamentos não as deixavam felizes então após descobrir uma traição do marido Pérola resolveu separar-se e iniciar uma nova fase em sua vida, mas agora com dois filhos pequenos. Safira logo em seguida também se separou, "já não tinha nada que me prendesse a ele", relata este capítulo de sua trajetória dando ênfase ao fato de que "nunca houve sentimento" em seu relacionamento.

Em meio a tudo isso elas permaneceram juntas na casa, sendo a partir dali elas mesmas as chefes daquela família. Assim, se apoiavam uma cuidando da outra. Pérola saía para trabalhar e Safira cuidava das crianças. Além disso, elas começaram a buscar apoio na religião, porque já não mais desejavam os caminhos escolhidos até então, nos quais tinham contatos com drogas e com a violência da vida do crime. Queriam algo diferente para seu futuro e também o dos filhos.

Para conseguirem garantir as necessidades básicas, foi preciso criatividade e persistência, investiram em bolos para vender, churrasquinho, tênis, trufas, tudo virava um item para negócio. Talvez uma leitora mais atenta questione: os pais das crianças pagavam pensão? A resposta é não, e Pérola é taxativa neste momento em dizer que se "fosse pedir uma pensão sabia que ele ia querer me humilhar, então eu tinha meu orgulho dentro de mim, jamais pediria".

E, por outro lado, o pai da criança nunca veio atrás para cumprir suas obrigações, mesmo quando o menino esteve hospitalizado por quatro meses quando tinha três anos de idade, quase vindo a óbito. Com o passar do tempo Pérola entendeu que o ex-marido usava do poder que detinha no território para não cumprir sua função de pai, até que um dia ela decidiu enfrentá-lo e cobrar por algo que era direito do filho, ainda aguarda o retorno da justiça.

E como a vida e as necessidades de sobrevivência de uma família não podem esperar, mulheres empreendedoras como as gurias vão observando o mercado e aliando isso a suas aptidões, daí que resolveram investir num salão. Uma das especialidades de Pérola são as tranças "ah as tranças afros ficam lindas e temos muitas clientes". Com o empenho no trabalho logo o salão prosperou, mas ali na rua que tem o nome inspirado na África ainda faltavam coisas para que todas as famílias pudessem ter mais acessos.

Assim, um detalhe importante em sua trajetória é que elas passaram a olhar "para onde a gente morava, coisa que a gente nunca notou, não conheciam

[...] nem os vizinhos do lado". Elas viviam antes na parte alta da comunidade, onde havia uma estrutura um pouco melhor, já no novo endereço nem postes de luz havia, "é uma das partes mais pobres". Elas viam famílias sofrendo com alagamentos, "A nossa não alaga, mas a gente via a vizinha, todo mundo chorando, criança chorando".

Em meio a histórias que se desenrolavam próximas a elas, perceberam que a essência da vida estava naquilo "que tu pode fazer aqui para mudar, porque a gente descobriu que nós conseguimos mudar". Então elas pensaram que era necessário fazer alguma coisa, juntaram a comunidade, fizeram festas para arrecadar recursos para arrumar os postes que estavam quase caindo sobre as casas. E, assim foi feito, mas ainda havia muita coisa a melhorar, juntaram garrafas pets em seu próprio pátio para que com o dinheiro da venda pudessem comprar os itens que seriam necessários para melhorar a vida de todos.

É possível acompanhar que a união das pessoas que ali viviam lideradas por essas mulheres fez algo que o poder público não havia feito até então. A partir deste movimento que envolve as questões da comunidade se reuniam com outras mulheres para organizar as garrafas pets, e ampliar as mudanças na Vila dos Herdeiros. E elas passaram a alimentar a ideia de reunir um grupo de mulheres catadoras.

Ao voltar-se para a comunidade e as outras mulheres elas perceberam que a condição de vida daquelas famílias, chefiadas em sua maioria por mulheres, eram precárias "a vizinha da frente ela tem 4 filhos, a do lado já tinha mais e tão tudo desempregada". E assim, constituíram um grupo de quatro mulheres, nem todas conseguiram ficar, mas as gurias seguiram, mesmo que tivessem que lidar em suas palavras "com o preconceito e com a vergonha do trabalho que estavam realizando". Existem por aí muitas pessoas que estão alheias à questão ambiental, mas na Vila dos Herdeiros as gurias estão atentas, é importante que mais pessoas saibam que resíduos sólidos "não é lixo, mas tem muita gente grossa, ignorante".

Até aqui elas seguiam se dividindo entre o salão de beleza e a coleta dos materiais. Porém, mesmo com o salão prosperando, algo parecia não bater, pois cada vez tinham menos tempo para as caminhadas em busca dos resíduos recicláveis. Perceberam que isso poderia ser ampliado para outras mães de família que não conseguiam trabalho formal, algo cada vez mais difícil. E, um dia perceberam que teriam que fazer uma escolha, as duas fontes de renda não seriam compatíveis por muito mais tempo. Com o salão conseguiriam prosperar, mas seria bom apenas para as duas, mas com as coletas poderiam ampliar a renda das outras famílias da comunidade.

Foi assim que decidiram, para surpresa das outras mulheres, deixar o salão de lado e investir no que seria melhor para mais pessoas. As gurias decidiram que

as mulheres da comunidade que estavam passando por situações semelhantes a elas não ficariam sozinhas, pelo contrário agora “elas não estavam sozinhas, deus tinha nos colocado ali para cuidar delas”. Instituíram oficialmente a cooperativa como forma de trabalho e seguiram com a coleta dos materiais. E o que no início tinha quatro pessoas hoje tem sete mulheres e um homem. E elas seguem com os desejos a serem realizados, criar a cooperativa oficialmente, que as mulheres e o homem que estão vinculados hoje consigam retomar os estudos e, Pérola ainda quer formar-se em direito para defender os direitos dos catadores.

A cooperativa hoje ocupa um lugar fundamental na comunidade. As gurias conseguem através da união de todas e todos fazer festas para as crianças. Vivem da coleta e venda dos materiais recicláveis e aos sábados ainda reúnem algumas crianças para estarem juntas e compartilharem afetos e atividades, fazem isto tudo através de parcerias que vão encontrando pelo caminho.

E seu trabalho vai para além da convivência no e com o território e as famílias que ali fazem sua morada, além das oficinas de grafite, e além do coral. Elas tem se preocupado com a questão ambiental e uma das coisas que tentam fazer é transformar espaços onde existem lixões pela comunidade. Elas se unem e onde era visto o acúmulo de lixo passa a compor a paisagem com jardins feitos de pneus usados pintados delicadamente em suas cores preferidas, rosa e azul. Segundo o que acreditam para que seja possível refletir sobre a questão do lixo, ou melhor, dos resíduos sólidos é preciso chamar a atenção e reeducar, “Não custa separar a gente tem que convencer eles a mudar e não obrigar”.

O conhecimento que elas têm adquirido ao longo desse período de mais ou menos um ano que se dedicam a cooperativa mudou a vida das gurias. Hoje elas têm a convicção de que podem fazer aquilo que desejarem, mesmo que para isso tenham que travar batalhas. E a conscientização das pessoas acerca da importância de seu trabalho também é algo que está presente. As pessoas precisam saber que garrafas pets viram camisetas, caixas de leite transformam-se em mantas de telhado, isso não é mágica é reaproveitamento. Assim, Safira de forma direta refere que “o trabalho que a gente realiza é bem mais importante que muitos aí”.

Porto Alegre, 25 de abril de 2019.

3.2.1 O que lembrei, narrei, escutei e li com Pérola e Safira?

O encontro com Pérola e Safira foi marcante, elas têm uma presença marcante, lembro como se fosse hoje daquele dia. E algo que achei ótimo foi a possibilidade de escutar duas pessoas, vendo acontecer aquilo que desejei quando convoquei as famílias em minha proposta de pesquisa.

Ao longo do diálogo com as irmãs não fiquei surpresa quando o foco recaiu sobre a cooperativa das gurias e os movimentos que elas promovem no território onde vivem. A história que relatam evidencia a luta que estas mulheres travam diariamente, como elas mesmas dizem *“na guerra temos nos tornado fortes”*. Atualmente, a guerra em questão é buscar promover mudanças na comunidade, buscam soluções para questões que percebem que o Estado deveria incidir, mas não o faz.

É necessário que você saiba que as gurias nem sempre foram amigas. Elas *“tinham as mesmas origens, mas por uma diferença sentida por Pérola no tratamento da mãe éramos inimigas”*. Podemos pensar aqui que laços de sangue não se tornam automaticamente laços de afeto quando o assunto são as configurações familiares. Viveram desde a infância na mesma casa, por algum tempo traçando jornadas diferentes, quase como estranhas que dividem o mesmo teto. Além disso, não davam bola para nada nem ninguém, *“queriam que todo mundo se ferrasse”*.

Hoje não há sinal deste afastamento, elas estão tão unidas que as convoco em minha escrita pela expressão as gurias. Ao longo da narrativa delas é possível perceber que tal união ocorreu com o tempo e por força das circunstâncias que as levaram a *“fazer escolhas novas”*, incluindo sair de casamentos indesejados onde demarcam que *“havia um amor ilusório”*. E, nesse caminho um marco para Pérola foi o nascimento de sua filha quando tinha vinte anos, *“Quando eu tive minha primeira filha eu descobri o que era amor, coisa que eu nunca tive por ninguém”*.

E hoje seu trabalho vai para além da convivência com as famílias do território. Elas vivem e lutam com e pela comunidade, promovem oficinas de grafite e tem um coral. Além disso, têm se preocupado com a questão ambiental e uma das coisas que tentam fazer é transformar espaços onde existem lixões pela comunidade. Elas se unem e onde era visto o acúmulo de lixo passam a compor a paisagem jardins feitos de pneus que, por sua vez, são pintados delicadamente em suas cores preferidas, rosa e azul.

Segundo elas, para que ser possível refletir sobre a questão dos resíduos sólidos (aprendi com elas que chamar de lixo está errado) é preciso chamar a atenção e reeducar, *“Não custa separar a gente tem que convencer eles a mudar e não obrigar”*. Hoje, cara leitora, você assim como eu naquele dia ensolarado, pode acompanhar

que a união das pessoas que vivem na Vila dos Herdeiros tem buscado incidir até mesmo na questão ambiental. O Estado não tem se ocupado disso, pelo contrário o território e essas mulheres são negligenciadas por ele. Em razão disso, a vida delas e da comunidade segue construindo outras possibilidades. Porém, esta informação não deve ser passar batida por seus olhos, sim a referência são Pérola e Safira em questões que o poder público não tem se ocupado até então. E, para além disso temos o compromisso de pensar como responsabilizar o Estado por algo que ele deve se ocupar?

Obrigada gurias por compartilharem comigo suas feridas e seus amores, através desta história aprendi mais sobre a força de um grupo de mulheres lideradas por duas que são irmãs, mães, negras e trabalhadoras lutando pelo acesso a direitos de uma comunidade.

3.3 Escutando Ignácio

Em meio a estas mulheres inspiradoras conheci um homem, chama-se Ignácio, não tinha a intenção de conhecer unicamente histórias de mulheres por isso sua participação foi muito bem vinda. Este homem que reside na zona sul de Porto Alegre com sessenta e três anos, tem muitas histórias para contar. Já esteve próximo da morte mais de uma vez, já desbravou o mundo, viveu por algum tempo numa comunidade indígena, teve que lidar com a rejeição do pai, com a morte de pessoas queridas, com um sonho na associação dos minhocultores no Rio Grande do Sul que ficou no passado e com o fato de não conseguir pagar suas próprias contas.

Em meio a suas histórias, Ignácio me mostra algo, percebi que ele vive nas e através da narrativa das histórias de sua vida, tais momentos vividos deixaram marcas. Cada uma dessas marcas em nosso encontro o materializou para mim como *O Homem das Mil e Uma Histórias*.

Meu encontro e de Ignácio aconteceu de um jeito diferente do planejado, há coisas que acontecem no campo que vão além de qualquer previsão inicial. Estávamos em reunidas, só haviam mulheres, eu apresentava a pesquisa e subitamente chega um senhor grisalho trazido pela psicóloga do serviço, ela pergunta se ele pode entrar naquele espaço que institui como um procedimento da pesquisa, ou se seria melhor aguardar. Prontamente digo que ele pode unir-se ao grupo, antes de seguir com o que estávamos fazendo eu lhe

explico que estamos lendo um trecho de um conto de Conceição Evaristo, me proponho a seguir com a leitura e depois fazer uma pausa para lhe contextualizar e ele concorda.

Porém, antes de seguirmos fez questão de explicar que ele andava um pouco esquecido e só veio parar ali porque resolveu confirmar o horário, achava que fosse à tarde. Seguimos a leitura, o conto escolhido era *Natalina Soledad* do livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Percebo que Ignácio acompanha atento a leitura, mas ao mesmo tempo me sinto desconfortável pelo fato de estar fazendo a leitura e aquele senhor talvez não compreender meu propósito.

Resolvi parar e explicar-lhe a pesquisa, mal comecei a falar e ele mostra que eu havia me enganado dizendo "estou entendendo o que se passa inclusive eu me identifiquei com a protagonista, porque eu também fui rejeitado por meu pai". Ignácio toma a palavra e segue dizendo que foi fruto da união entre um "homem loiro, com olhos azuis de origem inglesa e de uma mulher de pele clara, cabelos e olhos castanhos". Ele sem avisos e preparações acadêmicas rompe o protocolo que eu havia construído e passa a narrar vários trechos de sua história que versam sobre o sentimento de rejeição paterna.

Ignácio com sua perspicácia e dom da oratória entendeu toda a dinâmica da pesquisa sem que eu mesmo tivesse lhe explicado, tal qual havia me preparado como pesquisadora. Fiquei envergonhada e me senti uma pesquisadora tola que leva demais os protocolos em consideração. Assim, Ignácio me toma a palavra e começa a narrar algumas de suas muitas histórias, ele vai encadeando uma na outra e o tempo passa.

Mesmo dizendo que fala pouco é detentor de uma forma espetacular de contar suas histórias, monopolizando a palavra e fazendo com que escutássemos como atentas expectadoras sua narrativa. Outras duas mulheres além de mim participavam deste momento, o objetivo era apenas explicar a pesquisa e tirar dúvidas para ver quem do território gostaria de participar. Porém, ali mesmo passamos a escutar sobre pessoas e lugares que nem imaginávamos.

Nosso protagonista tem sessenta e três anos, mas já viveu intensamente muitas coisas, já esteve próximo da morte mais de uma vez, já desbravou o mundo, viveu por algum tempo numa tribo indígena, teve que lidar com a rejeição do pai, com a morte de pessoas queridas, com um sonho na associação dos minhocultores no Rio Grande do Sul que ficou no passado e com o fato de não conseguir pagar suas próprias contas. Em meio a suas histórias algo Ignácio refere "tinha uma condição econômica privilegiada, me graduei em biologia na Alemanha e falo cinco idiomas". Porém, apesar de tudo isso ele vive nas e através da narrativa das histórias de sua vida, tais momentos vividos deixaram marcas. Cada marca que o materializa hoje para mim como o Homem das Mil e Uma Histórias.

Aliás, cabe dizer aqui que a inspiração para o título de sua história vem de Sherazade, aquela que para sobreviver e acabar com a violência do Sultão usou sua palavra e criatividade para contar histórias que romperam com o ciclo de matanças. Assim, como ela contou histórias em *As Mil e Uma Noites*, Ignácio tem o dom da palavra, já viveu muitas histórias e desde o princípio me fez exercitar uma escuta atenta e cuidadosa que ao invés de se preocupar com protocolos pudesse acolher o que estávamos vivendo e principalmente respeitar o significado da palavra estar com o outro independente da posição de pesquisadora.

Seguindo então em sua narrativa refere que seu irmão Enrico tinha “olhos azuis como o mar e eu herdei os olhos de jabuticaba de minha mãe, bem como sua pele mais amarelada”. Explica que o grande problema foi que para seu pai quem tinha olhos escuros não era digno de confiança. Tal referência à forma como o pai entendia quem era ou não digno de confiança tem um peso, e um peso de preconceito e afastamento da figura paterna. Assim, por um acaso do destino Ignácio estabelece uma conexão com a história de Natalina, pois ela também teve que lidar com a rejeição em sua família. Ignácio numa frase consegue materializar a forma como a escrita de *Conceição é viva e real* ao dizer “eu como a personagem da história a vida toda esperei um carinho e um colo de meu pai, mas nunca o tive”.

A percepção de Ignácio era de que o pai identificava no irmão sua linhagem e não nele, mesmo que ele fosse parecido com o avô. Ele faz este relato de forma emocionada. Por outro lado, o afeto com o qual menciona sua mãe também é intenso, ele chega a frisar que “ela cuidava de mim”. Desde muito cedo percebia que o pai era uma pessoa agressiva, dizia para si mesmo “eu não vou deixar ele bater na minha mãe”, um sentimento de afeto, proteção e cumplicidade o unia à sua mãe.

Em suas memórias volta e meia falava da violência com a qual o pai tratava sua mãe, e sua irmã. Em seu relato refere o respeito, mas também a mágoa que carrega do pai, porque não sentia da parte dele o mesmo afeto que a mãe lhe transmitia. Se refletirmos sobre as relações familiares a partir deste fragmento, podemos pensar que esta história se passa numa época em que não era comum que a figura masculina estivesse próxima de sua família, mantendo e reforçando vínculos de afeto e carinho com os filhos.

Não é a intenção aqui em fazer uma generalização, mas se hoje temos avanços na responsabilização do homem, ainda temos também muito que avançar. De qualquer maneira, é possível inferir que o contexto social em que esta história é narrada torna-se uma dimensão importante, pois marca um período em que o homem tinha uma função muito mais provedora do que cuidadora.

A história de Ignácio foi se desenrolando aos meus ouvidos tal qual uma novela, você já deve ter lido ou visto em algum lugar a história da jovem que se apaixonou perdidamente pelo patrão e se entrega a esse amor, onde os desfechos podem ser os mais variados e nem sempre o homem assume suas responsabilidades. A mãe de Ignácio cuidava de crianças na casa de seus avós, ali conheceu seu pai e apaixonada ela ficou grávida aos dezesseis anos. Naquela época, como ele diz, quando uma moça engravidava era necessário casar, por isso o pai e a mãe casaram.

Desta união nasceram seis filhos (três homens e três mulheres), os nascimentos se deram na seguinte ordem: Pedro o primogênito que vive no interior do Rio Grande do Sul; Sandra que também sofreu com as violências do pai – e segundo ele era bem parecida comigo –; depois nosso protagonista que vive em Porto Alegre e seu irmão gêmeo Hermano que faleceu há alguns meses atrás; Aurélia que faleceu ainda criança; e, Katerina que era a “reliquia do pai”.

Entre as figuras de referência de cuidado para Ignácio estão a mãe, a avó e o avô sobre os quais diz sempre terem cuidado dele e dos irmãos. O vínculo com a avó paterna era tão forte que Ignácio diz que ela não suportou quando num certo momento de sua infância o pai comprou umas terras no Paraná. Na ocasião a avó teria dito que se os netos fossem embora ela morreria e, naquele mesmo dia realmente a avó morreu, teve um infarto fulminante.

Esta não foi a primeira vez que a morte esteve perto de Ignácio quando tinha oito anos, estava em sua cidade natal Lajeado, uma cidade do interior do RS, e caiu de uma ponte, muito alta tinha aproximadamente vinte metros. Após o acidente seu pai foi buscá-lo e no caminho que os levaria até o grupo com o qual estavam o pai foi batendo nele, mesmo que já estivesse machucado após a queda, a intenção era castigá-lo pelo acontecido.

Percebemos ao longo de sua narrativa que o pai era uma figura dura e distante, hoje ao lembrar-se pensa “meu velho achava que era o dono da situação”. Sendo assim, sua mãe não poderia se opor a nada. As coisas tinham que ser conforme ele achava que tinham que ser. Em meio a isto Ignácio foi crescendo e quando estava com quinze anos num dia qualquer sua mãe pediu que o pai fosse comprar a carne para a semana, pelo relato o pai não gostava de ser mandado, por sentir-se contrariado foi no açougue, comprou a carne e passou o dia bebendo e jogando.

A mãe vendo que o pai ia demorar pediu que o filho fosse ao seu encontro. O adolescente percorreu aproximadamente três quilômetros de distância ao encontro do pai. Ao chegar lá disse para o pai que levaria a carne para armazená-la na geladeira a gás que tinham, mas o pai foi taxativo “deixe esta carne aí guri que eu mesmo levarei quando for para casa”.

Muitas horas depois o homem foi para casa, os filhos já estavam em seus quartos, Ignácio permanecia vigilante, por ser adolescente já percebia que existia um clima entre o pai e a mãe. Assim, tinha para si que a qualquer custo defenderia a matriarca. Quando o pai retornou a mãe serviu a mesa para que ele pudesse se alimentar e exigiu que ela ficasse em sua companhia, o que a mãe não quis indo em direção a seu quarto.

Do outro lado da casa, Ignácio e Enrico acompanhavam apreensivos a movimentação, o irmão dizia para Ignácio ficar no quarto e não sair. Hoje escrevendo estas linhas me pergunto: quantas vezes situações assim devem ter acontecido? Este é um relato que me é familiar, pois já encontrei pelo caminho outros relatos nos quais as crianças acompanham as violências impostas às mães até que um dia, geralmente na adolescência, são acometidas de um desejo de reagir.

Enfim, nesse meio tempo o pai foi atrás da mãe que estava no quarto e Ignácio se pôs como um obstáculo na porta não o deixando entrar, seu ímpeto foi de defender a mãe de uma possível agressão. O adolescente entendeu que havia chegado a hora de enfrentar o pai, para defender a mãe, como muitas vezes prometeu para si mesmo. Segundo suas memórias ele não fez menção de agredir o pai, mas "fui firme em frente à porta, acho que meu pai ficou desconcertado, nunca tinha enfrentado ele" e ainda demonstrou seu respeito dizendo ao pai "pode fazer o que quiser comigo porque sou seu filho, sua carne, mas não se aproxime de minha mãe".

Naquela época o pai não poderia aceitar a afronta de seu filho sem uma reação. O que ele fez? Talvez a leitora angustiadamente se pergunte... Ele disse a Ignácio que deveria ir embora ao amanhecer. Foi taxativo dizendo que quando o sol mostrasse seus primeiros raios o pai não queria mais ver o filho adolescente em sua propriedade. E assim, ao amanhecer a mãe de Ignácio ajeitou uma mala lhe deu algum dinheiro que havia economizado e ele se foi. O adolescente pegou a estrada e partiu rumo ao povoado da cidade mais próxima sem ter muita certeza de para onde o destino o levaria.

Ao chegar lá conheceu um homem que o acolheu, o colocou num hotel e disse que o ajudaria. Era um homem bom, seu Benedito que o levou para trabalhar na oficina da família, neste encontro ele conheceu o cuidado que talvez esperasse do pai. A jornada de Ignácio estava apenas começando, naquele dia ele pegou a estrada, conheceu o mundo e encontrou outras pessoas que marcaram sua trajetória de vida. Senhor Benedito foi a primeira pessoa que ele encontrou e a relação que se estabeleceu entre eles foi de amizade, parceria. Ele se responsabilizou pelo sustento do adolescente vivendo num pequeno hotel da cidade, em troca Ignácio foi trabalhar na oficina mecânica que pertencia a família de Benedito. O jovem entendia o significado do gesto de Benedito, pois o dinheiro que ele tinha era suficiente para se manter por pouco tempo.

A amizade crescia e Ignácio conseguia entender Benedito de uma forma que sua família não conseguia, os filhos dele não gostavam de um velho hábito do pai, a bebida. Ignácio foi apresentado ao álcool nas longas conversas durante as pescarias que fazia com o amigo, hábito este que ele conseguiu largar a alguns anos. Naquela época a bebida e as pescarias eram fugas que eles tinham, passavam horas conversando e pescando. Enquanto seu pai “ficava violento e agressivo” sob efeito de álcool, seu Benedito “não era uma pessoa radical” em suas próprias palavras.

A amizade foi importante, mas em algum momento Ignácio sabia que o mundo o aguardava, precisaria seguir desbravando outras paisagens. Quando estava com dezenove anos fez seleção para ir para a Alemanha, passou e ficou lá por cinco anos e dois meses até terminar a faculdade de Biologia. Retornou ao Brasil para trabalhar, mas a área na época era complicada, pois “aqui é valorizado mais a área química voltada para a área produtiva, das grandes produções, por exemplo, de soja e a utilização de agrotóxicos, os tais venenos”.

Segundo Ignácio, desde aquela época, há quarenta e quatro anos atrás quando vivia na Alemanha já haviam pessoas preocupadas com o Brasil e dizendo, naquele país estrangeiro, que usá-los é perigoso, principalmente pela poluição dos lençóis freáticos. Naquele país já há uma grande quantidade de poluição e segundo seu relato ainda hoje sofrem com isso. A preocupação com o Brasil é em razão de que aqui temos lençóis freáticos extraordinários que poucos países têm. Segundo nosso biólogo a água de nosso país será o próximo petróleo.

Em meio à aula de biologia, contou sobre as possibilidades que temos em nosso país. E de que aos poucos o olhar para a área biológica vem crescendo, que temos abundância de matéria orgânica que pode ser usada em produções de hortifrutigranjeiros que dependem de pouco espaço para a produção. Aqui vislumbramos um pouco dos conhecimentos de Ignácio que envolvem a produção de alimentos a partir do trabalho com a terra. Ao retornar da Alemanha, passou a aplicar os conhecimentos que adquiriu, conseguiu reunir mais de mil pessoas em todo o estado do Rio Grande do Sul numa associação de minhocultores, foi coordenador deste projeto. Enfim, muitos conhecimentos avançados daquele país cruzaram o Oceano Atlântico e vieram ser utilizados em prol de colonos no interior do RS.

Ao longo dos anos em que ficou a frente do projeto Ignácio conseguiu fazer parcerias, uma professora renomada na área passou a colaborar com os produtores. A associação promovia encontros nos quais compartilhavam conhecimento, chegaram a reunir quinhentas pessoas, os dias de campo eram regados a trocas e aprendizados. Em meio a tudo isso muita coisa aconteceu, testaram um sistema que usava o gás butano para a produção de energia elétrica; passaram a trabalhar com compostagem, que é a “transformação da matéria orgânica que fica inofensiva para o solo” e que, por sua vez, “contribui

para que a planta tenha um equilíbrio no seu desenvolvimento, pois preserva micro e macro organismos”.

Este capítulo da vida de Ignácio foi muito próspero aliava seus conhecimentos da biologia com a química, pois eles andavam juntos. Investiu seus sonhos neste projeto, exercia a coordenação e empenhava seu tempo e suas energias sem remuneração nenhuma por isto. Seu desejo era que o projeto crescesse e que eles pudessem fazer negócios com outros países, pois reunidos na associação os colonos tinham mais força afinal de contas como ele diz “uma andorinha não faz verão”. Porém, algumas pessoas com interesse político se aproximaram da associação e Ignácio viu tudo aquilo pelo que havia investido se perder. Acabou se afastando da associação e pegou a estrada novamente.

Nos caminhos pelos quais andou depois dali foi viver um tempo perto do mar, amou, viveu as dores de uma decepção amorosa, ganhou dinheiro e também perdeu. Já estava com aproximadamente quarenta anos e as novas decepções o fizeram vir para Porto Alegre, onde já mora há treze anos. Ignácio entende que sua vida foi conturbada e a vinda para a capital do estado veio em um momento em que ele buscava novas estradas.

Para conseguir se manter Ignácio trabalhava na construção civil, pois na época em que viveu no litoral ele ganhou experiência na área. Ele trabalhava em empresas, mas começou a perceber que seu corpo adoecia, “a tal da depressão começou há assombrar meus dias”. E daí, ao não conseguir pagar suas contas veio o desespero e uma tentativa de suicídio... Assim como para muitos brasileiros a recessão econômica, que contribui com altos índices de desemprego, e a fome estão muito próximas hoje da realidade vivenciada por nosso protagonista. Está há cinco anos fora do mercado formal de trabalho e não conseguiu receber o auxílio doença, sobrevive hoje de bicos e do bolsa família.

Seu corpo pela idade e depois de dois AVCs não tem mais as mesmas condições de resistir ao trabalho pesado na construção civil. E recebe negativas de representantes do Estado, “não temos suas medicações”, “pedido para auxílio doença indeferido”, “não...”. Apesar deste episódio, e da dureza dos nãoos que violam direitos nosso homem das mil e uma histórias resiste e sobrevive, suas palavras e sua mente ganham uma infinidade de formas e cores. Aliás, a resistência dele foi ressaltada pelos médicos que o atenderam, pois eles nunca viram um caso da gravidade que foi o dele no qual não tenha ficado nenhuma sequela. Ele sabia que isso ia acontecer, ele ficaria bem, “uma criança-anjo me visitou no hospital e me levou para passear afirmando que tudo ficaria bem”.

Em meio a este turbilhão de coisas ele ainda consegue olhar para o lado e ver que a mesma sucessão de nãoos acontece com outras pessoas. Nos dias que se seguiram em que frequentou a farmácia pública do estado ele vivenciou um

tumulto de papéis e pessoas, vendo que “são várias pessoas que tem problemas”. Senhor Ignácio, resiste, insiste, persiste em viver a vida com tudo aquilo que ela traz. Coisas boas, ruins, desafios, falas e letras. Sim, letras, senhor Ignácio, assim como eu gosta da escrita e já escreveu um livro com pensamentos e questões que acha importante. Entre as coisas que considera que precisam ser trabalhadas em longo prazo está a família, pois “independente da classe se seja pobre ou rico a família é motivo de grande preocupação [...] Como administrar, como educar, como descobrir daquela criança como ele vive com seus familiares dentro da sua casa”.

Assim, de modo cordial e gentil senhor Ignácio se despede dizendo que foi um privilégio me conhecer, eu me despeço agradecendo o meu privilégio em ter lhe encontrado e escutado suas histórias.

Porto Alegre, 16 de abril de 2019.

3.3.1 O que lembrei, narrei, escutei e li com Ignácio?

Entre as afecções que me tomaram na história de Ignácio uma das mais contraditórias foi quando escutei que seu irmão Enrico tinha “olhos azuis como o mar e eu herdei os olhos de jabuticaba de minha mãe, bem como sua pele mais amarelada”. Se por um lado, a referência afetiva que fazia a mãe ganhava passagem, por outro evidenciava o preconceito do próprio pai. Pois, para seu pai quem tinha olhos escuros não era digno de confiança. Tal referência à forma como o pai entendia quem era ou não digno de confiança tem um peso, e um peso de preconceito e afastamento da figura paterna.

Assim, Ignácio estabeleceu uma reflexão a partir da história de Natalina Soledad da história de Conceição Evaristo (EVARISTO, 2016) a qual estávamos lendo. Uma vez que, ela também teve que lidar com a rejeição em sua família. Ignácio numa frase consegue materializar a forma como a escrita de Conceição é viva e real ao dizer “eu como a personagem da história a vida toda esperei um carinho e um colo de meu pai, mas nunca o tive”.

Assim, é uma marca em seu relato o respeito, mas também a mágoa que carrega do pai, porque não sentia da parte dele o mesmo afeto que a mãe lhe transmitia. Se refletirmos sobre as relações familiares a partir deste fragmento, podemos pensar que esta história se passa numa época em que não era comum

que a figura masculina estivesse próxima afetivamente de sua família, mantendo e reforçando vínculos de afeto e carinho com os filhos.

Não é minha intenção fazer uma generalização, mas posso inferir que o contexto social do período em que esta história foi narrada é uma dimensão importante. Tal contexto demarcou um lugar no tempo em que os papéis eram muito mais marcados. E com esse passado, não tão distante assim, me perguntei: *quanto sofrimento esses rótulos e relações produziram e ainda produzem?* Considero que hoje temos avanços na responsabilização do homem, mas ainda há muito que avançar.

E, atrelado ao relato da relação conflituosa que viveu com o pai emergiram fragmentos que indicaram que a figura materna vivia uma situação de violência igualmente. Vemos novamente a questão aparecendo, como nas histórias anteriores. E, também o quanto a mãe ocupava o papel de referência de cuidado com os filhos e a família é expresso em sua narrativa.

Além disso, aprendi muito sobre biologia, tive uma aula se você quer saber, Ignácio possui muitos conhecimentos e me contou sobre as possibilidades neste campo para o Brasil. E, de que aos poucos o olhar para a área biológica vem crescendo, pois temos abundância de matéria orgânica que pode ser usada em produções de hortifrutigranjeiros que dependem de pouco espaço para a produção.

Depois de muitas histórias, Ignácio hoje vive algo que esta na vida de muitas pessoas no país, o desemprego que, por sua vez, é reflexo da recessão econômica no modelo capitalista. Por isso, frequentemente os altos índices estão sendo notícia. Uma das consequências na vida de Ignácio é que a fome está muito próxima. Está há cinco anos fora do mercado formal de trabalho e não conseguiu receber o auxílio doença, sobrevive hoje de bicos e do recurso que recebe do Programa Bolsa Família.

Outra questão que dificulta seu acesso ao mercado de trabalho é que seu corpo, pela idade e depois de dois AVCs, não tem mais as mesmas condições de resistir ao trabalho pesado na construção civil. Em suas andanças rotineiramente tem recebido negativas de representantes do Estado, “não temos suas medicações”, “pedido para auxílio doença indeferido”, “não...”.

Apesar da dureza dos nãos que violam o acesso à direitos nosso homem das mil e uma histórias resiste e sobrevive. Suas palavras e sua mente ganham uma infinidade de formas e cores, as quais ele deixou registradas nas folhas de um

manuscrito. Sim, Ignácio é escritor como eu, falou com orgulho que escreveu um livro com seus pensamentos.

Assim, concluo este item de escritora para escritor:

Obrigada Ignácio por compartilhar comigo suas feridas e seus amores, através desta história aprendi sobre como é importante ter força e humildade para recomeçar em meio a obstáculos em nosso caminho. Cada dia pode ser um novo começo e milagres podem acontecer todos os dias mesmo que os médicos não consigam explicar porque a condição humana tem sido ao longo dos tempos de (r)existência.

3.4 Escrevendo a História de Suzana

A cada trecho desta escrita você cara leitora vai conhecendo um pouco das histórias de cada uma de minhas convidadas, a que vai encerrar é a de Suzana. A seguir conheceremos um pouco mais dela cujo título da história é *Cartas de uma Jovem Mulher*. Ela tem trinta e oito anos, é branca e não chegou a completar o ensino fundamental. Vive na zona sul de Porto Alegre junto com o esposo (Luiz, trinta e quatro anos), a mãe de quem cuida há oito anos e cinco filhos: Rebeca (vinte anos), Gustavo (dezesseis anos), Eduardo (oito anos), Renato (seis anos) e Sofia (dois anos).

E se pudéssemos olhar do presente para o passado e escrever uma carta para a criança que ficou em nosso passado? Ao tecer esta escrita enredada nas lembranças de Suzana uma conexão se fez e costuraram-se a nós Rainer Maria Rilke e Franz Xaver Kappus. Duas mulheres (Suzana e eu) e dois homens enredando-se através das palavras nas páginas que se seguem. A inspiração para a escritora foi necessária para enfrentar uma página ainda em branco na busca por palavras. Por outro lado, no livro *Cartas a um jovem poeta*, estão dez cartas troçadas entre Rainer e Franz, o primeiro parece que tenta acompanhar Franz em seu processo de tornar-se um escritor. Os dois navegam juntos naquelas páginas num processo de trocas e aprendizados. Assim como a pesquisadora-escritora e a mulher que serve de inspiração para esta escrita.

Começamos pelo primeiro encontro, foram necessárias algumas tentativas até que Suzana e eu finalmente pudéssemos nos encontrar. Era um dia frio e do alto daquele morro na zona sul de Porto Alegre era possível ver uma insistente camada de chuva fina cobrindo as redondezas, dizem que a temperatura lá é sempre mais baixa que no resto da cidade. Suzana chegou depois de fazer uma grande logística em casa que viabilizasse sua saída. Afinal, a família é grande e

muitas são as responsabilidades desta mulher de trinta e oito anos, branca e que estudou até a oitava série. Além dela, vivem na mesma casa o esposo (Luiz, trinta e quatro anos), a mãe de quem cuida há oito anos e cinco filhos: Rebeca (vinte anos), Gustavo (dezesseis anos), Eduardo (oito anos), Renato (seis anos) e Sofia (dois anos).

Inicialmente, perguntei se ela tinha pensado em alguma passagem específica de sua vida que tivesse interesse em contar, ela respondeu que desejava fazer um resumo de sua vida, mas que este resumo seria tão grande que a partir dele seria possível escrever uns três livros. Suzana tinha razão, o encontro no qual relatou alguns eventos de sua trajetória foi intenso e para iniciar esta escrita foi preciso um tempo e algumas outras histórias, até que a página em branco ficasse repleta de palavras. Ela se propôs em compartilhar um mergulho em sua história de vida. Não há como resumir uma vida, mas ela fez este exercício comandando a narrativa como a capitã de um navio que compartilha a navegação com a tripulação.

Em seu mar de memórias, Suzana trouxe lembranças da infância onde desde muito pequena recorda das brigas entre os pais, do alcoolismo da mãe, da tentativa de abuso por parte do pai que assombra seus sonhos até hoje e que teve como consequência uma tentativa de suicídio já na infância. Ela desde muito cedo assumiu os cuidados com os irmãos menores, por ser a mais velha em casa. Sua mãe teve dois filhos do primeiro casamento, uma mulher e um homem, mas eles não moravam juntos, assim ela era a filha mais velha em casa.

Em meio a isso é possível perceber que exercer o papel de referência aparece em diversos momentos de sua vida. Tanto que ela refere que quando tinha aproximadamente nove anos já era responsável pela maioria dos cuidados com seu irmão caçula, "era meu filho, lavava as roupas e acordava de madrugada para dar mamadeira", além de também ajudar nos afazeres da casa. Em consequência disso, ela não frequentava a escola, e convivia todo o tempo com os irmãos menores. O papel que ela desempenhava na família fortaleceu o vínculo fraterno, em especial com o irmão caçula. Ela o "criou" e cuidou como filho, hoje ela cuida do filho deste irmão, Renato o considerando seu filho de coração.

A família mudou por várias vezes e morou em vários bairros da cidade de Porto Alegre, chegaram até a ficar algum tempo em situação de rua. Nessas idas e vindas, a memória da tentativa de abuso por parte do pai é narrada em meio a suspiros, ela tinha nove anos. Com tão tenra idade ela não sabia como lidar com isso, se sentia "culpada, achava que eu tava destruindo a família se eu contasse para mãe, que ela não ia gostar com certeza". Cabe refletirmos aqui que o que essa criança sentiu pode ocorrer até mesmo com uma pessoa adulta. Para nós mulheres a violação do corpo é uma coisa traumática, nem mesmo

precisando haver toque para se concretizar uma violação do corpo. Lidar com esta questão em todas as idades é algo difícil e que envolve vários sentimentos.

Cada pessoa busca estratégias para enfrentar tais violações, no caso de nossa protagonista ela tentou amenizar a dor tomando vários remédios da mãe, talvez buscasse um porto seguro. Após fazê-lo pegou o irmão menor no colo e ficou no sofá chorando, perdeu o rumo da navegação, já não tinha certeza se foi a melhor escolha. Começou a sentir dores no corpo, a visão ficou turva, a sensação do peito explodindo. Resolveu então pedir ajuda para uma prima que morava perto que, por sua vez, chamou os pais. Só então ela teve coragem de contar para a mãe sobre o que o pai tentou fazer com ela. Foi levada para o hospital e lá o conselho tutelar foi chamado. Relatar o que havia acontecido "era o único jeito de eu me proteger, de não voltar para casa porque eu não queria voltar para casa". Sua fala foi a estratégia encontrada para se proteger, pôs as palavras em seus lugares como passageiras. Neste momento, podemos observar seu navio atracar no contato com as políticas públicas para a infância da época.

Outras questões transparecem em sua narrativa, demonstra raiva dos pais, queria ser cuidada e não percebia isso e, ainda, assumia as responsabilidades quanto aos irmãos. Sua percepção era de não ter direitos "eu pensava que não tinha direito de nada, eu não tenho direito de ser criança, eu não tenho direito nem de morrer, porque se eu morrer quem vai cuidar dos meus irmãos?!". A consequência deste episódio foi que o conselho tutelar a levou para ficar com a madrinha.

Porém, ela sentia muita saudade dos irmãos, não conseguia comer e ficava boa parte do tempo triste e preocupada com eles. Assim, a madrinha achou que seria importante ela dar uma segunda chance para que a mãe pudesse cuidar e proteger a filha, conversaram e Suzana concordou, retornando assim para o convívio familiar. Cabe aqui uma consideração sobre o papel atribuído às mulheres enquanto cuidadoras de uma família. Delas talvez seja esperado que executem a função de capitã dos navios-famílias sem erros de cálculo, mas caso isso ocorra a culpa recai totalmente sobre elas. A partir disso me pergunto: qual o papel do homem numa família?

Enfim, o retorno à família acontece, mas as coisas que já não iam bem entre os pais ficaram piores. O pai saiu de casa para viver com outra mulher, já a mãe se "jogou de cabeça na bebida, bebia muito". Nesta época ela e os irmãos já haviam ingressado na escola, relata com afeto que as professoras a ajudavam, pois volta e meia o bebê, como carinhosamente se refere a Roberto, ia junto com ela para a escola. Eles ficavam na biblioteca para que ela pudesse pegar a matéria e ainda assim cuidá-lo. O relato desta etapa de sua história é feito por Suzana com o sentimento de proteção por parte da equipe da escola, mesmo

que o irmão não estivesse sendo cuidado num espaço com outras crianças de sua faixa etária.

O tempo foi passando e nossa navegadora foi crescendo, com dez anos passou a “enfrentar a mãe em razão do consumo excessivo de álcool”. Por um lado, “às vezes ela era muito carinhosa bêbada, ela era muito caprichosa, limpava a casa, conversava e tudo”, por outro “às vezes ela se alterava” e nestes momentos elas brigavam a ponto da mãe a agredir fisicamente. Sua raiva aumentava, pois percebia que os irmãos ficavam soltos pela rua e ela entendia que isso não era bom para eles. Em um dia que marcou sua vida a briga começou porque “eu tava desrespeitando ela, aí ela começou a me bater e eu disse para ela: eu não sei por que tu não acaba com isso de uma vez”. A briga seguiu numa violência que crescia até que Suzana disse para mãe pulando a janela para se esquivar de suas agressões “eu não quero te ver nunca mais, não volto para casa, não dá pra suportar”. As palavras não saíram de qualquer jeito, pelo contrário as lágrimas nos olhos demonstram o afeto que existia ali.

Essa briga culminou num osso do pulso quebrado, mas muito, além disso, Suzana resolveu ir embora de casa, resolveu por um fim naquela situação. Ela estava cansada de implorar para que a mãe cuidasse dos filhos e assim foi embora levando os dois irmãos menores. O irmão de oito anos disse que ia ficar para cuidar de Suelen, pois as crianças tinham medo que a mãe atravessasse a rua bêbada e acabasse atropelada.

E assim, Suzana pegou seu navio e foi embora levando consigo na tripulação Eder e Roberto. Refletindo hoje sobre esta passagem de sua vida Suzana entende que a mãe teve muitos sofrimentos em sua vida, mas que foi melhor ela não ter entendido naquela época para não ficar vivendo naquele contexto. E ela ainda complementa dizendo “minha mãe tinha salvação, se tivessem na época tentado, mas não” e direciona esta fala de forma taxativa para os serviços responsáveis pelos atendimentos naquele contexto. Aliás, o que fez novamente recentemente dizendo para um representante do conselho tutelar “Que é muito fácil tirar um filho de uma família sem pensar o que vai fazer com ele. A mãe por pior que seja, tem que tentar ajudar ela pra ficar com o filho [...] Ah tirar porque pode matar? Não... trata a mãe!”. Tal avaliação acerca dos serviços que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescentes é influenciada pela experiência vivida na pele. A reflexão dela nos faz pensar sobre os atendimentos prestados nos dias de hoje nas Políticas Públicas de proteção.

Para uma criança com dez anos que resolveu sair de casa a busca era por um lugar onde fosse cuidada e tivesse oportunidade de ser criança. Ela e os irmãos foram a uma delegacia e em meio a piadas machistas dos policiais o conselho tutelar novamente foi convocado a entrar em cena. As próximas passagens foram difíceis e marcaram a sua trajetória e dos irmãos, pois por mais que ela implorasse para que isso não acontecesse, o elo entre os irmãos foi rompido.

Dor na garganta, lágrimas no rosto e a gota d'água para uma tristeza que carrega ainda hoje. O relato se materializa Roberto "grudado em seu pescoço", "meu irmão chorou muito, pedi para não deixar ele, eu queria ficar com ele, mas não podia". Podemos perceber que naquele contexto o acolhimento de crianças e adolescentes era realizado em locais distintos em razão do gênero e, além disso, não se dava a devida importância em manter os vínculos entre os irmãos. Consequentemente, os irmãos foram separados com a institucionalização em espaços diferentes o que para ela até hoje "foi a pior coisa que fizeram".

Assim, ao entrar no acolhimento institucional, há aproximadamente vinte e sete anos atrás, ela primeiramente conheceu as agruras da FEBEM, num local para onde iam as "meninas delinquentes" e, posteriormente, os cuidados num acolhimento em menor escala. Neste mar institucional ela brigou por sua integridade física e pelo respeito com o qual deveria ser cuidada. Teve referências negativas de violência, mas também vínculos de afeto e cuidado que mantém até hoje através das redes sociais. Hoje olhando para trás e lembrando de suas escolhas percebe que poderia ter aproveitado muito mais os acessos que esse porto oferecia.

Contudo, ela como a mulher capitã de seu destino que é fez suas escolhas. Durante a permanência neste espaço sempre lhe acompanhou a vontade de estar e de cuidar dos irmãos. Especialmente porque fugia e os encontrava vivendo na rua no centro de Porto Alegre. Eles não tiveram acesso às mesmas condições de atendimento da irmã, no acolhimento para onde foram levados sofreram violações e agressões. Suzana relata numa visita foi almoçar com os irmãos foram servidos numa "mesa enorme [...] e tinha mosca na comida. Era horrível, meu irmão disse que acordavam ele com balde de água, batiam neles. No abrigo onde eu tava isso não acontecia". Por isso fugiram, nestas condições não era possível viver. Por outro lado, na rua eles eram livres para fazer o que bem entendessem. Ela assistiu aos três ficarem nessa situação, incluindo o bebê. Nesse percurso não tardou para que eles descobrissem o universo das "drogas".

A partir do relato de Suzana podemos perceber que estas três crianças-marujos, com idades em torno de dez, sete e cinco anos viveram histórias permeadas por medos e violências. Eram crianças tentando sobreviver num contexto inóspito. Mais de uma vez Suzana não foi à escola e foi vê-los e eles estavam sob efeito de substâncias psicoativas a ponto de não reconhecê-la. Já a mãe era proibida de vê-la, segundo ela, porque ela "era bêbada e oferecia risco". Realmente, na tentativa de constituir um diário de bordo Suzana refere que ao ir visitar Suelen a encontrava alcoolizada. Contudo, a percepção de Suelen como um risco para as crianças, construída pelos serviços, também pode ser percebida como uma forma de responsabilizá-la e ao mesmo tempo o acolhimento acaba se constituindo como um ancoradouro, pois se joga uma âncora ao invés de ter um caráter provisório, de passagem.

Suzana não descansava, seguiu navegando e buscando estratégias para cuidar dos irmãos e os anos foram passando. Ela entendia já com quinze anos que se trabalhasse conseguiria levar eles para morar com ela e poderia cuidá-los já que nem a mãe nem as instituições conseguiram fazê-lo. Até que um dia conseguiu emprego e saiu do abrigo, isso foi possível através de um conselheiro tutelar que era para ela uma referência. Foi emancipada, e desbravou um porto desconhecido trabalhando para um casal cuidando das tarefas domésticas por uns nove meses. Nesse período as combinações foram firmadas em contrato que o conselheiro tutelar articulou, entre elas estavam o salário e que Suzana seguiria na escola e no trabalho.

Porém, o que prometia ser o início da concretização dos sonhos de Suzana teve que ser interrompido. A convivência segundo seu relato gerou ciúmes na mulher e ela precisou sair da casa daquela família, mas já não poderia voltar para o abrigo. Buscou assim outras referências de cuidado, após a recusa da avó em acolhê-la encontrou abrigo com uma tia, seguiu estudando e trabalhando até que um dia se apaixonou. Deste amor nasceu Rebeca. A maternagem sempre esteve próxima de Suzana, mas ela sabia que precisaria encontrar formas de criar sua filha o que lhe deixava insegura. Seus irmãos já estavam maiores e ela agora precisaria se preocupar com a nova integrante da tripulação.

Quando Rebeca tinha um ano ela descobriu que o companheiro usava drogas, o que foi uma decepção. Brigavam muito e chegaram a se agredir fisicamente até que ela decidiu se separar. Ela saiu de casa e foi "para um lar daquelas mulheres q são agredidas... eu pedi ajuda, era o único jeito de eu arranjar um lugar para ficar". Novamente Suzana atracou no universo do acolhimento, mas desta vez com sua filha, num outro contexto das políticas de atendimento elas não foram separadas. As idas e vindas com o ex-companheiro fizeram parte por alguns anos de sua navegação no mar chamado vida. As preocupações com sua família tomaram conta de seus pensamentos que eram muitos, tanto que ela "ficava cansada de tanto pensar".

A família foi aumentando, assustada descobriu que Gustavo estava a caminho. Ele nasceu e ela sempre trabalhando para conseguir suprir as necessidades da família e o desejo seu ter sua casa própria. Aliás, a casa foi conquistada com seu trabalho e com a ajuda financeira de duas antigas patroas. A família vivia uma boa fase, as coisas iam bem e ela planejou uma gravidez, pois lhe acompanhava o desejo de curtir todas as etapas da gestação. Assim, quando estava com vinte e nove anos nasceu Eduardo.

Durante o casamento com Jorge ela teve momentos de alegria, mas também de sofrimento que eram motivados pelo ciúme excessivo dele, pelas traições e pelas constantes brigas. Podemos pensar que a vida se constitui por diversas histórias, num momento em que o desespero tomou conta da capitã e ela não conseguia visualizar terra à vista Suzana tentou suicídio. Nos momentos em

que o sofrimento era intenso ela buscou estratégias de amortizar a dor, mas ao mesmo tempo as tentativas causavam mais dor nela e em sua família. Hoje ela busca lidar com os “filmes” que tais tentativas materializam em sua memória.

Suzana é uma mulher decidida que quando se sentiu desrespeitada pelo ex-companheiro rompeu com ele, pensou “não preciso disso, eu trabalho, sou independente, tenho minha casa” e, resolveu separar-se definitivamente de Jorge. Sem qualquer possibilidade de remendar um barco que afundou a capitã seguiu desbravando mares junto de seus filhos. Até que novamente se apaixonou por Luiz. O casal tem vencido alguns desafios e para Suzana Luiz assume um lugar de cuidado “Ele cuida de mim, nunca ninguém cuidou de mim, nem mãe, nem pai, nem ninguém”.

Hoje Suzana carrega consigo alguns arrependimentos e tristezas, como não poderia ser diferente, para qualquer capitã na fase adulta da vida. Entre eles gostaria de ter tido alternativas ao invés de deixar Rebeca cuidar dos irmãos para que ela pudesse trabalhar, gostaria de não ter sido tão rígida na criação dos filhos, mas ela tem para si que a “vida ensina muito, o que a vida ensina é muito difícil, é muito doído, ela não passa a mão na cabeça da gente”. Por outro lado, mesmo tendo que vencer tantos obstáculos Suzana consegue dar uma condição de vida aos filhos que ela não teve, eles têm acessos a espaços de socialização que ela passava longe. Por mais que ela deseje que as coisas pudessem ser diferentes consegue fazer o necessário aos filhos cuidando e tentando proteger a partir do que ela entende como sendo o melhor.

Os desafios hoje que se colocam para a navegação são alguns: desemprego, lembranças ruins, culpa, intromissão das pessoas nas suas escolhas, expectativas sobre seu papel de mãe e cuidadora, cansaço e excesso de responsabilidades. Cabe aqui explicitar que quando Suzana se refere à intromissão das pessoas está refletindo sobre os julgamentos pelo número de filhos que tem. Relatou que já ouviu frases do tipo “ah agora deu né”, e ela não gosta disso, pois tem muito presente que “[...] a minha vida, sou eu q sei. Ainda mais eu porque eu fui criada num mundo sozinha e ninguém nunca me guiou então agora eu não preciso de ninguém para me guiar. É o meu corpo, a minha vida [...]”.

Todas as questões citadas acima emergem na fala de Suzana e ao mesmo tempo podem fazer parte de outras histórias com outros personagens. Talvez em meio a tantas coisas a capitã resolva ficar só na cabine, quando as pessoas a julgam como “preguiçosa” ela exercita dizer “não, preciso de um pouco de tempo para mim [...] às vezes eu me dou o luxo de me enfiar no quarto e ficar pensando na vida, eu tô jogando no celular, mas pensando na minha vida”.

Se fôssemos escrever um, dois ou três livros sobre nossas vidas eles não seriam suficientes para registrar o mar de histórias que vivemos. Na escrita de um diário de bordo talvez uma das coisas que importe sejam as estratégias para

remendar os furos no casco que ficam por causa da longa navegação. Sendo importante não perdermos de vista o compromisso com o cuidado para com os outros, mas principalmente, para com nós mesmas.

Talvez este diário seja importante para percebermos que o caminho faz sentido e que fazemos aquilo que conseguimos dentro do possível. Suzana carrega algumas certezas que emergem das histórias que viveu na pela pelos portos que desbravou. A primeira é que tudo o que fez pelos filhos “é pra evitar q a vida ensinasse, não quero q a vida ensine nada para eles, eu quero q eles aprendam [...] o caminho certo comigo [...] Porque a vida ensina muito, o q a vida ensina é muito difícil, é muito doído, ela não passa a mão na cabeça da gente”. E, a outra é que esta jovem mulher convocou a escritora a concluir estas páginas dizendo que “tem muito orgulho da criação dos filhos e das pessoas que estão se tornando”.

Porto Alegre, 16 de abril de 2019.

3.4.1 O que lembrei, narrei, escutei e li com Suzana?

Ao longo dos encontros com Suzana percebi que escrever sua história de vida, ou pelo menos um fragmento dela teve um significado importante para ela. Tanto que quando encerramos a escrita ela fez alterações dizendo: “quero que meus filhos leiam isso”. Isso confirmou algo que suspeitei, foi importante para ela narrar. Porém, mais importante que isso foi a escrita e a possibilidade de ficar com uma cópia de sua história impressa. Acho que isso disse algo sobre seus desejos mais íntimos⁴ ao aceitar a participação da pesquisa. Além disso, disse também do quanto o verbo pesquisar, nos moldes que estou propondo, pode ser uma estratégia potente de intervenção.

Nas linhas em que conto sobre sua vida, é possível perceber que exercer o papel de referência aparece em diversos momentos e desde muito cedo. Tanto que ela refere que quando tinha aproximadamente nove anos já era responsável pela maioria dos cuidados com seu irmão caçula, “era meu filho, lavava as roupas e acordava de madrugada para dar mamadeira”, além de também ajudar nos afazeres da casa. Em consequência disso, ela não frequentava a escola, e convivia todo o tempo com os irmãos menores. O papel que ela desempenhava na família fortaleceu o vínculo

⁴ Não tenho intenção aqui de levantar hipóteses sobre as razões que envolveram seu desejo, primeiro porque não tem a ver com meus objetivos na pesquisa. E, segundo, porque poderia acarretar em psicologizar seu desejo desnecessariamente.

fraterno, em especial com o irmão caçula. Ela o “criou” e cuidou como filho, hoje ela cuida do filho deste irmão, Renato o considerando seu filho de coração.

Como nas histórias anteriores o papel atribuído às mulheres de cuidadoras é recorrente e mesmo que tenha um companheiro Suzana é a referência em seu grupo familiar. A partir disso pergunto: qual o papel do homem numa família? No caso de Luis, companheiro de Suzana, ele em certa medida assume o papel de cuidado, especialmente no que se refere a ela. Percebi isso quando ela relatou, em nosso primeiro encontro, que ele ficou em casa para cuidar dos filhos. Responsabilizou-se em fazer o almoço e cuidar de outras rotinas, para que ela estivesse disponível para sair. Isso ficou evidente quando ela relatou a fala dele “vai se é importante pra ti”.

Cabe aqui refletir sobre o que a narrativa de Suzana evidencia sobre a histórias de sua mãe. Segundo ela, a mãe era proibida de vê-la, diziam ser porque ela “era bêbada e oferecia risco”. Realmente, Suzana refere que ao ir visitar Suelen a encontrava alcoolizada. Contudo, entendo que a percepção de Suelen como um risco para as crianças, construída pelas pessoas envolvidas nos atendimentos à família, foi uma forma de responsabilizá-la, ela a mulher “que deveria cuidar”.

Avalio que este posicionamento reflete o juízo moral com o qual a mãe foi vista e, em sua narrativa Suzana faz a crítica deste fato em dois momentos. Primeiro quando fala que foi melhor não entender a mãe e, segundo quando enfrenta a representante do conselho tutelar. Este juízo também contribuiu para que a FEBEM ao invés de uma passagem com caráter provisório se tornou um ancoradouro, a última parada daquelas crianças.

Entre os desafios que emergem em sua narrativa estão: desemprego, lembranças ruins, culpa, intromissão das pessoas nas suas escolhas, expectativas sobre seu papel de mãe e cuidadora, cansaço e excesso de responsabilidades. Cabe aqui explicitar que quando Suzana referiu-se à intromissão das pessoas estava se referindo aos julgamentos que sente na pele, segundo ela em razão do número de filhos que têm.

Relatou que já ouviu frases do tipo “ah agora deu né”, e ela não gosta disso, pois tem muito presente que “[...] a minha vida, sou eu que sei. Ainda mais eu porque eu fui criada num mundo sozinha e ninguém nunca me guiou então agora eu não preciso de ninguém para me guiar. É o meu corpo, a minha vida [...]”. As frases que ela

mencionou remeteram-me novamente a juízos de valor que foram feitos em relação a ela. Nem sempre consegui identificar se a fala veio de profissionais ou de suas relações pessoais. Contudo, a recorrência de juízos que aparecem levam-se a pensar a importância deste ser um monitoramento constante para todas nós, em especial para as psicólogas que atuam no SUAS.

Assim, as situações que emergiram na narrativa de Suzana poderiam compor outras trajetórias de vida. E, no caso dela, sua estratégia de resistência é exercer sua autonomia enfrentando tais juízos. Ela me ensinou isso quando referiu que em meio a tantas responsabilidades ao longo do dia, às vezes ela resolve ficar só, em silêncio. Mesmo que as pessoas a julguem como “preguiçosa” ela não dá ouvidos e diz “não, preciso de um pouco de tempo para mim [...] às vezes eu me dou o luxo de me enfiar no quarto e ficar pensando na vida, eu tô jogando no celular, mas pensando na minha vida”.

Outro aspecto importante é referente ao que ela sentiu quando, ainda criança, foi abusada sexualmente. Sua narrativa veio impregnada de culpa e medo, o que pode ocorrer até mesmo com uma pessoa adulta. Partindo para uma reflexão sobre esta questão devo considerar que, para nós mulheres, a violação do corpo é uma coisa traumática. Qualquer tipo de toque, de invasão do corpo pode assumir o caráter de uma violação. Lidar com esta questão em todas as idades é algo difícil e que envolve várias outras questões.

E, para Suzana falar sobre o abuso foi a estratégia encontrada para se proteger, pôs as palavras para lhe defender e teve em sua retaguarda as políticas públicas para a infância da época. Mesmo que, há aproximadamente vinte e sete anos atrás, quando entrou no acolhimento institucional, primeiramente conheceu as agruras da FEBEM, no lugar para onde iam as “meninas delinquentes”. Para só viver os cuidados de um acolhimento em menor escala e onde vínculos de afeto tiveram espaço para se fortalecer.

Agora falando especificamente da FEBEM, lá ela narrou a necessidade que teve, literalmente, de brigar por sua integridade física e pelo respeito com o qual deveria ser cuidada. Teve referências negativas de violência, mas também vínculos de afeto e cuidado que mantém até hoje através das redes sociais. Hoje olhando para trás e relembrando de suas escolhas percebe que poderia ter aproveitado muito mais os acessos que a organização naquele momento lhe ofereceu.

A partir do relato de Suzana foi possível conhecer uma parte da história de seus irmãos, eles não tiveram a mesma oportunidade que ela de estabelecer vínculos de afeto e cuidado. A entrada na FEBEM veio acompanhada de medo e violências. Eram crianças tentando sobreviver num contexto inóspito. Mais de uma vez Suzana não foi à escola e foi vê-los e eles estavam sob o efeito de substâncias psicoativas a ponto de não reconhecê-la.

Foi interessantes perceber que as narrativas que escrevi Suzana e Maria Aparecida se aproximaram, em diversos aspectos. Foram períodos diferentes, bairros diferentes, mas como eu disse antes as histórias quando escritas tem o poder de se aproximar. E, enquanto meu corpo estava ali inteiro entregue nos encontros que estava propondo, eu mesma acabava por lembrar-me das histórias que vieram antes. Creio que isso me fala sobre a familiaridade entre os fragmentos das vidas que foram meus companheiros, e percebo que isso aconteceu tanto na pesquisa, quanto no trabalho do cotidiano.

Qualquer pessoa ao escrever sobre uma trajetória de vidas precisaria de muitos volumes para registrar o mar de histórias vividas. Suzana tem muitas histórias, mas nos mostra que tem buscado agir buscando o cuidado para com os outros, mas principalmente, para com ela mesma. Acredito que nosso encontro foi importante para que ela mesma olhasse para os caminhos possíveis que tem escolhido.

Obrigada Suzana por compartilhar comigo suas navegação, através desta história aprendi sobre como é importante o cuidado com os outros, mas principalmente conosco em meio à vida que por vezes coloca obstáculos em nosso caminho. Cada dia pode ser um novo começo e a escrita das histórias de uma vida é uma forma de (r)existência.

4 QUAIS HISTÓRIAS A PNAS PODE CONTAR?

Cara Leitora, percebi que estou me encaminhando para o fim de minha escrita. Ainda tenho algumas coisas a dizer e corro contra o tempo do relógio que, parece estar perseguindo-me. Posso lhe afirmar que a criação só foi possível depois que me vi em meio ao caos que, por sua vez, não vivi sozinha. Pois, nos momentos em que as palavras tentaram fugir de minhas mãos, Maria José, Maria Aparecida e Maria da Conceição estavam lá para guiar-me assim como o fazem com os navegadores. Nossas mãos juntas, se prepararam para o ponto final.

Juliana, 25 de dezembro de 2019.

Ao longo de minha escrita você acompanhou algumas histórias, cada uma delas de seu jeito. Incluindo entre elas minhas histórias, a partir delas vim contando a história da Política Nacional de Assistência Social, PNAS ou se preferir pode reconhecê-la como minha cozinha. Sim, cozinhas têm histórias, ainda mais quando são cozinhas grandes que precisam estar a postos para preparar refeições para um grande número de pessoas. E se sua cozinha falasse? Que histórias contaria? Essas perguntas me guiam aqui, em um exercício de ouvir as histórias possíveis da PNAS.

Assim, a desafiei a contar ela mesma sua história. Ela se surpreendeu com a proposta, pois está acostumada com que outras pessoas falem por ela. Até aqui tem se limitado a se ver escrita por mãos alheias. Isso não é de surpreender, pois ela tem apenas quinze anos, o que faz dela uma adolescente, ou como Aldaíza Sposati a chamou uma menina (SPOSATI, 2003). E, por não ter muitas aproximações e, nem mesmo interesse pelas tarefas que envolvem cozinhar não sabe muito bem usar os utensílios e combinar os ingredientes.

Porém, gostou da ideia de escrever, mas disse que faria sozinha, ela chamou uma amiga nossa em comum, Maria da Conceição para ajudá-la. Achei ótimo que as duas escreverem sobre suas histórias juntas, pois Maria da Conceição é minha companheira há tempos, a ela coube a tarefa de guardar a centelha (MARIA DA CONCEIÇÃO, c2018), o estopim para meu processo de escrita. E é interessante pensar em centelha, porque a mesma mulher que me ajudou a iniciar minha escrita, vai me ajudar a encontrar a direção ao rumo das páginas finais de meu caderno de receitas.

4.1 Era uma Vez...

Quando era criança algumas das histórias que escutava iniciavam com Era uma vez... Eu, como muitas crianças, acompanhava atenta as aventuras e desventuras de vários personagens. Mas confesso que esse título hoje não me atrai. Considero-o ingênuo, até porque muitas das histórias que ouvi não eram reais. Prefiro histórias mais próximas da realidade, por isso o convite da narradora muito me agradou.

Ainda mais que muitas pessoas por aí falam em meu nome, vou contar partes de minha história com a ajuda de minha amiga Maria Conceição que, por sua vez, conheço há muitos anos. Sei que tenho muitas amigas espalhadas por este país e que sempre militam por mim, no momento oportuno também as convocarei para me auxiliar.

Venho acompanhando a Juliana já há algum tempo e ela me mostrou o quanto é interessante conhecer as histórias de outras pessoas, já que elas falam da minha história também. Em razão disso, digo que desde que nasci busco a universalização dos direitos sociais. Mesmo sendo jovem sofro muitos ataques certamente em razão do passado de lutas que foi travado para que eu nascesse.

Política Nacional de Assistência Social, 25 de dezembro de 2019.

Vou começar pela história sobre o processo histórico da humanidade, ou seja, é importante falar sobre direitos e seu desenvolvimento que se deu em três esferas: direitos civis, políticos e sociais. O longo processo de lutas que os envolveu teve origem na Europa e Estados Unidos especialmente no século XVIII. Neste período os movimentos visavam instituir os direitos civis e políticos, os primeiros a ser reivindicados. E, eles não aconteceram ao mesmo tempo no mundo, cada país tem sua trajetória no processo até sua efetiva implementação.

A professora Berenice Rojas Couto, que me acompanha desde muito antes de meu nascimento, deu uma aula dizendo que neste processo histórico de lutas os direitos não eram universais, mas sim direcionados a um determinado sujeito, homem e branco. (COUTO, 2010). Por outro lado, mulheres, crianças, índios e negros ficavam de fora. E, o que abriu espaço para a busca pelos direitos sociais foi o agravamento da crise social produzida pela economia capitalista, a partir das necessidades sociais que se interpunham na vida das pessoas. Tal emergência dos direitos sociais, desde o princípio ocorreu em meio a um campo de embates,

especialmente da classe trabalhadora que sofria na pele a insuficiência dos direitos civis e políticos. (COUTO, 2010).

Nosso país, o Brasil caracteriza-se por ser uma jovem democracia, isso me faz recordar da conversa que tive com outra professora, a Vera Peroni, quando ela disse que “[...] a partir de meados dos anos 1980, entrou na pauta da sociedade, mesmo que de forma tímida, o processo de democratização, participação, coletivização das decisões, assim como direitos sociais materializados em políticas [...]”. (PERONI, 2015, p. 26). Conseqüentemente, em meio a tensões em 1988 foi promulgada a Constituição Cidadã.

Seus principais avanços foram a responsabilização do Estado e a universalização dos direitos, estes últimos entendidos enquanto necessidades sociais que devem ter o acesso a eles garantido pelo Estado a todos os cidadãos. Ou seja, inclui-se a partir daqui a população que antes era excluída. (COUTO, 2010). Você pode não saber, mas eu tenho mãe, pelo menos a considero assim, e acredito que ela tem muito a nos acrescentar.

Estou referindo-me a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que, por sua vez, nasceu em 1993. Logo a LOAS, tratou de afirmar, que a partir dela a Assistência social passa a ser “[...] reconhecida enquanto política pública, devendo garantir direitos e promover a cidadania de amplos os segmentos da população, que amargam, pela produção e acirramento das desigualdades sociais, o lugar de excluídos”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 10).

Chego a ficar emocionada com as recordações de meu nascimento porque me lembro dos rostos de cada mulher que ajudou em meu parto. Vim ao mundo oficialmente em 2004, quando fui aprovada, mas fui operacionalizada em 2005 pela Normal Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Mesmo que minha gestação tenha sido longa, pois minha mãe, a LOAS, teve que ser forte e resistir, até que finalmente nasci. E, quando isso aconteceu o projeto político da PNAS levava na direção da “[...] radicalização dos modos de gestão e financiamento da política de Assistência Social [...]”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 11).

Meus princípios são: a supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, a igualdade de direitos e a ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2009). E, podem acessar-me qualquer pessoa que necessitar. Quando

escutou isso nossa companheira Luciana Jaccoud ressaltou que é necessário frisar que ela não é direcionada exclusivamente “[...] para a população identificada ou classificada como pobre”. (JACCOUD, 2017, p. 43). Além disso, a PNAS parte do pressuposto de que situações de vulnerabilidade podem atingir a todas as pessoas, mesmo que reconheça que “[...] a pobreza e seus agravos fazem parte de um conjunto de vulnerabilidades [...]”. (JACCOUD, 2017, p. 43).

Acho que estudar a história de nosso país é muito importante, pois por vezes algumas coisas parecem se repetir. Por isso, é importante saber o que aconteceu no passado no intuito de criar tensões que impeçam retrocessos. Além disso, em se tratando das políticas públicas cabe o compromisso de estar sempre atentas para as discussões mais atuais. Os documentos têm seus limites, mas também são importantes balizadores para o trabalho social com famílias. Desta maneira, é importante ter sempre presente as palavras da professora Berenice Rojas Couto, para ela:

[...] Não basta nem a existência e nem o conhecimento da lei para que a vida da população pobre seja alterada. É preciso mecanismos que confirmem o protagonismo dessa população. Só no espaço de disputa de projeto social para o país é possível equalizar a assistência social com o direito social. (COUTO, 2010, p. 187).

E é como uma mulher de lutas que Maria da Conceição vem contar sua história. A PNAS diz que ela “não tem papas na língua”, talvez por esta razão nem sempre foi compreendida. A seguir, um fragmento de meu diário de campo que fala sobre ela e alguns fragmentos de nossas histórias juntas.

Maria da Conceição e eu nos conhecemos desde meados de 2015, ela chegou buscando orientações sobre o território. Já de início disparou “quero ir embora daqui, não gosto deste lugar. Bom mesmo era o bairro onde eu morava antes, não vejo a hora de vender minha casa e me mudar”.

Independente de seu discurso fosse de ir embora seguimos atendendo Maria com a qualidade de atendimento que buscamos com todas as famílias que nos acesam. Ela passou a ser frequente no SAF, tanto que ingressamos seu filho no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Aos poucos minha dupla e fomos conhecendo sua história, ela contou que sempre trabalhou vendendo passagens no centro de Porto Alegre. “Conhecia todo mundo desde bandidos até os brigadianos”, nunca me incomodaram,

“eles me respeitavam, sabiam que eu não levava desaforo para casa”. Ela morava com o esposo e com dois filhos, um de oito anos e outro de dezenove.

Relatou suas desilusões com o pai dos filhos e o quanto ele a fez sofrer, a traindo com a nora dentro da própria casa. Sobre sua infância dizia que sempre apanhou da mãe e que assim tentava ensinar aos filhos sobre o que era certo e o que era errado, “não dou moleza para eles, se tiver que bater eu bato”.

Quando ela trazia tais fragmentos de sua história de vida, sempre tentávamos contextualizar que para o desenvolvimento dos filhos, em especial do caçula isso poderia ser ruim, mesmo que por outro lado ela o “mimasse” como ela mesmo dizia dando tudo o que ele queria.

Foram necessárias algumas intervenções nossas com ela que envolviam situações de agressões e, sempre tentamos respeitar sua autonomia ao mesmo tempo em que buscávamos pensar nos direitos de seu filho em nosso espaço de proteção.

Numa das vezes, ela pegou uma varinha e foi bater no menino porque ele tinha “aprontado” alguma coisa. Na ocasião alguns profissionais interviam, minha colega e eu não estávamos no local naquele momento, mas pelos relatos ela foi contida e uma das técnicas quase apanhou também.

Quando o relato da situação chegou até nós vieram com falas do tipo “ela não pode fazer isso”; “é preciso acionar o conselho tutelar porque ela deve espancar o menino”. Ao mesmo tempo já acompanhávamos sua trajetória e sabíamos que a agressividade com o filho tinha um vínculo forte com sua própria trajetória de vida.

Afinal, mais de uma vez ela precisou se defender com violência e, sua referência materna de cuidado e proteção da infância era também através da agressão física. Ao longo do tempo fomos fortalecendo nosso vínculo com Maria, e ela se mostrava cada vez mais próxima da equipe, inclusive aceitando intervenções nossas como, por exemplo, tirar a varinha de sua mão sem nos agredir.

Outra intervenção que conseguimos foi estimular ela a vencer a barreira que havia criado de se alfabetizar. Ela voltou para a escola já que de letras entende pouco, mas desejava aprender. Infelizmente, da escola ela relatou muitas dificuldades e acabou por romper com aquele espaço.

Em seu caminho esta mulher chefe de família já teve experiências ruins em sua história de vida. E sempre me pergunto quando fazemos alguma intervenção: quem nos dá o direito de dizer o que e como ela tem que fazer?

Nosso vínculo segue sendo construído, ora estamos mais próximas e ela chega a dizer “a melhor coisa daqui é o curso!”. Já em outros momentos ela fica uns

tempos sem querer atendimento. Não há receita assim como acredito que não há como nos colocarmos no lugar de donas da verdade.

Juliana, 07 de julho 2018.

A partir do fragmento acima penso que para Maria da Conceição resolvem-se algumas coisas através da violência, algo que faz parte de sua trajetória de vida, pois foi assim que aprendeu a resolver as coisas e é deste modo que tenta proteger seu filho. Já nos conhecemos há uns quatro anos e a expressão *quero ir “embora daqui”* foi repetida algumas vezes. E, depois de um tempo e da vinculação dela no território outra fala surge *“a melhor coisa daqui é o curso!”*.

Acredito que uma das coisas mais importantes que a fala de Maria da Conceição me diz é sobre os vínculos que constituiu no território, conseguiu estabelecê-los e aproveitar os acessos possíveis. Ao longo dos anos, mulheres e homens (pobres, ricos, classe média) aprenderam em nossa sociedade a educar com violência.

Ampliando um pouco a questão da violência Otávio Neto e Marcelo Moreira trazem um conceito que denominam de violência estrutural. (NETO; MOREIRA, 1999). Através dela uma burguesia industrial localizava-se em locais “[...] bem atendidos pelo poder público, expelindo os pauperizados indivíduos que movimentavam suas máquinas para os morros e periferias [...]” (NETO; MOREIRA, 1999, p. 35). Expondo assim uma concepção delinquencial que individualiza e responsabiliza o sujeito, expressando um esquema “[...] de dominação de classe, grupos e do Estado: a violência estrutural.” (p. 34). Que, por sua vez, expõe as pessoas à fome, miséria e exclusão social o que reforça uma posição delas cada vez mais vulnerável. O que imprime marcas socialmente produzidas e que atravessam a constituição da subjetividade dos sujeitos em bases onde uns detêm privilégios e outros ficam a mercê do sistema.

Perpassadas por tais questões as histórias que narrei nos dão pistas sobre a questão das violências, cada uma do seu jeito. Através do relato de Maria Aparecida e Suzana foi possível ver os impactos que a violência doméstica tem na vida das mulheres. Sendo que Suzana ao narrar as situações que os irmãos vivenciaram no acolhimento institucional nos mostrou uma face da violência institucional que aquelas crianças viveram. Já as gurias Pérola e Safira nos aproximaram da violência do tráfico e do quanto elas por uma questão de sobrevivência estiveram vinculadas

naquele contexto. E, por fim, Ignácio além de narrar acerca da violência contra a mulher que a mãe e a irmã viviam, também contou da relação violenta que o pai estabeleceu com alguns dos filhos.

Minha ideia aqui não é traçar um juízo da agressividade, como, por exemplo, emergiu na situação que envolveu Maria da Conceição. Mesmo porque é possível perceber que a violência vem sendo disseminada como forma de relação há muito tempo em nossa sociedade. Ao pensarmos acerca da história de Maria da Conceição a agressividade é uma das formas dela se expressar e reagir ao mundo. Acho que quando situações assim emergem nos atendimentos é possível buscar reflexões sobre outras formas de expressão possíveis, pensando principalmente em garantir que os espaços sejam de proteção e não de violação.

A PNAS logo perguntou se Maria da Conceição tinha alguma memória de violência, ao que a amiga respondeu que sim, lembrando com um sentimento negativo a mãe lhe agredindo. Com isso, ficamos as três ali pensando que nossas memórias são capazes de armazenar muitas informações e, que o afeto que colocamos nas cenas é determinante para isso. Isso estremeceu Maria da Conceição, ela pensou por alguns segundos e silenciou, acho que algo a mobilizou quando recordou da mãe. Ela, por vezes, ainda agredia o filho, mas não da mesma forma que fazia antes. A PNAS entendeu que algo em nossa conversa a fez refletir. De qualquer maneira, estaremos juntas, *Maria da Conceição, PNAS e eu*, em razão do vínculo que constituímos.

Além disso, cabe considerar que Maria da Conceição é uma mulher que assume o papel de chefe de família. Algo que apareceu nas histórias anteriores. Assim como muitas das famílias que acessam o SAF ou qualquer outros serviço, projeto ou programa no SUAS. Essa é uma discussão importante na contemporaneidade, tanto que mulheres como Suzana, Maria Aparecida, Pérola e Safira me mostraram isso na prática. Nestas três histórias esta temática emerge com força, o papel das mulheres para além do cuidado diário da família e filhos, mas como responsáveis pelo sustento das mesmas.

Em seu trabalho Gláucia Russo, Mirla Cisne e Tatiana Brettas problematizaram a feminização na PNAS/SUAS, me contaram sua perplexidade

sobre uma discussão absurda envolvendo as cores rosa e azul¹. Em seu texto analisam a relação entre gênero e a assistência social onde a prevalência feminina indica “determinações histórico-concretas fundadas em uma cultura de subordinação das mulheres, com nítidos interesses de classe”. (RUSSO; CISNE; BRETTAS, 2008, p. 129). As autoras consideram que ainda temos muito que avançar no que tange as ações que levem em conta a perspectiva de gênero.

E, isso ocorre em diversos contextos, até mesmo textos oficiais acabam orientando ações que contribuem para ratificar a mulher como referência familiar para os serviços. Um exemplo, é que preferencialmente a mulher deve ser a referência familiar no momento em que a família faz o Cadastro Único. (BRASIL, 2017, p. 14). Por outro lado, Thiago Prisco estudou sobre esta questão e percebeu que a operacionalização da PNAS/SUAS se dá com o foco no trabalho com as mulheres, o que acaba sobrecarregando o gênero feminino e deixando de lado intervenções com o gênero masculino. (PRISCO, 2015).

Enfim, muito ainda há que acontecer para que as políticas públicas que levem em consideração o lugar social que a pobreza, a população negra e a mulher ocupam. Por outro lado, não posso deixar de ver que muitas são as pessoas que estão refletindo e problematizando tais temáticas, o que dentro de um processo de educação permanente é de suma importância.

4.2 Histórias de uma Receita: Lembrar, Narrar, Escutar, Ler e Escrever

Em diversos momentos de minha escrita você, cara leitora, viu as intervenções de Maria José, ela me acompanhou por muito tempo e, se não tivesse segurado minha mão este processo de tornar-me uma trabalhadora-pesquisadora teria sido muito mais difícil. Ela teve um papel fundamental, e num determinado dia em que ela estava mais calada e, o que não é do seu jeito, perguntei a minha companheira o que estava acontecendo. Ela me respondeu o seguinte: sua proposta de escutar as narrativas das histórias de vida das pessoas que acessam o SAF está me fazendo pensar em minha própria história de vida. Este ano que se aproxima do final não foi fácil.

¹ Após seu discurso de posse a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, foi gravada dizendo que uma “nova era” iniciou no Brasil e que “menino veste azul e menina veste rosa”. Sua fala amplamente criticada, pois determinar cores a gêneros que tem por trás uma questão socialmente construída é um retrocesso. (PAINS, 2019).

Os últimos tempos foram difíceis, ela teve que lidar com muitas questões, as quais até serem resolvidas causaram-lhe muito sofrimento. Neste momento, dei um abraço apertado em minha companheira, ela afetivamente aceitou meu abraço e me disse: *nosso encontro ensinou-me muitas coisas, uma delas que a amizade e companheirismo quando são genuínas e envolvem um processo de aprendizagem nos fazem mais fortes. Abraçadas choramos juntas, naquele momento em que nossas emoções afloravam junto às lágrimas que desciam em nossos olhos.*

Assim, vivendo as emoções da vida percebi que quando falamos em histórias de vida, as histórias se misturam movimentando-se entre o campo e a pesquisadora. Não quero dizer com isso que se deve abraçar e chorar junto as famílias que são atendidas no SUAS. Esta situação ilustra o quanto é importante estar disponível para o encontro com o outro. Encontros que busquem compor e construir e não impor visões de mundo, tal posicionamento ético é fundamental seja para pensarmos as durezas seja no mundo do trabalho ou na academia.

Além de Maria José, acompanharam-me pelo caminho os verbos lembrar, narrar, escutar, ler e escrever, em princípio estavam calados, mas depois se mostraram essenciais ao longo desta escrita. A eles coube trazer até aqui tudo aquilo que vivi e aprendi junto à minhas companheiras de percurso. Desde o início eles estavam comigo, fui aproximando-me deles como se fossem receitas desconhecidas, mas que depois que são descobertas estão sempre presentes nos cardápios.

Eles foram se mostrando um a um como meus companheiros na pesquisa e, hoje vejo o quanto é necessário que uma narradora exercite *lembrar, narrar, escutar, ler e escrever*. Interessante pensar que ao recordar minhas primeiras lições na escola veio uma memória de que verbos podem indicar ações. Assim, se por um lado, posso afirmar que conheci mulheres de ação, por outro os verbos com a mesma característica foram meus companheiros. Através de tais verbos pude entender os encontros com as pessoas na PNAS, através deles aproximei-me das vidas e das pessoas que participaram da pesquisa.

Assim, num ritmo sem compromisso com o tempo do relógio as pessoas que participaram da pesquisa se propuseram junto a mim a *lembrar* de suas trajetórias e a partir das memórias *narrar* suas vidas, o que desde o início desta escrita já repeti algumas vezes. Em nossos encontros me propus a *escutar e escrever* suas histórias

de vida de forma cuidadosa e, suspendendo quaisquer juízos que pudessem querer se infiltrar na escrita.

Porque sim, os juízos têm que ser monitorados, sempre é necessário ter em mente que a escuta pode conter violência e que precisamos colocar em análise as violências que cada um de nós pode produzir. Eu, que escrevo esta dissertação, tenho alguns privilégios, luto com eles, tento coloca-los em questão, mas eles me acompanham tanto no ato de pesquisar quanto no trabalho no SAF.

Também precisei ler e pensar sobre cada fragmento das histórias de vidas compartilhadas. Assim como no final da escrita li as histórias com cada uma que participou para que fizessem as alterações que achassem necessárias, lemos juntas. Ler as histórias que me foram ofertadas acabou se constituindo em uma nova aprendizagem de leitura. Li com outros olhos, li com meu corpo.

Nesta perspectiva, acredito que as histórias, os verbos, e todas as pessoas envolvidas construíram um território de histórias, um território de vida. Isso precisou de tempo para acontecer, um longo tempo. daquelas receitas de longo cozimento, que precisam ser acalentadas a fogo baixo, de preferência no fogão à lenha. Quem não tem uma história de uma receita dessas que precisa do cuidado com o tempo? Dizem por aí que comida que conforta, precisa de cuidado e tempo, tal qual uma ambrosia preparada num fogão à lenha.

Enfim, tal território só foi possível a partir das histórias que me dispus a escutar e contar, no qual minha própria história vem acontecendo, a história da Juliana trabalhadora, pesquisadora e escritora. Assim, ao mesmo tempo em que escutava histórias estávamos (as vozes das mulheres na pesquisa e eu) buscando construir uma metodologia para o trabalho social com famílias. Uma metodologia que buscou constituir territórios, onde os verbos de ação foram dando o tom de uma perspectiva ética do encontro. Percebo que isso aconteceu com cada uma das pessoas envolvida nesta pesquisa.

Talvez você, cara leitora, fique surpresa com minha proposta, mas acredito que outras mulheres podem me ajudar a explicar-lhe o que quero dizer com tudo até aqui. Uma delas é Regina Célia Tamasi Miotto que disse que o território deve ser “[...] entendido como espaço geográfico, histórico e político, edificado através das relações entre diferentes atores, tais como população, empresas e Estado, que determinam o conjunto de condições em que vive a população”. (MIOTO, 2016, p.

21). Assim, posso dizer que o território se compõe a partir das relações que são estabelecidas pelas famílias, bem como, por seus modos de vida, sendo assim a base para o exercício da autonomia. (MIOTO, 2016).

A partir disso, afirmo que o território compõem as relações que se estabelecem entre as famílias, as políticas públicas, as OSCs, as religiões, as lideranças comunitárias. Os encontros e articulações que aconteceram influenciaram, em alguma medida, os modos de vida das pessoas envolvidas. Assim, adentrei e constituí diversos territórios, neles constituí relações sob uma perspectiva da ética do encontro, compartilhei informações e aprendi lições preciosas.

4.2.1 Um Território de Verbos em Ação

E, assim, em meio aos encontros com os territórios que foram sendo construídos os verbos conduziram-me a suas respectivas ações, sempre entremeados às narrativas das histórias de vida das pessoas que encontrei pelo caminho. Cada um resolveu se apresentar e, acho necessário que você, cara leitora, possa ouvir as histórias que os verbos me contaram, pois sim, eles também têm suas próprias histórias.

Cabe dizer que mesmo que nas linhas seguintes tenha feito um exercício de pensá-los separadamente, você não deve se apegar a isso. Pois, eles, sob a perspectiva que proponho, não devem ser pensados separadamente. Além disso, a ordem na escrita que propus não tem nenhuma intenção, apenas foi a ordem que julguei ter sido a melhor para organizar o pensamento.

Início então pelo verbo *lembrar* e, já posso iniciar dizendo que quando me encontrei com as memórias das histórias de vida que escutei elas estavam vinculadas a alegrias ou tristezas. E ao mesmo tempo em que recordavam sua trajetória no passado as *narravam* num movimento de compartilhamento. Em meio aos fragmentos que escolheram para compartilhar reviveram sorrisos e lágrimas. Acompanhar este verbo, me fez (re)lembrar que a Política de Assistência Social não é só feita de benefícios concretos, mas de uma trama de histórias que nem sempre estão atreladas à pobreza. Quem disse que as usuárias da Assistência Social não podem narrar a história? Uma outra história?

De modo que, contar suas trajetórias contribuiu para que ressignificassem as vivências que deixaram marcas em sua memória. Por outro lado a cada momento em que narravam suas conquistas e lutas elas mesmas, as pessoas puderam se dar conta do quanto fizeram movimentos de *(r)existência* frente aos desafios. Uma conversa-narrativa que proporcionou movimentos de cuidado.

Outra dimensão importante para pensar é que múltiplas vozes constituíram este processo, mesmo porque estar sozinha não significa o mesmo que estar solitária. Não considero que fiz um movimento de dar voz as pessoas, essa elas sempre tiveram. Por outro lado, o espaço de escuta nem sempre recebe a importância. Assim, posso afirmar que o importante para mim é a possibilidade de uma intervenção que se faz a partir de espaços de escuta, uma escuta implicada com a garantia de acesso a direitos.

E, também que percebe que representa a *escuta* de um coletivo que se manifestava para muito além dos ouvidos. Cabe aqui, uma reflexão conceitual, pois quando falo em escuta não me refiro a uma escuta surda tal qual Luis Antonio Baptista reflete. Aprendi com ele que as práticas da psicologia podem fabricar indivíduos através da escuta pautada em estereótipos e julgamentos que, por sua vez, separam subjetividade e política desconsiderando o contexto histórico e social. (BAPTISTA, 2000).

A partir desta perspectiva a escuta que lança um juízo sobre o sujeito já possui parâmetros definidos, o que ele denominou de escuta surda, pois cada identidade adquire um olhar específico que “[...] defende territórios, nomes e ordens”. (BAPTISTA, 2000, p. 89). Por outro lado, Luis Antonio Baptista propõe um posicionamento que chama de estratégia política de vida a partir do qual “[...] não acredita no solitário trabalho do profissional psi decifrador de símbolos [...]” (BAPTISTA, 2000, p. 90).

Assim, afirmo que em minha pesquisa propus uma escuta sob uma perspectiva coletiva e não individualizada. Uma *escuta do encontro*, preocupada com a relação que estabelece com o outro dentro de uma perspectiva da coletividade da vida. Uma escuta que leva em conta a multiplicidade de histórias, que considera os aspectos políticos, econômicos e sociais ao invés de rótulos. E, que também respeita o tempo para que as histórias possam emergir, não encarando esta escuta como uma técnica que deve ter um molde para que as informações sejam coletadas.

A escuta que proponho é uma escuta que deixa o vínculo em foco no acesso ao serviço, o que facilita um processo contínuo de compartilhar informações. Creio que ao escrever preciso frisar que é necessário cuidado para que os atendimentos não sejam conduzidos mecanicamente dentro de padrões rígidos pré-estabelecidos e de maneira generalizada. Mesmo porque o principal para que esta relação se dê é a disponibilidade e desejo da pessoa em compartilhar os fragmentos de sua história.

Trabalhamos com pessoas e os vínculos são como um ingrediente secreto que dá o tom da receita. Se o caráter relacional transpassa a dimensão técnico-operativa das ações profissionais e, isso está numa dimensão muito além de conviver, e compreende o compromisso ético-político cujos envolvidos tenham claro a direcionalidade de suas ações, assim como o contexto político, econômico, social e histórico no qual vivemos. (MIOTO, 2016).

Talvez, das coisas que foram ditas a mim, poucas ou até mesmo nenhuma outra pessoa escutou. Acredito que isso demonstra que a confiança, o vínculo que construí no processo da pesquisa foi essencial. Mostrei que minha inserção no território se dava balizado por respeito e cuidado e o retorno você pode acompanhar. E que veio acompanhado da crença de que eu saberia usar as histórias que me foram contadas.

Agora quanto ao verbo *ler*, muito tive que exercitar para encontrar meu caminho na escrita, li artigos, livros de literatura, publicações da internet, jornais, revistas e numa certa altura do mestrado tive que ler bulas de remédios também. Aprendi muito com pessoas que escrevem sobre as mais variadas temáticas que me ensinaram sobre os mais variados assuntos, tive bons encontros e angariei muitas referências novas. Porém, as leituras com as quais mais aprendi foram com as próprias histórias que escrevi. Aprendi em minhas leituras, mas, principalmente, quando li as histórias com as pessoas que as narraram a mim. E, um dos momentos mais importantes da pesquisa foi passar as histórias pelo crivo daquelas pessoas, para que avaliassem se havia algo que desejavam alterar.

E finalmente, a *escrita* que do início ao fim da dissertação se transformou numa companheira. Entendo que uma das funções primordiais dos cadernos de receitas é guardar preciosidades que serão compartilhadas com outras gerações das famílias. Para não me perder deixei migalhas em meus diários de campo. Hoje

quando olho para eles fico orgulhosa, parecem cadernos de receitas cheios de marcas do tempo e de vida.

A trilha de migalhas foi um recurso necessário, na busca de um caminho, sozinha encontrei com os verbos de ação. Levando em consideração que esse sozinho nunca chegou nem perto de ser solitário. Assim, deixei migalhas por onde passei, elas foram preciosas e tiveram como função de me mostrar o caminho de volta. Diferente do conto infantil João e Maria onde as migalhas de pão foram comidas pelos pássaros, as minhas voaram com o vento. E, ao se espalharem pelo caminho levaram-me a encontrar histórias melhores do que eu suponha.

E, por falar em histórias conheci uma professora que é cheia delas. Encontrei com Gislei Lazzarotto numa roda de conversa que aconteceu na UFRGS, numa sexta à noite. Estávamos acompanhadas de bom papo, biscoitos de mel e chá de hibisco. Aprendi lições preciosas sobre a escrita, ela me fez perceber o quanto devemos buscar uma escrita leve e verdadeira. Ela diz que

A escrita possibilita a entrega ao sentido em produção constituindo sua passagem entre palavras, linhas, estilos, leituras e enunciações. Habitamos um tempo de leitores/as de nós mesmos, destinatários/as de leituras do outro, numa solidão povoada de vozes que solicita um exercício ético na duração do percurso de aprender como arte da existência. Na solidão de quem ensina, entre os rastros das grafias de letras desenhadas no papel e digitadas na tela, encontramos a companhia da permanência do movimento de aprender na experimentação do pensamento. (LAZZAROTTO, 2017, p. 84).

Ao exercitar escrever, tendo como foco minha experiência de pesquisa, as histórias vão paulatinamente compondo questões importantes e necessárias para pensar a PNAS. Certo dia a professora levou um caderno de receitas para a aula, registrei em foto uma de suas páginas, amareladas e cheia de marcas. Considero esta receita que foi afetivamente compartilhada como uma preciosidade valiosíssima.

Porém, quando tentei reproduzir a receita Maria José estava lá, e acompanhou minhas lástimas quando ela não deu certo, não pareciam os dedinhos de mel da receita. Então me incentivou a improvisar criando outra receita. Você leitora pode estar se perguntando o que isso tem a ver? Acontece que planejei algo inicialmente e tive que improvisar caminhos. Assim, as mulheres que me acompanham e eu, criamos outras composições.

E, para mim, toda vez que reproduzimos uma receita, acabamos criando uma nova, pois sempre será diferente, não se trata aqui de uma produção de fábrica. Pois, uma verdadeira grande chefe de cozinha não se atém apenas em repetir, ela está aberta a adaptar, acrescentar e mudar ingredientes. Além disso, está aberta as muitas possibilidades quando começamos a cozinhar.

Admito que sempre nutri um carinho especial pelo verbo *escrever*, sempre gostei de exercitar a escrita e mesmo que eu considere isso difícil, principalmente, por minha dificuldade com o português, exercito sempre que posso. Inicialmente na pesquisa, meu desejo era que as pessoas escrevessem comigo, esperava que sentássemos e escrevêssemos juntas suas histórias. Porém, a escrita é ainda um privilégio o que provavelmente foi um obstáculo e nenhuma diretamente assumiu este lugar.

Porém, me dei conta de que mesmo que elas não tenham dividido a caneta comigo fizeram escritas nas histórias. Ou seja, quando li as escritas com elas e solicitei que fizessem as alterações que julgassem necessárias, elas assim o fizeram e exercitaram a autonomia de me apontar alterações. Entendi assim, que desta forma elas escreveram comigo.

Eis então que, depois de trilhar este longo processo, percebi que o exercício ao qual me propus de lembrar, narrar, ler e escrever me mostrou que a experiência como psicóloga num SAF é muito mais complexa do que poderia supor inicialmente. As questões que emergiram pelo caminho e a companhia dos verbos em sua relação às histórias me mostrou sua importância para o trabalho social com famílias sob a perspectiva que denominei anteriormente de ética do encontro.

O desejo era poder escrever mais, mas o fim se aproxima e percebo que venho adiando o final. Os pratos já estão à mesa, a comida pronta, as convidadas e convidados estão espalhadas/os pela casa. Preciso finalizar este banquete antes que a comida esfrie. Muitas outras receitas eu gostaria de compartilhar, mas quem sabe outros banquetes virão.

4.3 Dos Verbos à Ação Através da Integralidade no Trabalho Social com Famílias

Cheguei até aqui tentando buscar aproximações de respostas para as questões que elenquei como importantes para o trabalho na PSB, mais

especificamente no SAF. E, como adiantei no item anterior tais aproximações me levaram a perceber que pensar o trabalho social com famílias utilizando como estratégia metodológica a escuta de histórias de vida pressupõe o que nomeei como ética do encontro. O que se mostrou no processo de pesquisa como fundamental, pois através dela é possível pautar o processo de trabalho na perspectiva da integralidade.

E, pensar o trabalho na perspectiva da integralidade pode ser uma estratégia de resistência frente à precarização da PNAS. Isto porque um processo de trabalho que seja orientado nesta perspectiva leva em conta duas dimensões quais sejam as orientações e normas que dão diretrizes para o trabalho em especial para as seguranças afiançadas pelo SUAS; e a intersetorialidade que é essencial no que se refere a garantia de acesso a direitos e como dizem Luiz Carlos Cecilio e Emerson Elias Merhy “a integralidade do cuidado só pode ser obtida em rede”. (CECILIO; MERHY, 2007, p. 201).

De modo que, a “[...] intervenção assistencial integrada e articulada com os serviços da rede, de modo a superar o trabalho clínico tradicionalmente associado ao fazer psicológico”. (ALTENBERND; BARCINSKI; LERMEN, 2015, p. 406). Constitui o compromisso ético-político das psicólogas que atuam na PNAS fazer uma leitura do contexto das condições de vida das pessoas. E, desta forma entender que as pessoas são envolvidas por múltiplas dimensões que precisam ser levadas em consideração. Como dizem Bibiana Altenbernd, Mariana Barcinski e Helena Salgueiro Lermen que “[...] em sua integralidade – caracterizada por determinantes biológicos, psicológicos e sociais – que os indivíduos devem ser atendidos pelos serviços públicos.” (ALTENBERND; BARCINSKI; LERMEN, 2015, p. 399).

A partir da inserção da psicologia no quadro de profissionais da Assistência Social surgiu a necessidade de revisar suas ações para que as mesmas não se detenham em categorizar, patologizar e objetificar os sujeitos, mas sim em “[...] buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 17).

Assim, o trabalho nas políticas públicas, em especial na PNAS, demonstra o quanto se estabelece “[...] um campo de tensões no qual se situa a ação do psicólogo”. (YAMAMOTO, 2012, p. 12). A reflexão se faz necessária, pois a luta

contra as contradições faz parte do cotidiano de trabalho, mas ao trabalharmos nas políticas públicas estamos atuando nessa contradição.

E, a contradição se dá pelo fato de que a Política Nacional de Assistência Social emerge para dar conta de uma população situada em zonas de exclusão social, em consequência do modelo econômico vigente. Se por um lado, o trabalho está dentro de um modelo capitalista que produz exclusão, por outro a prática deve estar voltada para promover acessos e buscar a transformação da condição de vida das pessoas que ficam à margem, eis então a contradição. Tal questão é necessária para que nossas intervenções não sejam individualizadas, mas sim levem em conta tais questões de forma ampliada.

Há muito tempo Berenice Rojas Couto escreveu sobre a herança de uma sociedade escravocrata e de um Estado absolutista dificultou a introdução de dispositivos orientados a garantir direitos. (COUTO, 2010). Mesmo assim, tal concepção é atual, pois ainda hoje embates são travados com representantes de um Estado conservador que não quer assumir sua responsabilidade frente às desigualdades sociais.

Portanto, se consegui buscar propostas, a partir das demandas que emergem no cotidiano sob uma perspectiva coletiva, acredito ser possível mobilizar os territórios em ações coletivas que façam jus as reais condições de vida na qual as famílias vivem, sem perder de vista o contexto político, econômico e social em que as desigualdades sociais são produzidas.

E, afirmo a partir de tudo o que disse até aqui, que o compromisso ético-político da psicóloga que atua numa Política Pública aponta para a luta pela “[...] mudança na cultura profissional da Psicologia, que deve criar novos conhecimentos e uma aplicabilidade teórico-técnica que rompa com os ciclos mantenedores da pobreza, da desigualdade e da injustiça social”. (ALTENBERND; BARCINSKI; LERMEN, 2015, p. 400).

Assim, me direcionando a finalização do banquete que preparei até aqui onde múltiplas vozes se fizeram presentes, tenho consciência de que “[...] ao narrarmos incluímos certas cenas, deixamos outras de fora. O que fica dentro de nossas narrativas ganha consistência, faz outros laços, se articula em outros domínios, outros textos.” (MORAES, 2014, p. 134).

Portanto, ao longo desta experiência, na qual você foi minha companheira, espero ter conseguido exercitar algo que Maria Paula Meneses falou quando

terminou de ler meu trabalho e que, por sua vez, transformou-se num ensinamento que vai me acompanhar na jornada como trabalhadora-pesquisadora. Sua reflexão me mostrou o tipo de produção de conhecimento estou engajada, aquela guiada por um

[...] Processo colectivo que envolve a utilização de vários tipos de textos e (con)textos, incluindo fontes orais e outros artefactos da experiência humana, projecto este que deverá estar assente numa visão complexa da sociedade, e que olha para a realidade quotidiana como uma techedura densa composta de múltiplas experiências, vozes, encontros e envolvimentos, livre de fundamentalismos opressivos e de certezas teológicas. (MENESES, 2010, p. 15-16).

Cada vez mais acredito que a força do coletivo é a única capaz de fomentar processos de transformação e de resistência frente aos desmontes que a PNAS vem sendo alvo. Contudo, tais movimentos devem iniciar com mobilizações e espaços de reflexão nos microterritórios, ou como Dirce referiu nos territórios vividos (KOGA, 2015). Quando vejo no outro as mesmas dificuldades de acesso que tenho isso pode fortalecer movimentos coletivos em prol da melhoria das condições de vida. E este é um compromisso de todas nós trabalhadoras, psicólogas, pesquisadoras que vivem cotidianamente a vida que emana da PNAS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Chego enfim de minha escrita com uma pilha de louça para lavar, mas minhas companheiras e eu nos debruçaremos sobre ela muito gratificadas por todo o processo que se desenrolou até aqui. Tenho consciência de que deixei arestas pelo caminho. De qualquer maneira, cheguei até aqui com a certeza de que fiz o melhor que pude dentro das possibilidades que estavam ao meu alcance. Assim, me empenhei em problematizar questões que emergiram de meu processo de trabalho, o que foi desde o princípio o que me levou a querer encontrar a academia.

Assim, afirmo aqui que pensar o trabalho social com famílias utilizando como estratégia metodológica a escuta de histórias de vida abre espaço para uma ética do encontro. A qual, por sua vez, nesta pesquisa mostrou-se no como fundamental para que sejam possíveis ações propositivas e orientem o processo de trabalho em direção a integralidade do cuidado.

Como vimos até aqui a experiência abarca uma infinidade de questões, por isso consideramos que é preciso dar visibilidade para as experiências de trabalho na PNAS/SUAS. Considero esta como sendo uma estratégia de resistência em tempos onde as lutas e embates envolvendo questões que já haviam sido superadas nos cercam. Além disso, resistir compreende propor espaços de reflexão, promover o empoderamento e mobilizar movimentos sociais nos microterritórios o que, por sua vez, contribui fortalecendo processos de resistência.

A partir do investimento em espaços de participação social é possível fomentar uma consciência política e social, empoderando assim as pessoas que acessam a PNAS/SUAS. Neste sentido, o controle social pode e deve ser assumido como uma ferramenta de luta para garantir direitos. Se vivemos um contexto onde há um embate de projetos políticos é preciso avançar, principalmente, pensando em alcançar as “zonas de exclusão onde o Estado de direito não chega”. (PEREIRA, 2018).

E, refletindo a partir de minhas experiências vejo outras questões que podem ser pesquisadas, pois ainda temos que avançar no que se refere a elas. Entre elas na cobertura de atendimento – prejudicada, pela fragilização dos investimentos –, na discussão acerca do atendimento aos povos tradicionais, imigrantes, beneficiários do BPC, população em situação de rua, a população idosa, etc. Mesmo que discussões acerca de tais temáticas existam, ainda são incipientes.

Em minha pesquisa as questões raciais não emergiram como uma temática. Assim como, mulheres negras não foram a maioria entre minhas companheiras. E isso me fez pensar que se a maioria dos atendimentos se dá com mulheres negras, porque elas não foram a maioria em minha pesquisa? Teria de algum modo minha pesquisa sido capturada pelo silenciamento quanto às questões raciais? Tenho tranquilidade em dizer que vejo meu processo de trabalho, sob a perspectiva de uma trabalhadora-pesquisadora, se constituindo para potencializar a luta antirracista. Porém, não poderia deixar de lado apontar que este foi um questionamento necessário, uma das arestas que não conseguirei aparar aqui.

De qualquer maneira, uso o espaço ao qual tenho o direito, pois se constitui como meu espaço (*minha escrita*), para afirmar que discutir sobre questões raciais é extremamente importante para o SUAS, pois esta questão praticamente não é problematizada. Até o momento, a única iniciativa que conheço é a campanha lançada em 2017 *SUAS Sem Racismo*, fruto de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério dos Direitos Humanos.

A partir da campanha foram disponibilizados materiais (folder e cartilha¹) disponíveis on-line no site do MDS (MDS, 2017). A utilização deste material precisa ser difundida e, mesmo que este não seja meu foco aqui, é necessário compartilhar tal informação. Acredito que falando sobre pontos cegos em minha escrita contribuo com a produção de conhecimento que se seguirá a minha

Outra temática que merece ganhar visibilidade nas discussões é a feminização do cuidado. Quando discuti sobre isso alguns aspectos ganharam passagem. Entre eles que as mulheres que encontrei começando por mim, minhas colegas de trabalho, as famílias tendiam a ter a questão do cuidado como um imperativo. Um cuidado sempre pautado pelo melhor gerenciamento da vida.

Porém, o que considero que mais merece atenção é o fato da mulher ser preferencialmente a referência familiar na PNAS/SUAS. Mesmo em consonância com a política, tal preferência estar demarcada em documentos e ações fortalece tal feminização. Ou seja, as políticas públicas também a produzem, reforçando o papel

¹ Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/dezembro/mds-lanca-campanha-para-combater-racismo-institucional>.

historicamente atribuído às mulheres como responsáveis pelas famílias e pelos filhos.

Além disso, chego até aqui com uma convicção: as trabalhadoras têm condições e subsídios para fazer pesquisas que contribuam com seu processo de trabalho, mesmo que isso não seja nomeado assim. Posso dizer, por experiência própria que o trabalho nos leva a um constante processo de pesquisa e, além disso, não acredito numa dicotomia pesquisa versus trabalho. Por mais que exista uma tendência de que pesquisa seja algo da academia.

Portanto, creio que a academia precisa dar espaço as trabalhadoras o que, por sua vez, só irá contribuir com o repertório de temáticas que emergem como questões de pesquisa. As trabalhadoras precisam ocupar a academia, assim como a academia precisa pensar sobre a acessibilidade de seus corredores para as alunas-trabalhadoras. Já que neste processo principalmente a disponibilidade não é a mesma, quando comparada a alunas que têm disponibilidade total para a pós-graduação.

A academia ganha muito quando trabalhadoras conseguem acessar seus corredores, pois são profissionais que, implicadas de corpo e alma com o compromisso ético-político que assumiram ao concluir a graduação, têm muito a dizer, aprender e ensinar. Ainda mais que em muitos casos a busca pela pós-graduação vai acontecer não por benefícios financeiros vinculados ao trabalho, mas sim pela implicação que mencionei anteriormente. E, a tal implicação profissional muito valor deve ser dado.

Assim, com muitas questões concluo minha escrita, obrigada, cara leitora, por me acompanhar até aqui. Retorno para minha cozinha e lembro-me do que a Maria José em sua delicadeza repetiu várias vezes pra mim: *“o mais importante é como construímos o percurso e não onde vamos chegar”*. Assim, sigo devaneando e muito bem acompanhada em meu percurso no mestrado que, por sua vez, foi construído na companhia de pessoas reais do trabalho, da academia e da vida.

O ponto final, que é apenas um sinal gráfico na tela do computador vai ser dado inspirado naquilo que aprendi com Carolina Maria de Jesus, vou seguir em sua companhia e ainda encontrarei muitas outras mãos pelo caminho. Aprendi que a escrita se constitui numa arma para materializar o relato das agruras cotidianas de populações que vivem em zonas de exclusão, algo que deve promover uma

militância, mas mais do que isso a escrita tem papel fundamental como um ato de resistência.

REFERÊNCIAS

- ALTENBERND, Bibiana; BARCINSKI, Mariana; LERMEN, Helena Salgueiro. Integralidade e intersetorialidade nas práticas psicológicas: um relato de experiência. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 45, n. 156, p. 390-408, abr./jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v45n156/1980-5314-cp-45-156-00390.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BAPTISTA, Luis Antonio dos S. **A Fábrica de Interiores: A formação Psi em questão**. Niterói, RJ: Eduff, 2000.
- BARROS, Regina Benevides de. Dicotomias ou a lógica do terceiro excluído/o plano de consistência ou a lógica do terceiro incluído. *In*: BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: A afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2007. p. 179-232.
- BELO, Edileusa do Socorro Valente; BARROS, Roseli Araujo. Epistemologia Qualitativa e Pesquisa Narrativa: perspectivas (auto)biográficas para a formação de professores de matemática. *In*: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, 2016, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). **Anais do VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica [...]**. Cuiabá: [s. n.], 2016. Tema: Narrativas (Auto)biográficas: conhecimentos, experiências e sentidos, Disponível em: http://viicipa.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/07/C1T_EPISTEMOLOGIA-QUALITATIVA-E-PESQUISA-NARRATIVA-PERSPECTIVAS-AUTO-BIOGR%C3%81FICAS-PARA-A-FORMA%C3%87%C3%83O-DE-completo.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Orientador: Iray Carone. 2002. Tese (Doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.) - Programa de Pós-Graduação, [S. l.], 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 19, p. 20-28, Jan-Abr. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Consolidada com a Lei nº 12.435/2011. [S. l.], 1993. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/arquivos/lei-08-742-07-12-1993-loas-consolidada-lei-12-435_2011.pdf/view>. Acesso em: 6 set. 2019.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). **Manual do Entrevistador**. Brasília: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), 4 ed., 2017. Disponível em: <ftp://ftp.mds.gov.br/ead/materiais/formularios_registro_unico/manual_do_entrevista_dor_4_ed.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional da Assistência Social (PNAS)/ 2004**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1 ed., v. 2, 2012a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012b. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

CAROLINA de Jesus. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carolina_de_Jesus>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CATANIO, Nicolle; BATTISTELLI, Bruna Moraes. Cartas sobre cuidado. **Alegrar**, [s. l.], p. 97-108, jan.-jul. 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wqKizfxxMWuF-8L_rlrrxb3Z-CI26Ojt/view>. Acesso em: 22 out. 2019.

CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira; MERHY, Emerson Elias. A Integralidade do Cuidado como Eixo da Gestão Hospitalar. *In*: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araujo de. **Construção da Integralidade**: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: UERJ, IMS, ABRASCO, 2007. p. 199-212. ISBN 85-89737-33-0. Disponível em: <<https://lappis.org.br/site/wp-content/uploads/2017/12/Constru%C3%A7%C3%A3o-da-Integralidade-cotidiano-saberes-e-pr%C3%A1tica-em-sa%C3%BAde.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2019.

CONNELLY, F. Michael e CLANDININ, D. Jean. Relatos de experiência e investigação narrativa. *In*: LARROSA, Jorge et al. **Déjame que te cuente**: ensaios sobre narrativa y educación. Barcelona: Editorial Laertes, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. [S. l.], 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

_____. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tnicas-para-atuao-doa-psiclogoa-no-crassuas/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS). **Nota técnica com parâmetros para a atuação das(os) profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília: CFP, 2016.

CONTI, Josselem. **Margens entre pesquisar e acompanhar: o que fazemos existir com as histórias que contamos?**. Orientador: Marcia Moraes. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 2015. Disponível em: https://app.uff.br/slab/uploads/2015_d_Josselem.pdf. Acesso em: 27 dez. 2018.

CORREIA, Mariana Piedade; CARMONA, Daniele Rodrigues Souza. O Trabalho Social com Famílias na Política de Assistência Social: diálogos entre concepções e prática. In: AMORIN, Flávia Zarattini; ISABEL, Jéssica Gabriela de Souza; SAADALLAH, Márcia Mansur. **O Fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 2019. ISBN 978-85-98515-20-5. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VKdNRoEGO1qMSuEX5acXefl0jZnvUsb3/view>. Acesso em: 16 dez. 2019.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014. 341 p.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: LetrasLivres, 2013. 2 ed. rev.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FRANCO, Luciana de Oliveira Pires. **Por uma Política da Narratividade: Pensando a escrita no trabalho de pesquisa**. Niterói, RJ: Eduff, 2016.

FRANCO, Walter. **Coração Tranquilo: Respire Fundo [1978]**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z7NESXCm1yg&ab_channel=DamiaoAlmeida. Acesso em: 27 dez. 2019.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Dialogando com a própria história**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (FASC). **Novo convênio de proteção social básica**. Serviço de Atendimento Familiar (SAF). Coletânea de Orientações Técnicas. Porto Alegre, RS, Apoio Procempa, 2010.

GARCIA, Carla Cristina. **Hambre del alma: escritoras e o banquete das palavras**. São Paulo: Limiar, 2007a. 1 ed.

_____. Mil folhas: escritoras e o banquete de palavras. **Labrys estudos feministas**, [s. l.], n. 11, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys11/ecrivaines/carla%20cristina.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GASPAROTTO, Geovana Prante. **As seguranças sociais e a perspectiva de gênero no sistema único de assistência social**. Orientador: Patricia Krieger Grossi. 2017. 247 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7257>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de Dados de Pesquisa. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JACCOUD, Luciana. Pobreza, direitos e intersetorialidade na evolução recente da proteção social brasileira. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, DF, n. 26, p. 15-34, 2016. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2026.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

JACCOUD, Luciana; BICHR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. O SUAS na Proteção Social Brasileira: transformações recentes e perspectivas. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 37-53, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/v36n2/1980-5403-nec-36-02-37.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. [S.l.: s.n.], 19--. 182 p. il.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, DF: [s. n.], dez. 2012. 42 p. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

KOGA, Dirce Harue Ueno. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011. 2. ed.

_____. **Subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica (Projeto PNUD BRA/12/006), 2015. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/produto%204%20-%20Dirce%20-territorios.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. Uma Aula_Encontro: Escrita e Experimentação na Formação em Psicologia. **Sisyphus: Journal of Education**, v. 5, n. 01, 2017, pp. 69- 88. Disponível em: <https://issuu.com/ieulisboa/docs/sisyphus_5_1-fullissue>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; ROCHA, Marisa Lopes. Pensar. *In*: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na Diferença**: Um Abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MARIA APARECIDA. *In*: **Dicionário de nomes próprios**: significado dos nomes. Portugal, c2018. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/maria-aparecida/>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

MARIA DA CONCEIÇÃO. *In*: **Dicionário de nomes próprios**: significado dos nomes. Portugal, c2018. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/maria-da-conceicao/>>. Acesso 4 ago. 2018.

MARIA JOSÉ. *In*: **Dicionário de nomes próprios**: significado dos nomes. Portugal, c2018. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/maria-jose/>>. Acesso 4 ago. 2018.

MARIA. *In*: **Dicionário de nomes próprios: significado dos nomes**. Portugal, c2019. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/maria-aparecida/>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

MDS lança campanha para combater racismo institucional. *In*: [NOTÍCIAS/ POLÍTICAS PÚBLICAS] **MDS lança campanha para combater racismo institucional**. [s. l.], 8 dez. 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/dezembro/mds-lanca-campanha-para-combater-racismo-institucional>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MENEGHEL, Stela Nazareth. Contadores de Histórias: Uma experiência de grupos de mulheres. **Athenea Digital**, 14 (4): 113-128, dez. 2014. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2014v14n4/athdig_a2014v14n4p113.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

MENESES, Maria Paula. "Outras vozes existem, outras histórias são possíveis". *In*: Leite Garcia, Regina (org.). **Diálogos Quotidianos**. Petrópolis: DP, FAPEJ, 2010, pp. 247-266. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/69_Meneses.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MIOTO, Regina Célia Tamasi. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o trabalho social com famílias na política nacional de assistência social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2016.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, Marcia. Do "pesquisarcom" ou tecer e destecer fronteiras. *In*: TAVARES, Gilead Marchezi; MORAES, Marcia; BERNARDES, Anita Guazzelli (Orgs.). **Cartas para pensar**: políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EDUFES, 2014.

_____. O pesquisar em ação. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, set./dez., 2012, p. 661-664.

NASCIMENTO, Abdias. Democracia racial: mito ou realidade? 20/04/2009. *In*: **Artigos e Reflexões**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/democracia-racial-mito-ou-realidade/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, 1999, p. 33-52. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7129.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

O CIDADÃO ilustre. Direção: Mariano Cohn; Gastón Duprat. Intérpretes: Oscar Martinez; Dady Brieva; Andrea Frigerio. Argentina: Cineart Filmes, 2016. 118 min., color.

PAINS, Clarissa. 'Menino veste azul e menina veste rosa' diz Damares Alves em vídeo. Site o Globo, 03 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024%3fversao=amp>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Seminário AJURIS: 70 anos Declaração Universal Direitos Humanos, 30 anos da Constituição Federal**. Porto Alegre: AJURIS, 10 ago. 2018. (Comunicação oral).

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2007, 4. ed.

PERONI, Vera. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. *In*: PERONI, Vera (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e as fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.

PRISCO, Thiago. Matricialidade sociofamiliar: centralidade na família ou na mulher. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 155-171, jul./dez., 2015.

QUEM foi Carolina de Jesus?. Direção: Jeferson De. [S. l.]: Canal Curta, 2003 (14 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6P_q9O3VtIU>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Marisa Lopes; AGUIAR, Katia Farias de. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2003, v. 23, n. 4, p. 66.

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./ jun., 2008.

SANTANA, Bianca. ESPELHO DAS IABÁS: A literatura de Conceição Evaristo como defesa e processo de autorreconhecimento da mulher negra. *In: Ocupação Conceição Evaristo*. [S. l.], 2017. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SANTOS, Ritta dos Santos. **Grupo de Trabalho – GT Vínculo SUAS:** Reordenamento do Serviço de Atendimento a Família (SAF). Porto Alegre: Fórum de Entidades, 2017.

SCHEINVAR, Estela. Produzir. *In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. Pesquisar na Diferença: Um Abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 193-194.

SPOSATI, Aldaísa. **A Menina LOAS:** um processo de construção da Assistência Social. Cortez editora, 2003.

_____. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2315-2325, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2315.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

YAMAMOTO, Oswaldo. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32 (num. esp.), p. 6-17, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca02.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ZAMBRANO, Maria. Uma metáfora da esperança: As ruínas. **Sopro**, n. 37, out., 2010. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/n37.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARTICIPANTE



Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARTICIPANTE

Título do Projeto: HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS: Narrativas na Política de Assistência Social

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz

Mestranda: Juliana dos Santos Betat

Telefones para contato: (51) 99207.6782

Prezada(o) Senhora(o),

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa “HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS: narrativas na política de assistência social”, que tem como objetivo compreender quais são e como se constituem narrativas sobre proteção e desproteção para as pessoas que acessam o Serviço de Atendimento Familiar (SAF) em Porto Alegre. Solicitamos sua autorização para participar das observações participantes, nas quais a pesquisadora acompanhará os atendimentos realizados pelas trabalhadoras(es) responsáveis pelo presente SAF. Assim, como é importante para nós entender as narrativas de proteção que são possíveis entre proteger e desproteger. Sua participação é muito importante, pois trará benefícios, no sentido de trazer informações que possam contribuir com subsídios sobre as potencialidades e os desafios que permeiam a atuação na Proteção Social Básica, mais especificamente quanto ao trabalho social com famílias. Além disso, é interesse da pesquisadora acompanhar pontualmente as histórias que levam as famílias a acessar a Política de Assistência Social. A decisão em participar é voluntária, o que significa que você tem o direito de decidir se quer ou não participar, assim como de desistir de fazê-lo a qualquer momento.

Quanto aos impactos e riscos no desenvolvimento da pesquisa na vida do cotidiano das pessoas que participarem serão mínimos, visto que todos os cuidados éticos serão tomados, entre eles de que as(os) participantes terão suas identidades preservadas. Contudo, como estamos falando em narrativas que fazem parte da vida das pessoas, talvez algumas histórias compartilhadas suscitem sentimentos tais como desconforto, tristeza, etc. Assim, após o momento da escrita será oferecido um espaço para a família falar o que quiser, inclusive trazendo críticas ao processo de pesquisa. Situações mais críticas serão pactuadas com a família que se faça a articulação com as(os) profissionais que a atendem no SAF, bem como com a rede de atendimento.

A observação participante ocorrerá nas acolhidas do SAF, não interferindo na organização do serviço e dos atendimentos à população. Bem como a escrita individual será realizada em local que o estabelecimento disponibilizar. Estima-se que dois encontros serão suficientes para a escrita e a restituição com duração aproximada de uma hora e meia com cada família.

Reforçamos a garantia da confidencialidade e o anonimato, ou seja, seu nome não será divulgado em nenhuma circunstância, nem mesmo em eventuais publicações científicas. Além disso, está prevista uma restituição ao término da pesquisa para toda a população atendida pelo SAF do território, a ser combinada. Quando aos dados coletados a pesquisadora se compromete em mantê-los sob seus cuidados pelo prazo de cinco anos e depois providenciar seu descarte.

No intuito de que você manifeste seu consentimento, pedimos que assine tal termo de consentimento livre e esclarecido em duas vias, sendo que você receberá uma via do mesmo. Caso você tenha dúvidas a respeito deste estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (51) 99207.6782. Ou até mesmo com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), situado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santa Cecília, Porto Alegre, ou através dos números (51) 3308.5698 ou (51) 3308.5066.

Recebi as explicações sobre o estudo registradas nesse Termo de Consentimento e concordo em participar da pesquisa.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2019.

Assinatura da(o) Participante

—
Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz
Pesquisadora Responsável

—
Juliana dos Santos Betat
Mestranda Psicologia Social e
Institucional UFRGS

APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E TERMO DE COMPROMISSO



Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E TERMO DE COMPROMISSO

Título do Projeto: HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS: Narrativas na Política de Assistência Social

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz

Mestranda: Juliana dos Santos Betat

Telefones para contato: (51) 99207.6782

Declaramos para os devidos fins, conhecer o projeto de pesquisa intitulado “HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS: Narrativas na Política de Assistência Social”, desenvolvido pela mestranda da Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Juliana dos Santos Betat, sob a orientação da Profa. Dr. Lílian Rodrigues da Cruz, bem como os objetivos e a metodologia de pesquisa que será desenvolvida. Assim, autorizamos o desenvolvimento da pesquisa na instituição denominada _____.

O aceite da realização do projeto de pesquisa, contempla o compromisso das pesquisadoras em realizar devolução do material produzido para as(os) trabalhadoras(es) e famílias atendidas pelo SAF do local. Ademais está prevista a construção de produção acadêmica em forma de artigo(s) científico(s), trabalho(s) acadêmico(s), etc. no intuito de compartilhar as reflexões a partir da pesquisa. Salientamos também que as pesquisadoras se comprometem em preservar a privacidade dos usuários e profissionais dos serviços que participarão da pesquisa, bem como primarem por todos os cuidados éticos necessários.

Assim sendo, declaramos que a instituição autoriza a execução do projeto “HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS: Narrativas na Política de Assistência Social”, bem como está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do

presente projeto de pesquisa, propiciando o acesso das pesquisadoras ao território para o desenvolvimento da pesquisa.

O presente documento será assinado em duas vias, sendo que você receberá uma via do mesmo. Caso você tenha dúvidas a respeito deste estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (51) 99207.6782. Ou até mesmo com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), situado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santa Cecília, Porto Alegre, ou através dos números (51) 3308.5698 ou (51) 3308.5066.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2019.

Nome e CNPJ da Instituição

Nome e CPF do Representante Legal

Assinatura da(o) Representante Legal da Instituição

—
Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz
Pesquisadora Responsável

—
Juliana dos Santos Betat
Mestranda Psicologia Social e
Institucional UFRGS

APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Título do Projeto: HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS: Narrativas na Política de Assistência Social

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz

Mestranda: Juliana dos Santos Betat

Telefones para contato: (51) 99207.6782

Prezada(o) Senhora(o),

As pesquisadoras do projeto “HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS: Narrativas na Política de Assistência Social” – que tem como objetivo compreender quais são e como se constituem narrativas sobre proteção e desproteção para as pessoas que acessam o Serviço de Atendimento Familiar (SAF) em Porto Alegre – se comprometem em preservar a privacidade dos usuários e profissionais dos serviços que participarão da pesquisa. E concordam igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto, todos os cuidados éticos serão seguidos, entre eles de que a instituição e as(os) participantes terão suas identidades preservadas.

Os dados provenientes das várias etapas da pesquisa (escritas das histórias, observações, etc.) serão arquivados sob a responsabilidade da Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz para análises e consultas posteriores, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, situado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santa Cecília. Após o período de cinco anos, os dados serão descartados. Além disso, as pesquisadoras se responsabilizam por anexar os resultados provenientes da pesquisa na Plataforma Brasil.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2018.

Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz
Pesquisadora Responsável

Juliana dos Santos Betat
Mestranda Psicologia Social e
Institucional UFRGS